



~

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 9ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE ABRIL DE 2026

ATA Nº. 10 / 2026

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATA
 - 3.2.1. ATA DA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZ DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO SETE, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.1.1.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
 - 3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PROPOSTAS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO A POSTOS DE ENFERMAGEM, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS
 - 3.3.1. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
 - 3.3.2. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
 - 3.3.3. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)
 - 3.3.4. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.3.5. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
 - 3.3.6. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.3.7. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

- 3.3.8. VOTAÇÃO
- 3.3.8.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.4. RECOMENDAÇÃO - MENOPAUSA - MAIS INFORMAÇÃO, MAIS COMPREENSÃO, MELHOR QUALIDADE DE VIDA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN
- 3.4.1. SR. DEPUTADO TOMÁS RAPOSO BARRA (INOV25)
- 3.4.2. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.4.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.4.4. SRª. VEREADORA TERESA BACELAR
- 3.4.5. VOTAÇÃO
- 3.4.5.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.4.5.2. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.4.5.3. SRª. DEPUTADA CATARINA ANTUNES (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.5. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (INOV25)
- 3.6. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)
- 3.7. SRª. DEPUTADA CATARINA ANTUNES (CDU)
- 3.8. SRª. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH)
- 3.9. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.10. SR. DEPUTADO TOMÁS BARRA (INOV25)
- 3.11. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)
- 3.12. SR. DEPUTADO DOMINGOS SANTOS (INOV25)
- 3.13. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)
- 3.14. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.15. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 3.16. SR^a. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH)
- 3.17. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.18. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.19. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.20. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE OEIRAS (CPCJ) RELATIVO AO ANO DE 2025 - APRECIADO
- 4.2. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 209/2026 – GMA – RELATIVA À APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2025 E DO ORÇAMENTO RETIFICATIVO PARA 2026 DA TAGUSPARK, S.A. E CONSEQUENTE VOTAÇÃO DA DESIGNAÇÃO, PELA CÂMARA MUNICIPAL, DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL DA EMPRESA, COM DETERMINAÇÃO DO RESPETIVO SENTIDO DE VOTO - APRECIADA
- 4.3. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 210/2026 – GMA – RELATIVA À MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2026–2028 - APRECIADA
- 4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 226/2026 – DMEDSC/DDS/UGPS – RELATIVA AO APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO POSTO DE ENFERMAGEM DE PORTO SALVO
- 4.4.1. VOTAÇÃO
- 4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 246/2026 – DMAG/DGRH/DGP – RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE

COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO,
ORÇAMENTO E CONTROLO (DPOC) – DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU

4.5.1. VOTAÇÃO

4.5.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 247/2026 – DMAG/DGRH/DGP
– RELATIVA À ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À
CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE
COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO
FINANCEIRA (DGF) – DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU

4.6.1. VOTAÇÃO

4.6.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR.ª ANA LUÍSA PAULINO AZENHA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.2. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

5.3. SR.ª DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

5.4. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

5.5. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

5.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)

5.7. SR.ª DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

5.8. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.

6. SR.ª PRESIDENTE DA A.M.

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanimidade</i>			
12-5-2026			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
INOVAR 25	16		
PS	2		
CH	2		
CEO	2		
IL	1		
CDU	—		
PAN	1		
INOVAR UNIAO ALBES 25	—		
INOVAR BARCARENA 25	1		
INOVAR CARMINDE E OENAS 25	1		
INOVAR (PORTO) OEIRAS 25	—		
INOVAR PORTO SALVO 25	1		

-----ATA DA 9ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA-----

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 7 DE ABRIL DE 2026-----

-----ATA Nº. 10 / 2026-----

----- Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.-----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a nona Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e quatro Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e um em substituição (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacib, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Acácio Silva de Oliveira, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo, Rui Jorge Lima Vieiro, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Marina Raquel Gonçalves Pereira, Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal.

-----Os Senhores Deputados Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Filipe Jorge de Sousa Martins, do Partido Iniciativa Liberal e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal e Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Faltou a Senhora Deputada Vânia Sofia de Oliveira Costa Ferreira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Sílvia Isabela Jesus Almeida Breu Baptista Fernandes, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Pedro Saraiva Gonçalves dos Santos Frazão, Susana Isabel Costa Duarte e Mariana Campos Carvalho Coelho.-

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

1. Apreciação do Relatório Anual das Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJ) relativo ao ano de 2025;-----
2. Apreciação da Proposta CMO N.º 209/2026 – GMA – relativa à Apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2025 e do Orçamento retificativo para 2026 da Taguspark, S.A. e consequente votação da designação, pela Câmara Municipal, do representante do Município na Assembleia Geral da Empresa, com determinação do respetivo sentido de voto;-----
3. Apreciação da Proposta CMO N.º 210/2026 – GMA – relativa à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento 2026–2028;
4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 226/2026 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Porto Salvo para a implementação do Posto de Enfermagem de Porto Salvo;-----
5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 246/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo (DPOC) – Direção Intermédia de 2.º Grau;-----
6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 247/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF) – Direção Intermédia de 2.º Grau. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- 3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----
- “Boa tarde, Senhores Deputados. Vamos dar início à nossa Sessão Extraordinária. Agradeço que ocupem os vossos lugares. Senhores Deputados, agradeço que se sentem.-----
- Cumprimento todos os presentes e quem nos assiste à distância e peço ao Senhor Segundo-Secretário que proceda à chamada. -----

-----Muito obrigada, Senhor Segundo-Secretário. -----

-----E vamos, então, dar início ao nosso Período Antes da Ordem do Dia e temos a Aprovação da Ata sete/dois mil e vinte e seis, de dez de março, que eu ponho à vossa consideração.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATA-----

3.2.1. Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dez de março de dois mil e vinte e seis – Ata número sete, de dois mil e vinte e seis. -----

3.2.1.1. VOTAÇÃO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas e Sandra Cristina Amaral Monteiro), um do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com três abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e uma do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos). -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto e João



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Nuno Filipe Penetra Carolo, do Partido Socialista, Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, da Coligação Democrática Unitária e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, Alexis Godinho Gonçalves e Acácio Silva de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Rui Jorge Lima Vieiro, do Partido Socialista, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Carnaxide e Queijas 25 e Jorge Manuel Martins Delgado, do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, a Ata foi aprovada por maioria.-----

----- Senhora Deputada, faz favor.”-----

3.2.1.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Na sua pessoa, cumprimento-a a si, a todas as pessoas presentes e quem nos acompanha à distância, só para indicar que faremos chegar uma declaração de voto por escrito.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na votação da ata sete e indica que percebe a classificação como extemporâneas das duas declarações de voto apresentadas, por não terem cumprido o prazo estabelecido no regimento (vinte e quatro horas). Não podemos deixar de

assinalar um aspeto que consideramos relevante do ponto de vista do funcionamento institucional desta Assembleia. As declarações de voto foram submetidas e foram consideradas extemporâneas, mas só tivemos conhecimento disso quando a ata foi enviada para revisão, o que lamento. A Senhora Presidente está a cumprir o regimento, mas essa indicação devia ter sido dada de forma imediata em resposta ao email (e não foi), teria sido possível apresentar uma justificação de impedimento, designadamente por motivos de saúde, que estiveram na origem do envio tardio, e que informalmente a AMO tinha conhecimento. A atuação da Assembleia deveria ter respeitado princípios básicos de boa-fé procedimental e dever de colaboração institucional, evitando uma situação que acabou por traduzir-se num claro prejuízo do exercício do direito de declaração de voto.-----

-----A lei indica claramente que os membros do órgão podem fazer constar da ata o seu voto e as respetivas razões justificativas, sem indicar qualquer prazo legal, sendo o regimento regulador dos direitos dos deputados. E para que não haja dúvidas quanto à possibilidade de resolução atempada: A AMO realizou-se dia dez, o prazo para entrega de declarações era dia onze, as declarações voto foram enviadas a treze e a ata foi enviada para revisão doze dias depois disso a vinte e cinco/três. -----

-----Dito isto, e para que fique registado em ata futura, importa deixar, de forma sucinta, o sentido das posições assumidas pelo Grupo Político Evoluir Oeiras nas duas propostas em causa: Proposta relativa à alteração de estatutos da Oeiras Viva votamos favoravelmente, por considerar que as alterações visam corrigir desconformidades legais identificadas e de encontro a recomendações do Tribunal de Contas e Proposta de alteração da estrutura orgânica da CMO: votamos abstenção pois o reforço da área da inovação e da transformação digital é necessário, mas a proposta não é acompanhada pelo indispensável investimento em recursos humanos técnicos e operacionais, o que limita o seu impacto real.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Temos agora uma proposta de recomendação do Partido Socialista, que eu vou ler.” -

3.3. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PROPOSTAS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO A POSTOS DE ENFERMAGEM, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS -----

----- A Senhora Presidente da A.M. leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “Proposta de Recomendação -----

----- Simplificação Administrativa das propostas de Comparticipação Financeira para apoio a Postos de Enfermagem -----

----- A onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, sob proposta do Partido Socialista, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma Recomendação para simplificação do processo de decisão relativo às propostas relativas à comparticipação às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para apoio ao funcionamento dos Estabelecimentos de Infância.

----- Também no caso da Comparticipação Financeira para apoio a Postos de Enfermagem, tratando-se de processos administrativos de rotina, será possível com elevado rigor, prever em cada ano os valores a transferir pela Câmara Municipal para as Uniões de Freguesia e Freguesias que, agora, ou no futuro, venham a prestar este serviço à população. -----

----- É, pois, em nome da simplificação administrativa e da economia de recursos, que se defende um processo mais aligeirado, com o recurso apenas a duas Propostas de Deliberação por cada ano civil, uma para determinar e autorizar os valores a transferir e outra para proceder aos acordos que venham a ser necessários no final do exercício financeiro. -----

----- Assim, o Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar ao município, através do Sr. Presidente, que desencadeie os mecanismos que considere necessários e adequados para: -----

-----Um. Simplificação do processo de decisão quanto ao processo de comparticipação associado ao apoio aos Postos de Enfermagem;-----

-----Dois. Que independentemente da periodicidade em que as transferências financeiras ocorram por parte do Município, o processo de aprovação pela Assembleia Municipal se circunscreva a duas Propostas de Decisão anuais; -----

-----Três. Que seja fixada uma margem de desvio razoável que, quando ultrapassado, obrigue à correção das propostas aprovadas, por forma a que as Freguesias não se confrontem com saldos negativos inesperados nas transferências financeiras ao abrigo desta competência municipal.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Ponho esta proposta de recomendação à discussão. Quem pretende usar da palavra? Ninguém? Então podemos... Senhor Presidente da União de Freguesias, faz favor, Inigo Pereira.”

3.3.1. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssima Presidente da Assembleia, Caro Vice-Presidente, Vereadores, Caros Deputados. -----

-----Sem duvidar das boas intenções do Grupo do PS, tenho a dizer que, relativamente a esta proposta de recomendação, não faz muito sentido, porque todos nós, Presidentes de Junta, estamos satisfeitos relativamente ao procedimento que decorre durante todo este processo. -----

-----No início de todos os anos, quando estamos a realizar o fecho de contas, apresentamos os resultados e também os gastos associados a cada centro de enfermagem, para o Gabinete de Apoio às Juntas, que depois encaminha para os serviços. O Município de Oeiras, de acordo com o desempenho de cada centro de enfermagem, atribui o subsídio correspondente, ou seja, para centros de enfermagem que funcionam três horas por dia, o subsídio é de doze mil euros e, para os centros de enfermagem que funcionam seis horas, vinte e quatro mil euros. E, caso haja alguma



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

diferença, se o desempenho for menor, o Município de Oeiras atribui o subsídio de acordo com esse desempenho. -----

----- E, desta forma, foi uma fórmula que foi afinada — fomos afinando ao longo dos anos — só tem de vir a esta Assembleia uma vez, e não duas, como é proposto pelo PS. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

3.3.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a e, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, bem como todos aqueles que nos assistem de forma não presencial. -----

----- Para dizer que esta proposta do PS, de simplificação administrativa, obviamente vai ser acompanhada pela Iniciativa Liberal, porque ela traz, representa, ou pode representar, mais eficiência para o Estado, porque menos burocracia será sempre melhor governação. -----

----- Mas, de qualquer forma, há aqui uma questão que não podemos deixar de referir, que é a responsabilização em termos de rigor e de transparência, portanto, para a parte que faz a apresentação das propostas. Isso é algo bastante importante, que é a responsabilização nesse rigor e, da nossa parte, depois aqui na Assembleia, o acompanhamento e a fiscalização. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor.”----- -----

3.3.3. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Aproveito para a cumprimentar, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Senhor Vice-Presidente, todo o Executivo, todas as forças políticas, quem nos ouve aqui, ou em casa, ou pelas

redes sociais.-----

-----Para dar uma nota do seguinte: como o Senhor Presidente da Junta disse, e bem, eu percebo a boa intenção que esta proposta do Partido Socialista tem. Agora, dá-se uma circunstância que me parece mais importante e mais pesada do que tudo o resto, e que tem a ver com enquanto órgão, enquanto Assembleia Municipal de Oeiras, temos de compreender qual é a função das Juntas de Freguesia, qual é a função da Câmara Municipal. São órgãos que não são órgãos ... nenhuma Junta é dependente da Câmara Municipal; são autarquias autónomas, com poderes de decisão distintos.-----

-----E aquilo que eu leio aqui é, peço desculpa de o dizer, apesar da boa intenção, como refiro, é uma intromissão naquilo que são os poderes da Junta, daquilo que são os poderes da Câmara e daquilo que é aquilo que nós devemos achar que a relação institucional entre ambas as autarquias pode ser.-----

-----E, portanto, nesse sentido, não me parece que se justifique uma proposta deste tipo. E, mais uma vez, essa confusão parece que continua, ou que não se torna clara para o Partido Socialista. E era bom que, de uma vez por todas, pedimos tanto que as Juntas cresçam, que as Juntas assumam realmente funções que, ao longo do tempo, têm vindo a conquistar por mérito próprio. E, com esta... enfim, com este tipo de texto, não me parece que seja a melhor forma de dar apoio às Juntas e, portanto, o sentido do nosso voto será contra.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra sobre este ponto? Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).”

3.3.4. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:---

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e cumprimento todos e todas as que estão presentes e também a assistir a esta Assembleia Municipal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A proposta que o Partido Socialista aqui traz não tem nada que ver com as competências da Junta de Freguesia, nem as competências da Câmara; tem que ver com o procedimento e com a simplificação do procedimento administrativo, que é realizado em exclusivo pela Câmara Municipal, ou seja, pelos funcionários públicos que trabalham para dar apoio e para permitir a concretização daquilo que são a missão da Câmara e das freguesias. -----

----- O que nós pretendemos é que haja uma só proposta, que tem Porto Salvo, Caxias, Oeiras, Barcarena, e não uma para cada freguesia, tal e qual como também fazemos noutras situações. Esta é uma proposta que simplifica o processo, não o complica. -----

----- E, portanto, eu, pese embora compreenda todos os comentários que o Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez, acho que, em nada se aplicam àquilo que é a proposta, porque isto não põe em causa as competências da freguesia, nem as competências da Câmara; simplifica é o procedimento, que é isso que se pretende quando se fala em simplificação administrativa e modernização do Estado.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas pediu a palavra, faz favor.”-----

3.3.5. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Cara Presidente, parece que a Deputada Anabela Brito, da Iniciativa Liberal, e a Deputada Alexandra, do PS, não estiveram atentas ao que eu mencionei há pouco.-----

----- Atualmente, no início de todos os anos, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia pede, solicita, a todas as Juntas de Freguesia, o desempenho e os resultados e as contas relacionadas com os centros de enfermagem.-----

----- Essa informação é enviada para a Câmara Municipal de Oeiras e, de acordo com o

desempenho e com os custos de cada centro de enfermagem, o Município de Oeiras atribui o respetivo subsídio. E, dessa forma, o processo é simples, porque só tem de vir a esta Assembleia Municipal uma única vez, para aprovação. -----

-----Eu tenho a dizer que nós, todas as Juntas de Freguesia, estamos satisfeitos com este procedimento; é simples, é muito simples, e não existe qualquer constrangimento para nós. O que o PS está a propor é mais burocracia, é uma estimativa de custos, e nem sequer é dessa forma que os centros de enfermagem estão a funcionar. Já mencionei: se funcionarem três horas por dia, recebem doze mil euros por parte do Município; se funcionarem seis horas, recebem vinte e quatro mil euros. E, da forma como decorre o modelo que já foi afinado ao longo dos anos, só vem uma proposta, com o resultado e o desempenho de todas as Juntas de Freguesia, numa mesma proposta, e é tudo aprovado numa única proposta. -----

-----Agora, parece que o PS tem estado desatento ao que se passa aqui nesta Assembleia Municipal.- -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

3.3.6. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

-----“Para dizer ao Senhor Presidente de Junta que, quando quiser dar aulas e quiser ter pessoas atentas, dá na escola. Aqui estamos na Assembleia, numa Assembleia Municipal, e, portanto, no mínimo, exige-se respeito quando se dirige a deputados. É só isso que tenho para lhe dizer. -----

-----Quanto ao processo, já expliquei: percebeu, percebeu, não percebeu, temos pena. ----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Mais ninguém pretende intervir sobre esta matéria? Senhor Vice-



UM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente, faz favor.”-----

3.3.7. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, duas ou três notas.-----

----- Em primeiro lugar, agradecer os elogios que esta proposta traz, porque, ao que parece, uma questão burocrático-administrativa é aquilo que preocupa o órgão deliberativo, ou parte do órgão deliberativo do Concelho. Significa que o Concelho de Oeiras está extraordinário. Tenho de agradecer os elogios.-----

----- Depois, dizer que, naturalmente, este Executivo está habituado a respeitar a autonomia das Freguesias e organizamo-nos em função também do que é a capacidade, da vontade das Freguesias e Uniões de Freguesia. Portanto, esta é uma questão de somenos. Nem devia tomar este tempo: um órgão deliberativo estar-se a imiscuir nesta parte da organização burocrático-administrativa é diminuir o próprio órgão. Mas lá saberão, Senhora Presidente. Era só isso. Lá saberão o que é importante.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. Mais ninguém pretende intervir sobre este ponto? Então, poderemos passar à votação.”-----

3.3.8. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada, com vinte e dois votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel

Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Acácio Silva de Oliveira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com oito votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com três abstenções do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho).-----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes, da Coligação Democrática Unitária e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 53/2026** -----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PROPOSTAS DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO A POSTOS DE ENFERMAGEM, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado, com vinte e dois votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com oito votos a favor, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com três abstenções do Partido Chega. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, Senhora Deputada?” -----

3.3.8.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Era para efeitos de uma declaração de voto. Posso? -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras votou a favor desta recomendação por entender que a simplificação administrativa e a previsibilidade financeira são importantes para o bom funcionamento das freguesias e dos serviços prestados à população. Ainda assim, sublinhamos a importância de garantir que esta simplificação não compromete o necessário escrutínio e acompanhamento por parte da Assembleia. Não compreendemos a posição e o chumbo desta proposta por parte do INOV e Presidentes de Junta, dado que o mesmo tipo de argumentação, para algumas propostas, serve para as aprovar e, para outras, para as chumbar. É a incoerência completa.

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Portanto, foi rejeitada por maioria. Passamos agora à segunda recomendação, proposta de recomendação apresentada pelo PAN. E eu vou pedir ao Senhor Primeiro-Secretário que faça o favor de ler.”-----

3.4. RECOMENDAÇÃO - MENOPAUSA - MAIS INFORMAÇÃO, MAIS COMPREENSÃO, MELHOR QUALIDADE DE VIDA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN-----

-----O Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro-Secretário, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve:-----

-----“RECOMENDAÇÃO-----

-----Menopausa: mais informação, mais compreensão, melhor qualidade de vida -----

-----A menopausa faz parte da vida de muitas mulheres — e, ainda assim, continua a ser pouco falada, pouco compreendida e muitas vezes invisível. -----

-----Trata-se de uma fase natural do ciclo de vida, que pode implicar alterações com efeitos no bem-estar, na saúde e na vida profissional. -----

-----Uma parte significativa das mulheres em idade ativa atravessa esta fase durante o seu percurso profissional, podendo experienciar sintomas que afetam o conforto, o desempenho e a qualidade de vida.-----

-----Apesar da sua relevância, persiste falta de informação e de reconhecimento sobre este tema, o que pode gerar incompreensão e dificultar o quotidiano de muitas mulheres. -----

-----A ausência de respostas adequadas pode contribuir para situações de desigualdade, afetando a plena participação das mulheres no contexto laboral.-----

-----Promover ambientes mais informados, compreensivos e inclusivos contribui para o bem-estar, a motivação e a valorização das pessoas. -----

-----A nível internacional, tem vindo a crescer a adoção de boas práticas que reconhecem a menopausa como uma dimensão relevante da saúde e do bem-estar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Município de Oeiras tem vindo a afirmar-se na promoção de políticas de saúde e bem-estar, podendo reforçar esse compromisso através da valorização desta temática. -----

----- Assinalado o Dia Mundial da Saúde, que hoje se celebra, importa dar visibilidade a temas ainda pouco abordados.-----

----- Assim, o PAN — Pessoas — Animais — Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

----- Um. Integre a temática da menopausa nas políticas municipais de saúde e bem-estar, promovendo maior informação, compreensão e qualidade de vida; -----

----- Dois. Desenvolva ações de sensibilização e literacia dirigidas às/os trabalhadoras/es municipais, contribuindo para a desmistificação desta fase da vida; -----

----- Três. Capacite dirigentes, chefias e recursos humanos, permitindo uma melhor compreensão e acompanhamento das necessidades associadas; -----

----- Quatro. Promova práticas organizacionais mais inclusivas, que valorizem o bem-estar ao longo das diferentes fases da vida;-----

----- Cinco. Articule, sempre que possível, com entidades de saúde locais, para dinamização de iniciativas de esclarecimento e apoio, com recurso aos meios existentes; -----

----- Mais delibera que: -----

----- A presente recomendação seja remetida à Câmara Municipal de Oeiras e às empresas municipais para conhecimento e eventual implementação.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Primeiro-Secretário. E eu ponho à vossa consideração, quem pretende inscrever-se sobre esta matéria? Pode... alguém pretende falar? Senhor Deputado Tomás (NOV25), faz favor.” -----

3.4.1. O Senhor Deputado Tomás Raposo Barra (NOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Vereadores,

colaboradores da Assembleia Municipal e público que nos assiste.-----

-----Antes de mais, muito boa tarde. Em nome da nossa bancada do Movimento Inovar Oeiras, faz todo o sentido esta proposta de recomendação que o PAN apresenta, dada a importância social que este mesmo tema tem, não só para a população feminina, como também para a população masculina, com a consciencialização do mesmo tema. -----

-----E, neste sentido, o nosso movimento vai votar a favor.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25). Mais alguém... usar da palavra? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”-----

3.4.2. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que a Iniciativa Liberal não pode deixar de apoiar esta proposta. Contudo, parece-nos, não podemos também deixar de fazer referência que ela devia ser bem mais ampla e não só abranger em termos de Câmara Municipal, mas políticas que fossem para todo o Concelho.

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra sobre esta moção, esta proposta de recomendação? Ninguém? Então podemos passar... Senhor Vice-Presidente, faz favor.”-----

3.4.3. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apenas uma nota para deixar devidamente registada em Ata que o Município de Oeiras já tem feito muito trabalho nesta matéria, como a Senhora Deputada certamente reconhece. Há sessões públicas sobre isto, há informação e divulgação pelo Concelho, conforme sugerido pela Senhora Deputada da Iniciativa Liberal.



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Certamente não acompanha o trabalho que o Município de Oeiras tem feito nesta matéria, também de divulgação da importância da menopausa para a vida social de... Senhora Presidente, eu não consigo falar quando sou assim sempre bruscamente interrompido.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Agradeço que façam silêncio.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Reafirmar o trabalho que tem sido feito pelo Município de Oeiras nas políticas de saúde, chamando a atenção para a problemática não apenas da Câmara, como tinha vindo a dizer, mas de todo o Concelho, e tentando envolver a população nesta política pública. No entanto, dada a importância social do tema, como foi referido pelo Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), naturalmente que apoiamos esta proposta. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Só um segundo, Senhora Presidente. A Senhora Vereadora pediu-me a palavra.” ----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhora Vereadora Teresa Bacelar.” -----

3.4.4. A Senhora Vereadora Teresa Bacelar disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. Boa tarde a todos.-----

----- Eu só gostava aqui de acrescentar que a menopausa não é um problema de saúde, é uma fase do ciclo de vida das pessoas. E acho que isso era importante também ficar aqui na recomendação, e acrescentar que, no sábado, vai haver a Cimeira da Menopausa na Universidade Atlântica, que podemos todos nos juntar, se tivermos interesse nessa matéria, e poderemos estar

presentes e aprofundar os nossos conhecimentos sobre esta questão.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Vereadora. Então, senhores deputados, podemos passar à votação desta proposta de recomendação.” -----

3.4.5. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), três do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialbo e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com um voto contra do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Diogo Mota Rodrigues de Oliveira). -----

----- Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos e Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 54/2026** -----

----- **RECOMENDAÇÃO - MENOPAUSA - MAIS INFORMAÇÃO, MAIS COMPREENSÃO, MELHOR QUALIDADE DE VIDA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PAN**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com um voto contra do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que: -----

----- Um. Integre a temática da menopausa nas políticas municipais de saúde e bem-estar, promovendo maior informação, compreensão e qualidade de vida; -----

----- Dois. Desenvolva ações de sensibilização e literacia dirigidas às/os trabalhadoras/es municipais, contribuindo para a desmistificação desta fase da vida; -----

----- Três. Capacite dirigentes, chefias e recursos humanos, permitindo uma melhor

compreensão e acompanhamento das necessidades associadas;-----

-----Quatro. Promova práticas organizacionais mais inclusivas, que valorizem o bem-estar ao longo das diferentes fases da vida;-----

-----Cinco. Articule, sempre que possível, com entidades de saúde locais, para dinamização de iniciativas de esclarecimento e apoio, com recurso aos meios existentes;-----

-----Mais deliberou que a referida recomendação seja remetida à Câmara Municipal de Oeiras e às empresas municipais para conhecimento e eventual implementação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Portanto, foi aprovada por maioria. A Senhora Deputada levantou o braço para? Declaração de voto, faz favor. E a Senhora Deputada também. E a Senhora Deputada também. Portanto, temos três declarações de voto, faz favor.”-----

3.4.5.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras votou a favor desta recomendação por reconhecer a relevância do tema da menopausa, que continua a ser pouco discutido e muitas vezes invisível, apesar do seu impacto na vida de muitas mulheres. É, como a Senhora Vereadora já indicou, uma fase da vida. Não queremos, contudo, deixar de assinalar que gostaríamos que a mesma tivesse maior concretização quanto às medidas propostas.-----

-----Sublinhamos também a importância de enquadrar estas iniciativas nas competências próprias do Município, garantindo articulação com as entidades de saúde e evitando sobreposição de funções.-----

-----Ainda assim, entendemos que é um contributo positivo para trazer este tema para a agenda pública, e por isso votámos favoravelmente e saudamos que tenha sido aprovada.-----

-----Saudar também a mudança de opinião do INOV e lembrar que apresentámos, o ano passado, uma proposta no Dia Mundial da Menopausa, no mesmo sentido, que foi alvo de gozo e



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

chumbo nesta Assembleia Municipal...”-----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

----- “É verdade.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “...por parte da maioria do INOV. Na altura, propusemos a realização de uma programação de um ciclo de colóquios e conversas sobre as alterações biológicas e psicológicas em todas as Freguesias do Município, em coordenação com a autoridade de saúde local, e a aquisição de bibliografia relevante para o espólio da Biblioteca Municipal.-----

----- E, portanto, saudar a proposta que foi aprovada. Contudo, entendemos que ela podia ser mais ambiciosa e lamentamos que, no passado, a postura do INOV não tenha sido a mesma. -

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Alexandra Tavares Moura (PS), faz favor.”-----

3.4.5.2. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte Declaração de Voto: -------

----- “Muito obrigada.-----

----- A integração da menopausa nas políticas públicas de saúde constitui um passo essencial para reconhecer as especificidades da saúde das mulheres ao longo do ciclo de vida, ultrapassando uma visão tradicionalmente centrada apenas na saúde reprodutiva. Esta abordagem permite responder a necessidades concretas que permanecem subvalorizadas, como o impacto físico, psicológico e social desta fase, promovendo uma maior equidade no acesso à informação, ao acompanhamento clínico e a respostas adequadas. Ao incorporar esta dimensão nas estratégias de saúde, reforça-se uma política pública mais inclusiva e baseada na evidência, que reconhece as

diferenças biológicas e sociais como determinantes relevantes da saúde.-----

-----Por outro lado, a promoção da literacia em saúde e a capacitação das instituições, incluindo contextos laborais, contribuem para reduzir desigualdades estruturais que afetam desproporcionalmente as mulheres. A diferenciação positiva constitui uma resposta necessária para garantir igualdade material, assegurando que as políticas de saúde têm em conta as necessidades específicas das mulheres e promovem o seu pleno bem-estar e participação na sociedade. - -----

-----Hoje, como no ano passado, estes são os argumentos que levam o Partido Socialista a votar favorável.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), faz favor.” -----

3.4.5.3. A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) fez a seguinte Declaração de Voto: --

-----“Boa tarde a todos. -----

-----A CDU votou favoravelmente e associa-se à proposta de recomendação do PAN. A questão da menopausa tem de ser vista de forma global. É necessário que o Serviço Nacional de Saúde tenha os recursos adequados para garantir o acompanhamento da saúde da mulher em todas as fases, incluindo a menopausa. -----

-----Mas também é importante que, ao nível social e laboral, se integre a menopausa no debate sobre a saúde ocupacional ...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhores deputados, agradeço-vos silêncio. Está uma pessoa a falar, está uma Senhora Deputada a falar e os senhores permanecem em conversa. Não pode ser. Silêncio, por favor.” -----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor de continuar.” -----

----- **A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Mas também é importante que, ao nível social e laboral, se integre a menopausa no debate sobre a saúde ocupacional e a necessidade de condições de trabalho que respeitem as alterações físicas e psicológicas desta fase, mas também que se promovam campanhas de informação para que a menopausa não seja vista como uma doença, como a Senhora Vereadora referiu, mas como uma fase que exige cuidados preventivos e terapêuticos. -----

----- O PCP tem apresentado iniciativas legislativas neste sentido. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Não havendo mais nenhuma proposta de recomendação, nem nenhuma moção, vamos passar ao que bem entenderem. Quem quiser inscrever-se para usar da palavra neste tempo, ainda Antes da Ordem do Dia, faz favor. Antes da Ordem do Dia, quem pretende usar da palavra? Senhor Deputado António Balcão Vicente (INOV25), faz favor.” -----

3.5. O Senhor Deputado António Vicente (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente do Executivo, Senhoras e Senhores Vereadores, colaboradores da Assembleia e oeirenses. -----

----- “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable rights, that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness”.-----

-----Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis e que, entre estes, estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.-----

-----Permitam-me, senhoras e senhores deputados, a citação deste excerto da Constituição dos Estados Unidos da América, aprovada em mil setecentos e oitenta e sete pela Convenção Constitucional de Filadélfia. Trata-se de nada mais, nada menos, da mais antiga Constituição do mundo, se excetuarmos os Estatutos de São Marino, aprovados no já longínquo ano de mil e seiscentos.-----

-----Justifica-se esta referência por evidenciar quanto as sociedades democráticas tentam plasmar nas suas constituições os seus maiores anseios, quase sempre de características idealistas e utópicas.-----

-----Portugal, saído de uma ditadura que amordaçara e traíra o seu povo, reagiu de forma idêntica e também os duzentos e cinquenta deputados democraticamente eleitos para a Assembleia Constituinte, em Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e seis, deixaram, na Constituição que aprovaram em dois de abril de mil novecentos e setenta e seis, as marcas do entusiasmo, da generosidade e do idealismo democrático e da utopia com que os portugueses reagiram à Revolução dos Cravos.-----

-----O idealismo que esteve na base da materialização de um verdadeiro Poder Local, tal como é descrito no seu Título VIII e que, em última análise justifica a nossa presença, hoje, nesta Assembleia.-----

-----Para eles, para todos eles, incluindo aqueles que, no derradeiro momento, não tiveram a coragem de a aprovar – e foram tão poucos – para todos eles vai a minha homenagem.-----

-----Homenagem tanto mais justificada quanto a extrema-direita, na sua ânsia de subverter o Diploma Magno da República Portuguesa, aquele que é o garante dos nossos direitos, enquanto cidadãos, saídos da toca e de “cara al sol”, não hesita em os insultar e em os vilipendiar.-----



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Desejando destruí-la, já sem rebuço. Quando, afinal, o que importa é cumpri-la no que ainda falta fazer.-----

----- Para que se concretize, para que se concretize senhoras e senhores deputados o sonho de Pessoa quando afirmava “Cumpriu-se o mar e o Império se desfez... falta cumprir-se Portugal.”

----- Viva a Constituição da República!-----

----- Viva Portugal!-----

----- Disse, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) tinha-se inscrito e depois a Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU). Filipa Lourinho (CH).”-----

3.6. A Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, público que nos assiste e online.-----

----- Hoje, é o Dia da Mulher Moçambicana, Dia da Mulher Negra, Branca, Mestiça, mas também, de milhares e milhares de Mulheres Portuguesas, que após o Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e o processo de descolonização, regressaram a Portugal vindas das antigas colónias.-----

----- Muitas delas, mulheres que chegaram a Portugal com poucas posses, tendo de recomeçar a vida do zero, enfrentando dificuldades económicas e sociais e, muitas vezes, sozinhas, ou com os filhos.-----

----- Representam o lado Humano e, por vezes, desolador da descolonização. Mas a sua chegada gerou um impacto significativo na sociedade portuguesa da época, contribuindo para uma mudança cultural e demográfica após mil novecentos e setenta e quatro. Eram as chamadas “Retornadas.”-----

-----Meus Senhores e minhas Senhoras:-----

-----Mas como ser Mulher é transformar a sensibilidade em força e seguir em frente, mesmo quando o mundo pesa, “e carregar cicatrizes como marcas de coragem, e não de fraqueza,” ... Hoje, essas Mulheres são Mulheres que ocupam espaços essenciais na política, na economia, na ciência e liderança, muitas vezes num contexto de contínua luta por igualdade e liberdade, transformando dores, em superação. -----

-----Concluindo, a Mulher é símbolo de força, empenho, garra, determinação e carrega a coragem para transformar e lutar por um mundo melhor e mais humano. -----

-----E o Dia da Mulher Moçambicana, em Oeiras, é o que ela quiser! -----

-----Tenho dito.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), faz favor.” -----

3.7. A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde. Obrigada, novamente. -----

-----Comemorámos, há poucos dias, os cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em dois de abril de mil novecentos e setenta e seis, e comemoraremos também este ano os cinquenta anos das primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas a doze de dezembro também de setenta e seis. Estes dois momentos constituem-se como momentos determinantes na consolidação da Democracia Portuguesa.-----

-----A Constituição da República Portuguesa consagra Portugal como um Estado de Direito Democrático, baseado na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, comprometido com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A Constituição consagra um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, assim como direitos económicos, sociais e culturais fundamentais, assegurando o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à educação, à habitação, à



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cultura, à segurança social, ao ambiente e à participação democrática.-----

----- No mesmo ano, em setenta e seis, a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas representou uma das mais profundas conquistas de Abril: o nascimento do Poder Local Democrático, constitucionalmente consagrado, plural e participado, dotado de autonomia administrativa e financeira e instrumento essencial de proximidade às populações. Ao longo de cinco décadas, o Poder Local Democrático foi decisivo na transformação económica, social e cultural do país e na melhoria das condições de vida das populações.-----

----- Assinalar os cinquenta anos da Constituição e do Poder Local Democrático é reafirmar a importância do projeto democrático e social de Abril, é valorizar o papel das autarquias locais e reforçar o compromisso com a participação popular e com o desenvolvimento equilibrado do território.-- -----

----- Num tempo em que se intensificam os ataques ao Regime Democrático e que se procuram impor retrocessos nos direitos sociais e laborais, esta comemoração assume ainda maior importância como afirmação dos valores democráticos e como a exigência de um cumprimento da Constituição.-----

----- Deixamos aqui a sugestão que a Câmara e as Juntas de Freguesia, ao longo de dois mil e vinte e seis, promovam iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas e que assinalem estas duas efemérides, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo e a população do Concelho.- -----

----- Queria também falar sobre o futuro do desporto escolar. Tendo em conta o término do programa estratégico do desporto escolar de dois mil e vinte e um/vinte e cinco, e a ausência de uma orientação clara para o período seguinte, importa perceber se o Município nos consegue prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto e se tem articulado com o Ministério da Educação no sentido da resolução desta indefinição. A indefinição atual levanta algumas preocupações, nomeadamente se o desporto escolar continuará a ser garantido como uma oferta educativa

gratuita, assegurada por docentes de educação física, e se se assegurará a estabilidade dos horários dos docentes atualmente afetos aos núcleos e aos grupos de equipa.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, agradeço que conclua, que terminou o seu tempo.”-----

-----A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“O desporto escolar é uma componente estruturante da formação integral dos alunos. Permite conciliar o desenvolvimento competitivo das modalidades com a promoção dos valores educativos, sociais e de inclusão, assegurando que todos os alunos cresçam não apenas como atletas, mas como cidadãos ativos integrados na comunidade escolar. É necessário que isso continue.--- -----

-----Sabemos que não é uma competência da Câmara, mas achamos que o Município pode ter aqui um papel ativo na tentativa de desbloqueio desta indefinição e sugerimos que o faça.” ---

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, já terminou o seu tempo.”-----

-----A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.”-----

3.8. A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Excelentíssima Senhora Presidente, boa tarde a todos os que nos assistem. -----

-----No passado mês de fevereiro, numa das escolas secundárias de Oeiras, foi proposto por uma professora de Português do décimo segundo ano, uma análise crítica livre entre dois cartoons. Era este cartoon, quase não se vê. E era este cartoon. -----

-----Podemos constatar que ambas as opções foram escolhidas para despertar um conteúdo



6

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

crítico nos alunos. E que fosse livre, de acordo com as suas considerações. -----

----- O aluno em questão escolheu a imagem de Trump, dando a sua opinião tecendo considerações como: “Trump nunca é bem visto e isto não está correto” ou “em vez de vê-lo a destruir algo vejo-o como uma luz de esperança porque é isso que tem feito como acabando com as ditaduras como a Venezuela” ou “Não estou a dizer que defendo o Trump a cem por cento” ou ainda finalizando quando escreve “podemos ter várias opiniões sobre algo ou alguém e não só de uma forma, pois cada um é livre de pensar.”-----

----- Ora o aluno que teceu estas opiniões teve zero neste exercício, exercício este que foi cotado pela professora em vinte por cento da nota final, considerando ainda que a mesma prejudicará a média para a faculdade para onde pretende ir. Isto porque respondeu ao que foi solicitado de modo livre e crítico. -----

----- Esta professora que depois teceu comentários, que são escritos, em mensagem ao aluno e no final do exercício, completamente despropositados no sentido inicial do propósito do mesmo.

----- Ora vejamos - A professora responde como: “podes ter as tuas ideias políticas, mas não podes ler o que não está no cartoon” ou “a escolha era absolutamente livre.” Ora aqui, já nos estamos a contradizer. Ou respondeu também como: “O que importa neste exercício é uma interpretação válida da imagem”, seja lá o que isso for, enfim. E temos aqui mais uma resposta. Temos aqui uma resposta da professora a dizer: “Esta leitura não se adequa à mensagem do cartoon”. -- -----

----- Ora, torna-se claro que esta professora está nitidamente a querer impor uma interpretação ideológica não só na escolha do cartoon como na obrigatoriedade de resposta, pois uma interpretação válida da imagem não precisa de coincidir com a do autor nem no sentido mais óbvio. O aluno construiu uma análise fundamentada e coerente independentemente do que a imagem condiciona e do que parece ser o que a professora pretendia com isso. -----

----- Com isto: É triste ver um município cujas escolas secundárias não despertam o sentido

crítico dos seus alunos.-----

-----Este é de facto um tema que muitos evitam, mas não podemos continuar a ignorar: a constante instrumentalização ideológica nas nossas escolas. As escolas devem ser espaço de pensamento crítico e não espaços de condicionamento. -----

-----Uma visão do mundo apresentada como verdade absoluta, com palas, é um vazio. ---

-----Uma narrativa vendida como virtude não vale nada.-----

-----Uma ideologia disfarçada de neutralidade é vergonha. É uma batota porque usa a autoridade do professor para legitimar e obrigar a opiniões. -----

-----Quando se ridiculariza quem pensa diferente. É regressão. -----

-----Uma escola que doutrina, não educa.-----

-----Acreditamos que a maioria dos professores quer ensinar - não quer doutrinar. Mas ensinar não é obrigar a obedecer na mesma linha de pensamento condicionando uma ideia pré-definida. Porque a verdadeira educação não cria seguidores. Cria pensadores. -----

-----E hoje, infelizmente, há quem esteja a usar a escola para criar seguidores de uma determinada visão ideológica - disfarçada de virtude, mas profundamente parcial. -----

-----Queremos escolas sem medo do contraditório. Porque só assim se forma uma geração verdadeiramente livre. Inteligente. -----

-----O desenvolvimento intelectual não pode ser imposto. -----

-----Obrigada”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor.”

3.9. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento todos os presentes.-----

-----Há projetos que devem ser amplamente divulgados, para que todas as pessoas que deles possam beneficiar saibam que existem e lhes possam aceder. É o caso do que a Senhora



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Vereadora há pouco falou do LUMA Summit da Menopausa, que será este sábado, na Universidade Atlântica. -----

----- E, nesse sentido, há também... gostaria de colocar uma questão relativamente ao protocolo de Oeiras para a prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas que vivem com demência. Trata-se de uma iniciativa de grande relevância social, e seria importante perceber qual o ponto de situação da sua implementação e de que forma está a ser operacionalizado no Concelho.

----- Por outro lado, importa destacar respostas que já existem e fazem a diferença na vida das pessoas, mas que nem sempre têm a visibilidade necessária. Refiro-me, em particular, ao apoio gratuito a doentes oncológicos e às suas famílias, disponibilizado na delegação de Oeiras da Liga Portuguesa Contra o Cancro, em Caxias. -----

----- Obrigada.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25), faz favor.”-----

3.10. O Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, comemoramos hoje, dia sete de abril, o Dia Mundial de Saúde, criado pela Organização Mundial de Saúde, em mil novecentos e quarenta e oito. É dia de fazermos uma revisão temática e de louvar o recente protocolo do Município de Oeiras para a prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas que vivem com demência. ----

----- A demência constitui uma síndrome clínica caracterizada por um declínio cognitivo progressivo, crónico e adquirido, suficientemente grave para interferir com a autonomia e com as atividades básicas da vida diária. Os défices podem abranger memória, linguagem, função executiva, orientação, capacidade visoespacial e comportamento, e refletem uma disfunção cerebral subjacente, de natureza neurodegenerativa e vascular.-----

----- De acordo com o relatório Health at a Glance dois mil e dezassete da OCDE, Portugal

apresenta uma das mais altas prevalências entre os países analisados, com cerca de dezanove vírgula nove casos por mil habitantes, acima da média da OCDE de catorze vírgula oito.-----

-----Estima-se que existam atualmente mais de duzentas e cinco mil pessoas com demência em Portugal, número este que poderá ascender a trezentas e trinta e dois mil até dois mil e trinta e sete. -----

-----Entre os principais tipos clínicos de demência, destaca-se a doença de Alzheimer, responsável por aproximadamente quarenta por cento dos casos, caracterizada como um compromisso precoce da memória episódica, associada à deposição de placas beta-amiloides e de emaranhados neurofibrilares. -----

-----A demência vascular, com cerca de dezassete por cento, resulta de uma doença cerebrovascular, apresentando frequentemente um curso em degraus e que está associada a fatores de risco como a hipertensão arterial e a diabetes mellitus. -----

-----A demência com corpos de Lewy, de seis por cento, caracteriza-se por flutuações cognitivas e alucinações visuais frequentes. Ainda, bastante frequente, a existência de formas mistas, particularmente com a combinação da doença de Alzheimer com a doença vascular. -----

-----Clinicamente, a demência apresenta manifestações heterogéneas e evolutivas, envolvendo múltiplos domínios. Nos estádios iniciais, predominam alterações cognitivas, nomeadamente défice de memória recente, com dificuldade de aprendizagem e retenção de nova informação, frequentemente traduzida por esquecimentos de eventos recentes, compromissos ou tarefas do quotidiano. -----

-----Associa-se também a dificuldades da linguagem, como o esquecimento de nomes e discurso empobrecido, bem como o défice das funções executivas, de compromisso de planeamento, organização e julgamento da ação. A desorientação temporal e espacial é também frequente, à medida que a doença progride. -----

-----Estimados, um dos aspetos particularmente relevantes no curso da demência é o risco



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de desaparecimento, fenómeno relativamente frequente e de elevada preocupação clínica e social. Embora a maioria das pessoas seja encontrada rapidamente, uma proporção significativa dessas situações requer a intervenção das forças de segurança, sendo o tempo um fator crítico para o desfecho. Importa salientar que não existe um padrão único de comportamento nessas situações. Contudo, alguns traços recorrentes devem ser considerados.-----

----- As pessoas com demência tendem a dirigir-se para locais previamente conhecidos ou com significado pessoal, frequentemente relacionados com memórias antigas. Geralmente, deslocam-se a pé e percorrem distâncias curtas, sendo encontradas, na maioria dos casos, relativamente próximas do local onde foram vistas pela última vez. Adicionalmente, observa-se uma tendência para seguirem objetos, sempre em linha reta ao longo de estradas ou caminhos, parando quando encontram barreiras físicas. É também frequente isolarem-se em espaços exteriores, como áreas naturais, acabando por permanecer nestes mesmos locais. -----

----- Um aspeto crítico é o facto de frequentemente não responderem a quem procura, de não pedirem ajuda e, em alguns casos, evitarem o contacto devido a ideias delirantes, o que dificulta a sua localização. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores, é neste contexto que o Município de Oeiras lança o protocolo para a prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas que vivem com demência, iniciativa pioneira em Portugal, que visa reforçar a segurança destas pessoas e promover uma resposta rápida e articulada em situações de desaparecimento. -----

----- Esta medida surge no âmbito do Plano Local de Oeiras para as Demências, mais uma vez único e pioneiro em Portugal, e resulta de uma parceria do Município de Oeiras e da Associação Alzheimer Portugal, que reúne diversas entidades, incluindo forças de segurança, Proteção Civil e bombeiros. Este mesmo protocolo dirige-se principalmente a pessoas que vivem com demência, aos seus cuidadores e à comunidade em geral, de modo a reconhecerem o papel fundamental de todos na prevenção e na resposta destas situações. -----

-----Constituem como objetivos deste protocolo: prevenir o desaparecimento de pessoas que vivem com demência através da sensibilização da comunidade e da capacitação dos cuidadores; reforçar a articulação entre entidades locais, garantindo uma resposta rápida e coordenada quando ocorre um desaparecimento; promover a literacia e informação sobre demências, sobre os comportamentos associados a estes episódios de desorientação; como também, de criar mecanismos de atuação e instrumentos operacionais que facilitem a localização destas mesmas pessoas. -----

-----Para este efeito, prevê-se um conjunto de medidas que incluem ações de sensibilização, dirigidas à comunidade e aos cuidadores, formação das forças de segurança e de socorro, como também a criação de circuitos de sinalização de pessoas em risco, com definição de procedimentos e articulação das diversas entidades. -----

-----Com mais esta iniciativa, Oeiras reforça, mais uma vez, o foco da sua política: as pessoas. Quantos de nós, senhores deputados, conhecemos pessoas com demência que já desapareceram, pelo menos uma vez? E não faltam histórias de desfechos infelizes. -----

-----Em Oeiras, o nosso Executivo Municipal é sensível a esta causa e pioneiro a nível nacional. Em Oeiras é diferente, e aplique-se o que se faz em Oeiras a Portugal. -----

-----Disse, Senhora Presidente. -----

-----Muito obrigado” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

3.11. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Hoje trouxe quatro assuntos, em nome do Grupo Político Evoluir Oeiras. Espero ter tempo de os abordar todos. -----

-----O primeiro é sobre a Fundação de Oeiras. O projeto da Fundação é, provavelmente, um



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dos projetos urbanísticos com maior impacto estrutural no Concelho nas últimas décadas dada a sua dimensão. E é um projeto com impactos significativos já identificados, nomeadamente ao nível da volumetria, do aumento de tráfego e da insuficiente resposta aos desafios das alterações climáticas, como aliás, foi detalhado na participação pública que fizemos em dois mil e vinte e três, a respeito do loteamento.-----

----- Na semana passada, foi aqui aprovada, por unanimidade, uma extensão do prazo da consulta pública, o que saudamos, e foi dado o compromisso, por parte do Senhor Presidente da Câmara de que iria estender o período desta consulta pública. Ora, dá-se o caso de que hoje é dia sete de abril, que é a data de fim de prazo que foi lançado no primeiro edital, e o edital de prorrogação do prazo ainda não saiu. E seria muito importante que saísse hoje, para ter a certeza de que esta consulta seria prorrogada. Sem um edital, não havendo certezas de prorrogação, fica muito inseguro por parte dos cidadãos fazerem a consulta com mais tempo.-----

----- Eu enviei, esta manhã, um e-mail para o Gabinete de Apoio à Presidência e também para o apoio aos órgãos, a questionar sobre isto, mas, até à data da minha intervenção e até à hora da minha intervenção, não tive qualquer resposta, daí estar a colocar esta situação.-----

----- Depois, a segunda questão, em relação ao património. Ontem decorreu um incêndio, como todos saberão, que destruiu parte do Convento de São José de Ribamar em Algés, nomeadamente a capela e edifícios anexos, e trata-se de um local que há décadas está ao abandono, em degradação e com ausência de ação. Estamos a falar de património relevante, identificado no Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras e que, ainda assim, foi deixado ao abandono entre indefinições e pressões urbanísticas. O facto de ser propriedade privada não isenta o Município de responsabilidade, pelo contrário, exige até uma atuação proativa, como de resto o Município tem para outras situações tão proactivamente. Tudo isto ocorre num contexto de forte pressão urbanística e imobiliária sobre a Quinta de São José de Ribamar, com dois loteamentos previstos, um que foi aprovado há quinze anos (que nunca foi

concretizado, deixando o convento degradar-se) e outro que prevê a demolição de património histórico cujo processo permanece sem transparência quase há um ano, após a consulta pública ainda sem relatório. -----

-----E, portanto, as questões são: para que é que serve o Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, um plano que foi aprovado em mil novecentos e noventa e nove e, portanto, perguntar para que é que serve, se está em vigor, e se sim, porque é que nada é feito? Que medidas concretas foram tomadas para evitar que isto acontecesse? E o que vai acontecer agora a seguir? Vamos assistir à perda definitiva deste património ou há alguma estratégia clara de recuperação e transparência? Porque o que vemos uma e outra vez é o património a degradar-se sem que nada seja feito, até deixar de ser um obstáculo à construção imobiliária. E, por isto, esperamos que isto não continue, porque um concelho que é rico não pode desprezar o seu património. -----

-----Um alerta também para a dificuldade que os bombeiros tiveram para acesso ao local, dado o estacionamento selvagem que continua a ocorrer de forma impune em Algés. -----

-----Depois, também abordar aqui a questão do casal sem-abrigo que continua sem solução, e a informação também não nos chega. Já pedimos várias vezes. Soubemos esta semana que, de facto, o casal sem-abrigo com quatro animais continua sem solução. Todas as soluções que lhes foram apresentadas implicavam a separação dos seus quatro animais, dos quais não abdicam, obviamente. E ainda há poucas semanas nesta Assembleia aprovámos uma proposta de adequação das respostas sociais à realidade das pessoas com animais de companhia. Assim, queria perguntar então: para quando um contributo da Câmara para a solução desta questão?-----

-----Depois, apenas para finalizar, referir-me ao Dia da Atividade Física. Começo por saudar a iniciativa do Dia da Atividade Física, que decorrerá no próximo domingo e que Oeiras já assinala há vários anos. E o que hoje é anunciado não é novo — é algo a reconhecer o valor de fechar a Marginal para as pessoas. E é precisamente por isso que propusemos no mandato anterior



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que esta iniciativa não fosse pontual, mas que, sim, fosse regular, com uma manhã por mês sem carros na Marginal — proposta que foi chumbada pela maioria do INOV.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Agradeço que conclua, Senhora Deputada.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Estou mesmo a terminar Senhora Presidente. Uma proposta que foi aqui chumbada pelo INOV e pelo Chega. Por isso, a questão simples que deixo hoje: se isto é positivo, porque não fazê-lo mais vezes? Porque diz o Senhor Presidente na conferência que deu recentemente que “investir na saúde é investir em todos nós” e todos queremos propostas que façam melhorar a saúde de todos os oeirenses. -----

----- Deixo por isso, o desafio ao INOV: se quiserem copiar a proposta que trouxemos no mandato anterior, teremos muito gosto de votá-la a favor. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado, faz favor. Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25).” -----

3.12. O Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25), fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Queria apenas deixar umas três ou quatro notas relativamente à intervenção da Senhora Deputada do Chega, que trouxe um teste para analisar aqui na Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal é um órgão do Poder Local, criado com o Vinte e Cinco de Abril, o Poder Local, e a Assembleia que muito tem dignificado a Democracia e muito tem favorecido os municípios e os fregueses na divisão administrativa do nosso território em Portugal, mas não tem todos os poderes. -----

-----Eu não sei se o teste foi bem classificado, se foi mal classificado. O que eu sei é que o sítio certo para analisar o teste não é, seguramente...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, agradeço silêncio. Agradeço silêncio. Desculpem, está o Senhor Deputado a falar.” -----

-----O **Senhor Deputado Domingos Santos (INOV25)**, continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... não é, seguramente a Assembleia Municipal. -----

-----Queria dizer que os alunos têm todo o direito, e os pais dos alunos, se os alunos são menores, a saber quais são os critérios de avaliação, quais são os objetivos, o que é que se pergunta e como é que os testes são avaliados. É, de facto, um direito que têm. -----

-----A legislação prevê que, no fim de cada ano, as classificações lançadas nas pautas possam ser objeto de reclamação e de recurso. Há um prazo de três dias úteis, onde se faz a exposição, se contesta o que se tem de contestar, e o órgão que avalia — que não é o professor, é o conselho de turma ou o conselho de docentes, no caso do primeiro ciclo — vai pronunciar-se sobre isso. - -----

-----Se a pronúncia for favorável à pretensão do encarregado de educação ou do aluno, se maior, o problema fica resolvido. Se não, vai ao Conselho Pedagógico. E, se não fica resolvido no Conselho Pedagógico, pode haver um recurso hierárquico. Isto sem prejuízo de quem acha que está a ser prejudicado se poder queixar à direção do estabelecimento ou à Inspeção-Geral da Educação e Ciência, que é a entidade que regula internamente a aplicação da legislação. -----

-----Queria apenas contar, da minha experiência, esta história que esta intervenção da Senhora Deputada me fez lembrar. Um dia, era eu diretor da Escola Secundária Sebastião e Silva, ainda não fazíamos parte do agrupamento, e há um encarregado de educação que me pediu uma audiência. Entra pelo meu gabinete, muito zangado, a dizer que uma dada professora, excelente



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

professora, que já faleceu infelizmente, tinha prejudicado o filho na classificação de um teste. Tinha pedido uma redação no teste, na aula, e tinha classificado mal. E o encarregado de educação, muito amigo de um professor do ensino superior, deu-lhe o teste para ele analisar, e ele disse: “Esta redação está fantástica. Eu só tenho pena de não ter sido eu a fazê-la. É inadmissível a classificação negativa que lhe foi dada.”-----

----- E eu pedi à professora que se pronunciasse, e a professora disse: “Sim, sem dúvida, a redação está muito boa, mas não era isso que era pedido, não foi esse o contexto. Eu estive a dar aos alunos a aplicação das vírgulas, dos pontos, das exclamações, das regras gramaticais e pedi, e escrevi no enunciado, que eles aplicassem tantas vezes esta regra, tantas vezes aquela, num texto inventado que fizessem como entendessem, porque o que eu queria saber é se tinham aprendido as regras da pontuação e se as tinham aplicado. E este trabalho, este teste, nem a legenda tinha para dizer em que circunstâncias aplicou a pontuação.” Portanto, isto para dizer que nós temos de ver o contexto em que as coisas acontecem. E aqui, contestar um teste sem ouvir a outra parte não é correto.-- -----

----- Eu comecei a estudar, de facto, num regime onde havia uma grande, grande atenção e controlo dos professores e dos alunos do secundário que não seguiam as orientações da Administração Central, e os alunos tinham em cima deles a espada de Dâmocles, ou seja, chegados aos dezoito anos, se houvesse informações que ele não devia de continuar, ele era chamado para a tropa, para a guerra, e não continuava os seus estudos no ensino superior. E os professores, enfim, eram perseguidos por isso também. -----

----- Eu espero que não haja a tentação de, no futuro, termos no poder, seja no central, seja no poder administrativo local, seja onde for, quem queira fazer da educação um aparelho ideológico que, a par de aparelhos repressivos policiais, criem um Estado Ditatorial outra vez em Portugal.-- -----

----- Eu, para terminar, não sei, não estou a tomar posição se o teste foi ou não foi bem

classificado. Estou a dizer que a legislação democrática, ainda bem, garante o direito de se perceber tudo e poder, em instâncias próprias, pedir a revisão das decisões que foram tomadas. -----

-----Agora, parece-me demagógico e deslocado trazer isto para a Assembleia Municipal.

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.”

3.13. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL), fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. Para levantar duas questões. -----

-----Uma delas já foi levantada pelo Grupo Evoluir Oeiras, que é sobre o fogo que aconteceu ontem, em Algés, que é bastante preocupante, atendendo ao imóvel que ardeu, ou, em parte, ardeu. -----

-----E a outra questão era também para questionar sobre uns movimentos de terras, ou terraplanagens, que estão a existir junto do Golf, ali no Taguspark, e que não têm qualquer informação do que é. Portanto, não sabemos se é privado, se é da Câmara, se o que é que vai lá fazer, o que é que vai lá acontecer. Portanto, se o Senhor Vice-Presidente tivesse alguma informação sobre essa questão, era interessante saber ou, se não, que averigue porque é que não há qualquer informação do que é que está ali a acontecer. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Ninguém? Então, Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?” -----

3.14. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Começando pelas últimas questões trazidas pela Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, até coincidente com a do Evoluir Oeiras, sobre o fogo que aconteceu ontem no Palácio de



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

São José de Ribamar, dizer a Vossas Excelências, naturalmente, que o fogo aconteceu ontem. Trata-se de um palácio antigo, propriedade privada, que tem operações urbanísticas aprovadas, mas, naturalmente, que não cabe a este Vice-Presidente, menos de vinte e quatro horas após o acidente, informar dos detalhes de uma investigação que não é minha e não está concluída. Quando a conhecermos nos seus detalhes, poderemos falar sobre elas. Falar antes do tempo, normalmente, não dá muito bom resultado. Portanto, temos de esperar e ver o resultado da possível investigação.

----- Quanto à operação urbanística que está em movimentação de terras no Golf, Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, é público. É público. O Plano, aquele Plano, é público; o alvará de loteamento é público. Tudo aquilo é público. É uma operação urbanística privada que está a acontecer conforme tudo o que estava previsto no passado. É isso. Quer conhecer mais detalhes, pode solicitar, e a Câmara de Oeiras informa do que está aprovado para o local. Todavia, isto está aprovado há décadas, portanto está agora a desenvolver-se uma coisa que está aprovada, peço desculpa, há décadas. -----

----- Senhora Vereadora, se não se importa... Depois diga-me. -----

----- O protocolo com a questão da demência, que foi trazido aqui pelo PAN, creio que com muito mais propriedade do que eu, foi respondido pelo Senhor Deputado Tomás Barra (INOV25). Foi assinado com a Associação de Alzheimer Portugal e está... Não é fácil isto, peço desculpa. Com a Associação de Alzheimer Portugal e está em fase de implementação. -----

----- Fundação de Oeiras. Senhora Deputada, aquilo que foi o compromisso do Senhor Presidente irá ser o que vai ser cumprido. Se ainda não foi publicado o edital, será publicado; está nos serviços em preparação, certamente, e será assinado com a extensão do prazo que foi aqui trazido. -----

----- Sobre o casal sem-ahriço, nós, por acaso, aprovámos, na Câmara Municipal, na última reunião de Câmara; foi aqui, uma proposta, mas, na verdade, já várias soluções tinham sido propostas para aquele casal, se eu não estou em erro. Portanto, o assunto está a ser acompanhado.

Agora, permita-me que eu lhe diga isto, porque há um momento que nós temos de olhar para a situação. Temos um casal que tem quatro animais, tinham nove — oito gatos e um cão — e tem que o Município, naturalmente, arranjar uma solução doméstica que consiga acomodar oito gatos e um cão em situação de salubridade. Portanto, é isto, agora, com que nós nos deparamos. É isto, agora, com que nós nos deparamos. Vou evitar tecer mais comentários sobre isto, porque nós, agora, enquanto comunidade, temos de acomodar uma situação de um casal que vivia com oito gatos e um cão, e os impostos da comunidade devem preocupar-se com toda essa situação, em detalhe, olhando para isto como se fosse o quotidiano e a vida comum da maior parte das famílias.

-----Passando para, se me permitem, o que foi trazido pela Senhora Deputada do Chega. Só aqui um segundo, deixem-me cá ver... Sim. O que foi trazido pela Senhora Deputada do Chega, com a licença do Senhor Professor Domingos Santos, que trouxe aqui a questão da tecnicidade... se me permitem, esta não é uma questão técnica, isto é uma questão de “Semancol”. “Semancol” é um xarope que toda a gente deve tomar para se mancar, para saber a sua posição, a posição em que devem estar. Eu não sei quantos anos de prática, de docência ou de conhecimento a Senhora Deputada do Chega terá para avaliar esta matéria, mas sei que não terá tomado “Semancol” suficiente para perceber que este não é o lugar certo para colocar estas matérias. Se os pais sentem que o filho foi mal avaliado, a família tem os recursos que o Senhor Professor Domingos, Deputado Municipal, aqui disse que a lei prevê.-----

-----Agora, eu percebo o incómodo do Vereador do Chega, que tem de sair, porque eu também me sentiria incomodado. Veja, eu também, se estivesse no lugar do Senhor Vereador Pedro Frazão... e é preciso perceber que o Chega não é todo igual. Os partidos não são monolíticos. Os partidos não são monolíticos, não são todos iguais. Apesar de alguma rudeza e alguma forma até violenta, como muitas vezes se apresenta publicamente, depois, em termos orgânicos, são capazes de se institucionalizar. Por exemplo, nem todos pedem a palavra tocando castanholas; sabem comportar-se de modo institucional. Outros há que não sabem comportar-se de modo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

institucional; não tiveram o mínimo. Depois, também há deputados que não sabem que o lugar apropriado para um recurso sobre um teste não é uma Assembleia Municipal. Até porque, peço imensa desculpa, creio que nem eu, nem a maior parte dos deputados municipais, se não todos, sabem efetivamente o que aconteceu no caso concreto. Como podemos nós avaliar uma situação concreta de um teste que não conhecemos? -----

----- Agora, passemos para o passo seguinte, que é verificar a visão do mundo destas personagens. Açam que é assim? Açam que a situação de um teste da escola se resolve numa Assembleia Municipal? Voltamos ao “Semacol”, não foi tomado. É o xarope que toda a gente tem de tomar para se mancar um bocadinho, para saber calçar os seus sapatos. Lamentavelmente, isto não acontece, mas isto era o risco em que nós cairíamos. Volto a dizer, e permitam-me que eu vos diga, nós vivemos todos num Concelho com uma população educada, na maior parte dela, culta. Eu só tenho de deixar esta questão: é nisto que estas pessoas se revêm, efetivamente? É isto que nós queremos de uma Assembleia Municipal? -----

----- No lugar de estarmos a discutir questões da vida, da nossa vida coletiva, estamos aqui para avaliar a avaliação de uma professora num teste, como se conhecêssemos a grelha de correção, a matéria que foi lecionada, o que se esperava. Só falta, daqui para a frente, trazer o nome da professora aqui também e lançar uma “fátua”, qual radicais islâmicos, sobre a professora. É a isto que nós estamos a ficar sujeitos. Esta Assembleia Municipal costumava ter outra dignidade. É lamentável que se chegue a este ponto, que se chegue a este ponto. -----

----- Agora, queria deixar duas notas de reconhecimento pelas palavras que foram trazidas pela Constituição da República Portuguesa. Sem ela, nós não estávamos aqui. Particularmente, as mulheres que estão aqui sentadas teriam uma vida social muito diferente. Provavelmente teriam de pedir licença para fazer muitas coisas; outras tantas não teriam autorização para fazer essas coisas. Portanto, se todos estamos aqui, a esta Constituição devemos. -----

----- E, por fim, uma palavra de reconhecimento para a Senhora Deputada Celina Mendonça

(INOV25). Trouxe aqui uma questão que, apesar de dizer respeito, no concreto, a pouca gente, é uma questão importante da nossa vida coletiva, e a coragem deve sempre ser devidamente reconhecida. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Não havendo mais intervenções... pretende usar da palavra, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)?”-----

3.15. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, só para indicar que não foram respondidas as questões que colocámos em relação ao Plano da Salvaguarda e, portanto, pretendemos receber as respostas por escrito. -----

-----Depois, também em relação ao casal, já pedi várias vezes que fosse enviado um relatório, sem os dados pessoais, ao Grupo Político Evoluir Oeiras e aos outros deputados, e ainda não o fizeram. Isto é um requerimento, para todos os efeitos. -----

-----Muito obrigada” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim, sim. Obrigada, Senhora Deputada. Já não tinha tempo. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), faz favor.”-----

3.16. A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Queria só fazer aqui umas considerações que não foram tomadas em atenção, nomeadamente pessoas que não estão atentas ao meu discurso. Portanto, eu disse aqui que ele tinha tido um zero como nota final. Portanto, isto já indica alguma coisa, não é? Não sabemos o que é que aconteceu, o que é que não aconteceu. Eu tenho aqui as indicações todas, tenho aqui as fotocópias todas do que é que foi falado e do que não foi falado. Agora, estarem-me a dizer que não posso fazer determinadas considerações, que não... eu sou Deputada Municipal, tenho tanto



11

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

direito como as outras pessoas de falar, de exprimir a minha opinião.-----
----- Isto foi um pedido de análise crítica, como eu disse; a professora pediu um pedido de análise crítica, portanto foi uma coisa muito específica, não tinha a ver com vírgulas, nem com pontos finais, nem com mais coisa nenhuma. Era uma análise crítica. O valor final foi zero, porque o menino escreveu uma coisa que a professora ideologicamente não concordava. -----
----- E, portanto, e a arte, como nós sabemos — quem percebe de arte — a arte nunca tem só uma interpretação. Claro que é enviesada. Este artista, por exemplo, é um artista de esquerda, como toda a gente sabe. Portanto, havia uma interpretação enviesada já da parte da professora e é lamentável que a professora pede uma análise crítica e depois não a aceita como válida. Isto não se chama ensinar; isto chama-se condicionar. -----
----- Obrigada.” -----
----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----
----- “Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Vice-Presidente, sim, ainda tem tempo.” -----
3.17. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----
----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----
----- Eu queria só chamar a atenção para o que se passou aqui, em tentativa de avaliação de uma avaliação feita num teste concreto por parte de uma professora.-----
----- Hoje foi trazido para a Assembleia Municipal de Oeiras um teste que vem de uma situação de aula para avaliar a avaliação de uma professora. É com isto que nós estamos a conviver.
----- Volto a dizer, ou a questionar: se é nisto que os cidadãos de Oeiras se revêm? É isto que é importante — avaliar os professores fora da sala de aula, fora do ambiente educativo, fora do que a lei prevê? -----
----- Suponho que não, mas as palavras ficam sempre com quem as toma, juntamente com as atitudes. -----
----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

3.18. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que a intervenção da Senhora Deputada Filipa Lourinho, do Chega, representou claramente uma tentativa de controlo e condicionamento daquilo que é a escola pública tal como a reconhecemos, do exercício da docência, o que não pode ser, de forma nenhuma, tolerado num espaço que deve garantir a liberdade e o pluralismo democrático, tal como é e como conhecemos esta Assembleia Municipal. -----

-----Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Tinha pedido a palavra a Senhora Deputada, mas não tem tempo, não tem absolutamente tempo nenhum. É que esgotou o seu tempo. Eu peço desculpa. Pois, mas na verdade é que esgotou o tempo e agora não pode usá-lo. Peço desculpa. Desculpe, Senhor Vice-Presidente?” -----

3.19. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Posso dizer qualquer coisa sobre o desporto escolar.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Pronto, o Senhor Vice-Presidente irá falar então sobre o desporto escolar.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente. -----

-----Sendo muito breve, dizer apenas que, naturalmente, da parte do Município nós estamos totalmente disponíveis para colaborar com o Ministério da Educação. Na maior parte das vezes, dizer-vos que, na maior parte das vezes, nós não sabemos para onde o timoneiro quer ir. Na maior



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

parte das vezes, não o sabemos.-----

----- A nossa dificuldade de articulação com os diferentes Ministérios da Educação tem sido essa: não sabemos para onde o timoneiro quer ir. Estamos dispostos a apoiar no que é a nossa competência e até ir além da nossa competência, mas, a maior parte dos casos, demoram muito tempo a responder-nos. Estamos há alguns anos à espera em algumas matérias. Nesta também, se calhar, vamos esperar mais um bocadinho até que haja decisões. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Tinha pedido a palavra para que efeito Senhor Deputado?” -----

3.20. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) fez a seguinte **Interpelação à Mesa:** -----

----- “Só uma Interpelação à Mesa.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Sim, faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** continuou a sua intervenção dizendo:-----

----- “Só uma Interpelação à Mesa, porque foi dito aqui uma coisa que, historicamente, é errada e quem nos está a ouvir está a ser induzido em erro. -----

----- Falou-se aqui muito da Constituição, não temos nada contra, mas a Constituição não nasce do Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro, nasce após o vinte e cinco de novembro de setenta e cinco, em mil novecentos e setenta e seis. Portanto, convém saber história.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, isso não é uma Interpelação à Mesa, peço desculpa. -----

-----Vamos continuar e, não havendo mais nada, vamos passar para o Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação do Relatório Anual das Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJ) relativo ao ano de 2025 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“E eu pedia ao Senhor Presidente da Comissão... vamos ouvir uma exposição. Muito obrigada pela sua presença e vamos ouvi-lo então relativamente a este ponto um. Faz favor de se sentar.”-----

-----O Senhor Rui Esteves, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras (CPCJ) fez a seguinte exposição:-----

-----“Bem, em primeiro lugar, cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o senhor... Tenho o comando para trocar depois o... Não tenho aqui, acho, o comando para trocar a apresentação, para andar com a apresentação, para trocar os slides, dá esse comando? Não?-----

-----Pronto. De qualquer forma, cumprimentar também o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, todos os presentes e os que nos estão a ouvir, eventualmente, lá em casa. Obrigado.-----

-----Portanto, já não é a primeira vez que eu cá estou. Dizer que é um gosto estar cá novamente convosco, que é um privilégio. E, pronto, farei esta apresentação, digamos que sucinta. É impossível — muito obrigado — é impossível sintetizar o trabalho duro, intenso, de um ano de uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em trinta minutos. Muito obrigado.-----

-----Mas tentarei, de forma breve, mas espero que correta, dar conta dos principais dados em relação aos processos, não me focando tanto na vertente mais, digamos, preventiva, digamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

assim. Portanto, esta apresentação, como nos anos anteriores — eu opto por esse tipo de apresentação — vai mais aos números, às problemáticas, aos fatores de perigo, aos processos propriamente ditos, que cada processo, naturalmente, representa a vida de uma criança, a vida de uma criança numa determinada fase da sua vida, que pode, eventualmente, ser uma intervenção por parte da Comissão de Proteção, no caso de Oeiras, circunscrita, naturalmente, ao Concelho de Oeiras, uma fase da sua vida que pode ser temporária ou não. -----

----- Digamos que eu optei por trazer aqui três breves trechos de três textos fundamentais. Este aqui, na verdade, faz a comemoração dos cem anos. Recomendo, a quem tiver interesse, uma publicação pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens sobre esta, ou dedicada à celebração destes cem anos desta declaração, que, digamos, é um texto pioneiro nesta matéria. -----

----- E depois trago aí, já de charneira, este... aqui do artigo terceiro, número dois, da Convenção dos Direitos da Criança, que é, no fundo, o texto, digamos, mais importante — não quer dizer que cumprido, longe disso, no contexto internacional que nós verificamos — mas o mais ratificado tratado internacional, mais ratificado de sempre: a Convenção dos Direitos da Criança. E eu sublinhei ali no anterior: “necessário ao seu desenvolvimento normal”. Isto é, digamos, aqui, o texto remete-nos para algo que parece-me bastante abstrato, mas depois há aqui um desenvolvimento: garantir às crianças, digamos, os cuidados. É uma responsabilidade de todos, mas também do Estado e, aqui, circunscrito ao nosso território, do nosso Concelho de Oeiras, garantir às crianças o seu bem-estar. -----

----- E, no caso aqui da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo — aí já há uma lei a nível nacional, que é uma lei que tem sido revista, mas que é a lei por que nos pautamos, não só a Comissão como todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude *lato sensu* — portanto, aqui já há uma descrição mais concreta e mais fina, digamos assim, por forma a garantir às crianças o seu bem-estar e desenvolvimento integral. -----

-----Esta lei baseia-se, fundamentalmente e necessariamente, com respeito pela Convenção dos Direitos da Criança e, portanto, diz respeito a todas as crianças, sem discriminação negativa; eventualmente, a existir, a discriminação só poderá ser positiva, no sentido da sua proteção, na proteção e defesa do seu superior interesse. -----

-----Portanto, aqui, repetindo para alguns de vós que não estiveram cá nos outros anos, outros que já estiveram — mas aqui, também para sublinhar — que, no nosso, no Concelho de Oeiras, temos todas as entidades representadas na Comissão Alargada. Para aqueles que não sabem — para os que sabem é uma repetição, mas para os que não sabem — todas as comissões, são trezentas e quinze atualmente no território nacional, e o território nacional está finalmente coberto com comissões em todos os territórios, portanto, em todos os municípios, em todo o território, tanto no continente como nas ilhas. São trezentas e quinze e aqui, no caso de Oeiras, felizmente — não é só felizmente, graças também à preocupação e ao trabalho, ao nosso trabalho, à nossa preocupação; nosso, digo, não da Comissão, mas aqui das entidades com esta responsabilidade — temos todas as entidades representadas na Comissão Alargada. -----

-----As comissões dividem-se. Cada comissão é só uma, digamos assim; a Comissão de Oeiras é só uma, mas tem duas modalidades: a modalidade alargada, digamos, que diz respeito à prevenção, reúne mensalmente, obrigatoriamente, tem oito boras — cada membro tem oito horas para dedicar ao trabalho da comissão, que pode ser por grupos de trabalho ou por reuniões plenárias — e depois a restrita. Sim, este quadro diz respeito à Comissão Alargada, mas a restrita, sim, trabalha as situações de perigo e a matéria, digamos, de perigo das crianças, que é de natureza privada, da esfera privada da vida das crianças. Portanto, há proteção dessa confidencialidade. ---

-----Aqui, no caso da alargada, temos as entidades e, aqui, já na restrita, temos o corpo técnico, digamos assim. No meu caso, eu tenho... coloquei a formação dos elementos, o cargo, funções — Presidente; Secretária, substitui o Presidente; pedagogia, afetação a tempo inteiro; o Município tem representante, assistente social, afetação a tempo inteiro. -----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É um órgão multidisciplinar e multi-institucional, se se pode dizer assim, também muitos de vós já o sabem. Representante da saúde, continuamos com esta carência. Já pedi a vossa, se possível, ajuda. Temos esta carência aqui, um pouco, na saúde. Temos a vantagem de o elemento da saúde pertencer ao Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco — a lei preconiza que deve pertencer — mas temos a desvantagem da afetação apenas de dois dias por semana.-----

----- De resto, temos a composição como a lei determina: dois elementos de apoio técnico. O apoio técnico, na verdade, não tem, digamos, poder deliberativo — é essa a diferença — mas gera processos e tem as mesmas funções praticamente do que os representantes; mas os representantes têm, digamos, mandatos e poder deliberativo.-----

----- Dois elementos de apoio técnico da área da educação. Temos três professores na Comissão. Eu sei, não quero aqui alongar-me em relação a esse aspeto; apenas deixo em nota de rodapé de que muitas das comissões pelo país tiveram aqui muitas dificuldades em relação a esta questão, também pelas carências e pelas exigências que a escola acarreta, mas a verdade é que temos três professores.-----

----- Depois, temos um outro apoio jurídico da Câmara Municipal, apoio de psicologia da Santa Casa da Misericórdia — que também é o meu caso, pertença — embora represente o Instituto da Segurança Social; no caso, como Presidente, represento a Comissão, mas a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através de protocolo, também têm técnicos afetos às comissões na área, digamos, da NUT Três da Zona Metropolitana de Lisboa.-----

----- Apoio técnico: assistente social, também da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Câmara Municipal de Oeiras: a secretaria, com dois assistentes técnicos e um estágio profissional que foi garantido tanto pela União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Portanto, aqui os números... eu falava com os meus colegas e com as minhas colegas, porque são maioritariamente mulheres, mas não há lei da paridade neste ..., mas também não teria

de haver. Mas são, necessariamente, maioritariamente mulheres.-----

-----Mas falava que quem olhar para estes números, grosso modo, poderá achar que as coisas estão sempre na mesma, mas não estão. É natural que cada criança é singular, digamos assim; portanto, estes números representam crianças e, apesar de aqui em Oeiras os números não serem — digamos —, não existe uma oscilação que se possa denotar a olho nu, é verdade que, quando olhamos para os números, temos de perceber que aqui quatrocentas e vinte e duas são crianças, reabertos, cento e setenta e uma crianças, processos relativamente a situações que afetam o bem-estar e a vida dessas crianças e jovens até aos dezoito anos de idade, salvo exceções — raras exceções, mas que existem. Portanto, podemos acompanhar também situações de maioridade, desde que os jovens estejam a estudar e necessitem do nosso acompanhamento.-----

-----Depois, aqui, esta fatia também, na verdade, os números mantêm-se mais ou menos equitativos. Nós, é verdade, que reparámos e notámos que, na pandemia, houve uma descida muito significativa dos números. Aqui não está, porque dois mil e vinte e três já, digamos, diz respeito a um... quase a um ultrapassar, que não foi definitivo, mas os números, para trás, são mais baixos porque havia menos sinalizações; verificavam-se menos sinalizações porque as entidades também, naturalmente, muitas delas fechadas e as pessoas, infelizmente, resguardadas ou confinadas ao seu seio doméstico. Portanto, houve ali, digamos, um abafar das sinalizações e do alerta das instituições. Portanto, mas depois — e isso também se vê, não tenho aqui os dados para trás, nem precisava de ter — mas também se verifica aqui em relação às idades. -----

-----O que é que eu gostava de sublinhar aqui em relação a este quadro? O que eu gostava de sublinhar é que vamos — e deixei aqui com a Assembleia Municipal dois cartazes e posso enviar a quem tiver interesse — temos tido o cuidado de ter iniciativas, vamos fazer uma iniciativa focada na primeira infância. Isto é um bocado uma chave, é uma frase chavão, digamos assim, mas apostar na primeira infância é muito importante: cuidar bem das crianças no início da sua vida para que elas cresçam com bases e se tornem, depois, cidadãos e cidadãs com dignidade e que possam



1
m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desenvolver o seu bem-estar, lá está, integral e o seu desenvolvimento harmonioso. -----

----- Verifica-se, efetivamente, que a fatia onde se denota mais casos, maior volume de casos, é efetivamente ali no início, antes e no início da adolescência. Eu constatava aqui, ou melhor, eu explicaria este fenómeno por dois motivos: um deles é que, efetivamente, é nesta idade que começam, como a própria adolescência, portanto, é isso que simboliza — é isso que é, no fundo — também os comportamentos mais disruptivos que acontecem mais nestas idades. -----

----- É claro que um jovem sem estrutura familiar ou sem bases, digamos, para o seu crescimento, esses comportamentos disruptivos ou de rebeldia terão consequências para si próprio e para os outros muito diferentes de um jovem ou de uma jovem que cresça num ambiente familiar ou social comunitário mais protegido ou mais positivo. Portanto, esse é um dos motivos. -----

----- E também os reflexos — que é isso também um ponto que eu gostava de sublinhar — os reflexos dos episódios de afetação ao perigo ou ao sofrimento, digamos assim, também o verificar desse dano sucede depois, mais tarde na vida. Portanto, é essa também, essa fatia ali que aumenta, dos onze, sobretudo, até à idade, perto da idade, já adulta. -----

----- Em relação às freguesias, mantenho: houve ligeiras descidas. Isto pode ser lido de várias formas. Devo dizê-lo com toda a franqueza: temos uma relação próxima com as Uniões de Freguesia e com as Juntas de Freguesia. Temos iniciativas constantes, digamos assim, junto das Uniões de Freguesia. Temos representatividade das Uniões de Freguesia e das Freguesias na Comissão Alargada, não tanto na Comissão Restrita — não é obrigatório tê-lo. Portanto, temos na Comissão Alargada. Tivemos o apoio do elemento de psicologia seis meses e temos também, com os grupos de trabalho — que são quatro —, iniciativas junto das entidades com competência em matéria de infância e juventude, focadas para técnicos e também para cidadãos, pessoas interessadas nesta área que queiram aprender um pouco mais sobre a área. Portanto, as inscrições, por regra, são gratuitas e livres. Desde que se faça a inscrição, pode-se aceder às sessões, e elas vão sendo publicadas nas nossas plataformas. -----

-----Aqui queria deixar uma palavra — quando venho cá, normalmente uma vez por ano, procuro sublinhar a importância da articulação com todas as entidades, não é? Com o Município, com as escolas, com o Ministério Público, que tem a competência da fiscalização, os serviços de saúde, normalmente — nem sempre, mas normalmente — os casos, infelizmente, mais sensíveis, de bebés ou de bebés que não têm, portanto, ou têm pais em situação de tremenda fragilidade, ou até, em certos casos, até existe o abandono dessas crianças, normalmente é com os serviços de saúde que nós articulamos em primeira mão.-----

-----Mas eu queria deixar uma palavra também de apreço muito sincero à Polícia de Segurança Pública, porque nós vamos ver que, ao longo dos anos, houve agora uma ligeira descida de quinhentos e setenta e um. O ano passado, ou melhor, o ano anterior, dois mil e vinte e quatro, foi muito alto o número de sinalizações. Mas a verdade é que esse braço de apoio e de segurança tem sido muito constante. Penso que isso é a regra, pelo menos nas comissões que eu conheço. Por conversar com colegas, acho que é a regra, mas aqui, em Oeiras, também queria deixar uma palavra de apreço em relação à eficácia e, portanto, à extensa articulação que existe com a Polícia de Segurança Pública.-----

-----Gostava também de sublinhar um outro aspeto. Muitas vezes, as escolas contam com a polícia para fazer as sinalizações, a chamada “Escola Segura”, não é? E então, muitas das vezes, portanto, o verificar do perigo vem por via da escola, mas depois a sinalização chega por via da Polícia de Segurança Pública.-----

-----Portanto, é isso que eu também gostava de sublinhar: olharmos para estes números de forma mais aprofundada. Muitas das vezes, as sinalizações que temos ali — quinhentas e setenta e uma — vêm, indiretamente, via escola, diretamente via PSP.-----

-----Outro dos aspetos que eu queria sublinhar neste quadro é de que as sinalizações anónimas desceram substancialmente. Existe uma interpretação possível em relação a esta descida. Essa interpretação é de que, pelo menos, algumas das minhas colegas defendem essa interpretação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e parece-me que colhe, que há mais empoderamento atualmente nas pessoas para proceder à sinalização. Portanto, não há tanta necessidade — não quer dizer que isso não seja legalmente admissível — mas não há tanta necessidade de sinalização anónima. A sinalização anónima é uma sinalização que pode simplesmente ser uma mentira e, depois, na verdade, nunca se vem a saber, porque existe uma plataforma própria para essa sinalização. Nunca se vem a saber se aquilo efetivamente tem algum fundo de verdade ou não. Quer dizer, vai-se perceber pela avaliação que se faz, mas pode haver, digamos, uma intencionalidade que não seja verdadeira na pessoa que sinaliza ou na entidade que sinaliza anonimamente. -----

----- Eu acho que — eu sou apologista de que as instituições que têm competência em matéria de infância e juventude devem, portanto, por regra, sinalizar institucionalmente e não por via anónima. -----

----- De qualquer forma, os números vão mantendo... outras CPCJ houve, de facto, também um grande aumento, e os serviços de saúde mantêm também um número de sinalização elevado, mas a polícia destaca-se de forma muito... Portanto, os números da sinalização por via da PSP são muito maiores do que todos os outros. -----

----- Aqui, o tema sensível — um dos todos são — mas a violência doméstica, continuamos com este flagelo, continuamos com esta preocupação a nível... O relatório do RASI e os números a nível nacional demonstram que, provavelmente, esta questão do empoderamento, da possibilidade, do direito e da proteção na sinalização deste tipo de situações existe. Há um longo caminho a fazer. Trata-se de um crime público. As crianças não são vítimas indiretas — esse conceito já não existe. As crianças são vítimas diretas de situações de violência doméstica. É claro que, depois, na verdade, as matérias devem ser apuradas em esfera própria. A violência doméstica, o crime de adultos, afeta ou não crianças. Se houver crianças, por vezes há uma sinalização; não quer dizer que a criança... existem graus de perigo e de risco. A polícia, portanto, sinaliza como grau baixo, grau médio ou grau elevado, depende. A verdade é que continuamos com esta

preocupação e, enfim, temos de remar sempre na direção de reduzir estes números em relação à violência doméstica e a todos os outros. Destacam-se também a negligência. -----

-----Aqui há uma coisa muito importante, porque perguntaram-me no outro dia: “Ah, mas, por exemplo, se é uma sinalização de violência doméstica, só há violência doméstica?” Naturalmente que não. Estes números dizem respeito ao fator de perigo prevalecente ou predominante na situação em que a criança se encontra. -----

-----Devo dizer também que muitos destes casos, felizmente, são casos que não necessitam de excessiva intervenção, porque pode ser um episódio de conflito parental, que digamos, que não seja gravoso, digamos assim. Mas depois também há outras situações — aí depois veremos as medidas — há outras situações que são mais complicadas, mais difíceis para a família e para as crianças. --- -----

-----E então é aqui a questão das sinalizações. Eu já o ano passado sublinhei — e não parece-me muito justo dizê-lo — que, em Oeiras, não predomina, eu falo em relação à Comissão; não estou a referir-me ao tribunal, porque as decisões judiciais eu não contemplo aqui, naturalmente, mas, em relação à Comissão, o acolhimento residencial não é uma medida predominante. -----

-----Isso deve-se muito, provavelmente — ou com certeza — às políticas que têm sido desenvolvidas ao longo dos anos, não é? Se uma família tem uma casa, se uma família tem habitação, mesmo que passe por determinadas dificuldades no desenvolvimento da sua vida, mas se tem uma casa, à partida, na maioria dos casos — não digo em todos — poderá não haver necessidade do acolhimento residencial das crianças. É claro que pode haver uma casa em que não haja segurança para as crianças, mas também pode haver a casa de algum familiar em que as crianças sintam alguma segurança e, então, pode-se aplicar uma medida para que crianças fiquem ao cuidado — crianças e jovens ao cuidado de outros familiares. -----

-----Ainda assim, o que podemos constatar de forma muito clara neste quadro é que o que



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aumentou significativamente foram as medidas de apoio junto dos pais. Portanto, é a medida da alínea a), é a medida mais, digamos, é a que mantém as crianças junto dos seus pais, que é aquilo que, à partida, é o desejável. Portanto, esse número aumentou significativamente. Também uma palavra de apreço à minha equipa, à equipa a que pertence, por este aumento, que vem no sentido de proteger melhor as crianças. -----

----- Portanto, aqui é mais... não considero este quadro tão, tão — quer dizer, é relevante, todos são relevantes. Aqui é o arquivamento, porque, na verdade, nós temos uma fatia do ano passado, cerca de mil duzentos e dezoito processos, este ano mil cento e sete, por aí, mas depois os arquivamentos também denotam. E recorde-me que o Senhor Vice-Presidente aqui, numa das vezes que eu vim, sublinhou esse aspeto; isso é importante. Uma coisa é ter, portanto, ao longo do ano mil processos trabalhados, mas se parte deles, mais de sessenta por cento, setenta por cento, forem arquivados, quer dizer que, na verdade, o perigo, à partida, foi ultrapassado. -----

----- Também existe a questão da remessa ao tribunal. Isto é algo que exigia uma explicação mais detalhada, mas vamos pensar na tal famosa pirâmide. Na base está a comunidade, estamos nós, está a família, estão as entidades com competência em matéria de infância e juventude. Na segunda esfera de intervenção estão as comissões; as comissões são órgãos oficiais não judiciários, dependendo do consentimento dos pais, da família para a intervenção, portanto, é uma intervenção parajudicial, não é judicial. E depois sim, os tribunais. Nos casos em que vemos ali arquivamento liminar, não houve sequer intervenção; verificou a Comissão Restrita que não havia perigo. -----

----- A segunda linha da tabela, erradicação do perigo, foi avaliado, foi acompanhado, mas não se verificou perigo. Portanto, ou foi ultrapassado o perigo — erradicação — tudo bem. -----

----- Depois, temos a remessa para outras comissões e temos aqui, já mais para o fim, a remessa ao tribunal. No fundo, ao Ministério Público, não é diretamente ao juiz; vai primeiro à Procuradoria e depois é intentada a ação judicial. São os casos em que ou os pais não dão consentimento, ou não cumprem a medida, ou não aceitam a medida, porque, no fundo, é um

preceito constitucional que as crianças não podem ser retiradas aos pais a não ser por decisão judicial. Daí a necessidade do consentimento para o caso, eventualmente, de uma criança que necessite ficar a viver com um tio temporariamente, ao abrigo de uma medida de promoção e proteção.-----

-----Portanto, não sei se não controlei muito bem o tempo. Penso que não... também estou perto de concluir. Acho que não vale a pena... já fiz uma passagem breve pelos quadros. Esta citação é um bocadinho densa demais. O livro também, mas parece-me verdade. Portanto, parece-me que foi um assunto que o século XX foi um século de grandes mudanças, mas parece-me que esta questão da infância é uma das que urge contemplar de forma séria e de forma honesta, porque, se me é permitido dizer, não me parece que isso esteja a acontecer a nível internacional. Basta perceber o que se está a passar. Não me parece que o respeito pelos Direitos da Criança seja atualmente uma prioridade, e, talvez, nunca tenha sido — daí esta frase.-----

-----Para terminar com alguma leveza — um assunto que não é muito leve — mas queria destacar aqui, com o apoio também da Câmara Municipal, esta iniciativa que nós fizemos. Convido-vos a poderem, eventualmente, ver. Convidámos trinta pessoas com preponderância nesta área dos Direitos das Crianças de Oeiras, e não só de Oeiras, para escreverem frases para construirmos este cartaz, que é um cartaz... temos escritores, médicos, políticos, pessoas da sociedade civil, crianças também, pais, para escreverem estas trinta dicas. E agora não coloquei aqui porque o cartaz ficava, não ficava legível, coloquei só a principal; não tem as dicas, mas aqui está. -----

-----Esta conferência, temos procurado também sempre, com estreita ligação e apoio do Município, concretizar conferências com temas diversos. Temos procurado diversificar os temas e tentar abranger... É claro que os temas, na maioria das vezes, não são temas leves, naturalmente, mas ainda assim tentamos também, portanto, por via dos convidados, ter convidados diversificados que possam trazer abordagens novas e importantes.-----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Vê-se mal, mas vocês podem consultar e eu posso enviar a quem pretender. Será esta conferência, que é o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, em que nos encontramos, em abril, vinte e dois de abril, será só de manhã, no Templo da Poesia. Vamos ter aqui mais o foco nas IPSS, na saúde. -----

----- Temos também o convidado Doutor Paulo Guerra, que é juiz da Relação de Coimbra. É uma pessoa muito relevante nesta área, porque é o comentador da Lei de Proteção; é um juiz com muito destaque nesta área da infância. Ele vem visitar-nos então também nesta conferência no dia vinte e dois. -----

----- Para finalizar mais iniciativas de abril, temos laços — aqui o laço, isto agora desligou, não faz mal — mas temos o laço humano no dia trinta, no Estádio Municipal Mário Wilson, com as crianças, com as instituições, com as escolas e também, aqui, com a colaboração do Município de Oeiras. -----

----- Bem, a apresentação é esta. Espero não ter sido muito maçudo e muito obrigado, e reforçar novamente o gosto em estar presente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada pela sua exposição e, se quiser permanecer, porque eu vou dar a palavra a quem assim o entender para questionar. Alguém pretende inscrever-se? Faz favor, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Rui Vieiro (PS)** disse o seguinte:-----

----- “Rui Vieiro do Partido Socialista. Não sei se posso já começar a intervir?”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Pode, pode, pode começar.” -----

----- **O Senhor Deputado Rui Vieiro (PS)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:

----- “E é muito..., a minha intervenção, agradecer a exposição que aqui foi feita, sempre, sempre clara. E, portanto, nós, sobre este relatório, o que podemos dizer é muito simples, simples

no sentido em que: o que é que estamos a tratar aqui? Estamos a ver qual é a missão que esta Comissão tem, que é uma missão alargada — prevenção — e restrita, os perigos que decorrem dos nossos jovens ou das nossas crianças. -----

-----Já foi aqui explicado muito bem o volume e, digamos, a sua própria ação em termos dos quadros, mas, para sermos mais precisos — e até na minha intervenção ser mais preciso — é notório que, de todos os tipos de perigo que existem neste relatório, trinta e sete por cento são a violência doméstica, sendo a negligência vinte por cento, comportamentos de risco dezoito por cento, absentismo escolar onze por cento e maus-tratos físicos e psicológicos oito por cento. -----

-----Ora, naturalmente, destaca bem a problemática de qual é, digamos, o grosso, o mais importante, caso de violência doméstica e toda a projeção, como disse aqui na apresentação, muito bem, o Senhor Rui Esteves, portanto, exatamente a questão de que a violência doméstica é também nas crianças e nos jovens um resultado — não são só a assistir, estão a assistir à violência.-----

-----O Partido Socialista, no entanto, tem conclusões e tem desafios que este relatório apresenta. E, no fundo, as principais críticas que se fazem em relação à violência doméstica, como já aqui foi referido, é uma ação maioritariamente reativa aos temas, sem prevenção estrutural. Faltam metas anuais, programas, formação contínua e divulgação do impacto. -----

-----No acolhimento familiar, é relatada uma questão muito importante, que é encontrar famílias de acolhimento. Ora, naturalmente as crianças... é uma grande... faltam campanhas eficazes, incentivos fiscais e resultados concretos. -----

-----O terceiro ponto é a pobreza infantil e as desigualdades no território. Portanto, nós notamos neste relatório, efetivamente, uma desigualdade que é empírica, ou seja, freguesias com maiores, digamos, níveis de desenvolvimento, têm maiores relações neste relatório. E, portanto, naturalmente, este relatório também não é muito claro, ou seja, poderia ir um bocadinho mais longe na relação entre a pobreza, exclusão e risco.-----

-----O quarto ponto é os recursos humanos, que penso que é claro para todos: uma equipa



47

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

reduzida para mais de mil e cem processos, sendo a psicóloga com horário reduzido e elevado nível de burnout. Portanto, efetivamente há aqui uma falta.-----

----- Como é que vamos concluir isto? Porque, no fundo é, desafios: combater a violência doméstica, que continua a ser o maior problema, o aumento com a preocupação, com os crimes de natureza sexual entre menores, é uma nova preocupação que sempre existiu, mas que deve estar mais presente no relatório, e, portanto, na ação nessa procura, e a dificuldade de encontrar, como eu já referi, as famílias de acolhimento.-----

----- Como diz o próprio relatório, a Comissão de Proteção de Menores de Oeiras faz o que pode, entre aspas, com os recursos que tem. Mas o Partido Socialista não se contenta com o que é possível. É preciso mais recursos humanos efetivos, talvez melhor planeamento e maior participação e responsabilização.-----

----- Pergunta final: pode a Câmara Municipal fazer mais e melhor? Fica a pergunta.-----

----- Obrigado, Senhores Deputados.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado Rui Vieiro (PS). Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu começo por saudar a CPCJ de Oeiras pelo trabalho exigente e, muitas vezes, invisível que desenvolve diariamente no nosso Concelho. E, da nossa parte, importa também fiscalizar e acompanhar o trabalho com uma análise exigente daquilo que os relatórios nos mostram.-----

----- Eu também começo por agradecer a apresentação, que aproveito para solicitar que seja depois adicionada no Salão Nobre, junto com a proposta do relatório, mas confesso que também fico algo preocupada, porque não vejo, na apresentação, o conhecimento global que esta questão

merece. Trazendo os dados concretos, por exemplo, ou uma visão global e perspectivas de como abordar o tema em termos políticos. -----

-----Este trabalho de análise global, foi algo que fizemos; já estávamos eleitos no anterior mandato e, portanto, não nos limitámos a analisar o relatório de dois mil e vinte e cinco, fomos também comparar com tudo o que estamos a analisar para trás, desde dois mil e vinte e um. E, portanto, esse trabalho de análise global histórica, política, faremos nós agora. E, ao longo do anterior mandato, analisámos então os relatórios e é isso que hoje... o que vimos neste relatório e nesta apresentação não é uma mudança, é, na verdade, uma continuidade. Portanto, temos mil cento e setenta e sete processos acompanhados. Há, sim, de facto, uma ligeira descida face a dois mil e vinte e quatro, é certo, mas que não representa uma melhoria estrutural e considerável. Estamos perante uma estabilização num nível muito elevado de sinalizações, e que deve preocupar-nos a todos. Recorde-se que, em dois mil e dezanove, ao contrário do que aqui foi dito, estávamos com setecentos e oitenta e um casos. E não houve nunca, nunca, nem na altura da pandemia, uma descida. Basta para isso — bastaria, para isso — trazer os dados para saber isto. -

-----Portanto: dois mil e dezanove, setecentos e oitenta e um; oitocentos e vinte e três; novecentos e noventa e dois; mil e setenta e cinco; mil e noventa e um; mil duzentos e dezoito; mil cento e setenta e sete, este ano. E, portanto, pela primeira vez, há uma ligeira descida. Isto é também preocupante, porque as tipologias de perigo permanecem exatamente as mesmas ao longo dos anos: a violência doméstica continua a ser, destacadamente, o principal problema. Não estamos, por isso, a conseguir alterar este padrão ao longo dos anos. -----

-----Em dois mil e vinte e cinco, este relatório confirma que, apesar de todo o trabalho que a CPCJ desenvolve, o sistema não está a produzir os resultados diferentes que se esperava que produzisse. Continua a ser um sistema predominantemente reativo, que intervém quando o problema já existe, em vez de o prevenir. A principal entidade sinalizadora continuar a ser a PSP. Isto significa que estamos a atuar quando o problema já existe — e não antes, preventivamente.



Handwritten mark

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Onde é que está o papel das comunidades, da freguesia, da proximidade, das escolas?-----

----- Continua também a ser um sistema que aposta quase exclusivamente em medidas em meio natural de vida, maioritariamente junto dos pais. Mas o relatório não nos diz se estas medidas estão ou não a ser eficazes, nem qual a taxa de reincidência dos casos. Isso seria importante. ----

----- Continua a ser um sistema onde faltam indicadores fundamentais: não sabemos quanto tempo demora a intervenção, não sabemos qual o impacto das medidas, não sabemos se estamos então a melhorar. -----

----- A CPCJ pode funcionar, e reconhecemos que está. Mas isto não significa que o sistema esteja a resolver. E esta é a reflexão que este relatório nos devia fazer a todos. -----

----- O ponto central é simples: os problemas mantêm-se, os números continuam elevados e não temos evidência de que as respostas estejam, de facto, a produzir resultados diferentes. ----

----- Por isso, para terminar, vou colocar três questões técnicas e quatro questões políticas, se tiver tempo para as fazer. -----

----- Qual é a taxa de reincidência dos processos acompanhados pela CPCJ? Qual é o tempo médio de sinalização e primeira intervenção? Existe avaliação do impacto das medidas de apoio aos pais? Para a Câmara Municipal, o apoio à enfermagem é ou não possível de reforçar, já que aqui foi apontado? Como se explica que, ano após ano, os problemas sejam os mesmos, mas os resultados não mudem? Que medidas concretas tem o Município para abordar o problema da violência doméstica?" -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Peço que conclua, Senhora Deputada, que já ultrapassou...”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “Estou mesmo a terminar. Que estratégia existe para reforçar a prevenção, diminuindo a dependência da PSP nas sinalizações? Que resposta estamos a dar a desafios centrais, como a

saúde mental das crianças e jovens? E qual é a meta concreta do Município para reduzir o número de sinalizações nos próximos anos?-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH).”-----

-----A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada. O Relatório Anual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, relativo a dois mil e vinte e cinco tem de ser lido como um alerta sério sobre o estado da proteção das nossas crianças. E aquilo que vemos é preocupante, é profundamente preocupante. Assistimos ao aumento das sinalizações, ao crescimento do número de processos e à persistência de situações de risco que se prolongam no tempo, revelando um sistema que parece que criado está e que parece que atua com hesitação. Estamos a falar de crianças que continuam expostas à negligência, à instabilidade, em muitos casos a perigo efetivo e ao abandono escolar. A verdade é dura e tem de ser dita. -----

-----Temos aqui, hoje e agora, explícito, um modelo excessivamente permissivo, com falta de autoridade institucional e com uma incapacidade clara de intervir de forma firme e atempada, quando os sinais de risco surgem. -----

-----A prevenção falha porque se atua tarde e o resultado está à vista: mais casos, mais tempo de exposição ao risco e menos eficácia na proteção. Proteger crianças exige coragem política, exige decisões difíceis, exige colocar, sem hesitações, o superior interesse da criança acima de qualquer outra consideração. -----

-----É preciso garantir que cada sinalização tenha uma resposta rápida, eficaz e consequente. As crianças de Oeiras não podem continuar reféns de um sistema que reage tarde e decide devagar. Não podem esperar por consensos administrativos enquanto vivem em contextos de risco. --- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- E, hoje, o que verificamos é que, manifestamente, não está a acontecer o que devia. Oeiras tem de fazer melhor, muito melhor, porque, quando o Estado falha na proteção das suas crianças, falha naquilo que é mais essencial.-----

----- Deixo aqui quatro perguntas: porque a CPCJ não atua de modo mais próximo junto das escolas? Há casos em que a CPCJ decide não intervir? Qual o tempo médio entre a notificação do risco e a intervenção? E como é que se mede, afinal, a eficácia efetiva das ações da CPCJ?---

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Da leitura do relatório, o que nos apraz dizer em primeira instância é parabéns pelo trabalho que fazem. Valorizar o empenho, a dedicação e o sentido de compromisso com o bem-estar das crianças e jovens que esta CPCJ demonstra ter.-----

----- Realçar também o apoio do Município e das demais entidades envolvidas. E, por último, mas não por menos importância, realçar a importância que o trabalho em rede tem para a eficácia das medidas propostas, quer no âmbito da prevenção, como já da intervenção em casos de risco.-----

----- Sobre os dados em si, realçar o impacto do trabalho que desenvolvem, e que se vê também pela diversidade de ações, iniciativas de prevenção e o grau de adesão às mesmas, mas também pelo número de casos arquivados por motivo de arquivamento após medida de promoção e proteção, que subiu bastante em comparação com os anos anteriores.-----

----- Na última Assembleia em que aqui estive, por conta do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, falávamos da violência doméstica e da mesma ser

um flagelo que continua a existir na nossa sociedade e que urge dar combate. -----

-----Neste relatório, vemos que a exposição à violência doméstica surge como uma problemática que mais se destacou entre os casos sinalizados e trabalhados pela Comissão. Ou seja, os números são muito preocupantes e confirmam a necessidade de priorizar a ação nesta área.

-----Relativamente às principais dificuldades e obstáculos, as referências que encontro são a insuficiente representação da saúde na CPCJ, com um elemento apenas com dois dias de afetação semanal, a insuficiência de psicólogos — apenas um com horário reduzido — que foi colmatada parcialmente com a colocação de um estágio profissional, que, no final, eventualmente voltará a ter essa dificuldade, a dificuldade em encontrar famílias de acolhimento e a sobrelotação de muitas casas de acolhimento, o que, por vezes, origina atrasos na colocação de crianças em medidas de acolhimento residencial e a permanência de crianças em contexto hospitalar protetor.-----

-----Questionando se são apenas estas as dificuldades e os obstáculos à vossa intervenção ou se existem mais necessidades? -----

-----Na CDU, defendemos a valorização das CPCJ, com reforço de meios humanos e técnicos, financiamento estável e maior capacidade de intervenção preventiva. Para isso, temos apresentado, ao longo dos anos, iniciativas legislativas que vão nesse sentido.-----

-----A proteção das crianças exige uma resposta pública forte, articulada com as instituições e assente no combate às causas estruturais, como a pobreza e a exclusão social, cada vez mais evidentes na nossa sociedade. -----

-----Mais uma vez, realçamos o trabalho dedicado dos intervenientes na CPCJ. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.”

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente, Meritíssima Doutora Maria do Rosário Barbosa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Doutor Nuno Custódio, Doutor Rui Miller, cumprimento a Mesa, cumprimento o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Excelentíssimas Deputadas e Deputados, Senhores Presidentes de Junta, excelsos municipais e a quem nos ouve.-----

----- Como os senhores deputados sabem, tive o privilégio, juntamente com a Carolina Tomé, a Sandra Lemos e a Fátima Rodrigues, que se manteve, de ser eleito e de aceitar a responsabilidade para pertencer a esta Comissão de Proteção de Menores. E mando um abraço ao Doutor Rui Esteves.-----

----- E grande parte das intervenções que eu ouvi, identifico-me com o que foi aqui dito, que eram questões que eu tinha e que hoje vejo de outra forma.-----

----- E passo a ler então a minha apreciação, sendo que não me quero arvorar aqui em representante dos deputados que lá estão eleitos. Aliás, há quatro comissões: família, educação, saúde e justiça, e há um deputado em cada Comissão.-----

----- Apreciamos hoje um relatório que incide sobre a zona mais exigente da responsabilidade pública, a capacidade de uma comunidade proteger as suas crianças e os seus jovens. E convém dizer isto com clareza: não existe concelho verdadeiramente desenvolvido se falhar precisamente onde a vulnerabilidade é maior.-----

----- O relatório da CPCJ de Oeiras, que acabámos de ouvir, mostrou uma Comissão intensa, trabalhadora e inserida numa rede institucional viva. E este é um dos primeiros cumprimentos que quero deixar ao Senhor Presidente, porque tenho alguma experiência profissional, inclusivamente muitos anos na Fundação Século, e foi o cargo que eu vi, até hoje, onde a exigência de trabalhar em rede é maior, porque são inúmeras as instituições.-----

----- Foram acompanhados, como foi dito, mil cento e setenta e sete processos. Realizaram-se sessenta e sete reuniões da Comissão Restrita e treze da Alargada. Como já referiram, a violência doméstica surge à cabeça, com trezentas e oitenta e nove ocorrências, mais trinta e sete

por cento, seguindo a negligência, com duzentas e onze situações, comportamentos de risco, cento e oitenta e sete, absentismo e abandono escolar, cento e vinte. -----

-----Estes números obrigam-nos a ser sérios e intelectualmente honestos, porque quem olhar para estes dados com alguma leveza analítica poderá concluir que apenas há mais um problema, e isso é curto, muito curto. Em matéria de proteção, mais sinalização significa não apenas mais realidade visível, mas também melhor radar institucional, mais capacidade de deteção, mais articulação e maior intolerância comunitária perante o perigo. E é por isso que, quando vemos a força policial com quinhentas e setenta e uma sinalizações e as escolas com cento e setenta e três, devemos ter em conta e ler a estatística com esta ótica: que o sistema de alerta que existe inclui a Escola Segura, ou seja, muitas das situações surgem no espaço vital das crianças; continua a ser a escola o espaço vital do alerta, mas é chamada a PSP, o que significa que o peso da escola como radar é, na verdade, ainda maior do que o número bruto que deixa aparecer. Portanto, a escola está no centro disto tudo. -----

-----Do mesmo modo, quando vemos trezentos e sessenta e oito processos arquivados por ausência ou erradicação de perigo, e cento e oitenta e oito arquivamentos após medida, e mais cento e oitenta e oito remessas para o Ministério Público, ao tribunal, quarenta e quatro para outras CPCJ que são territorialmente competentes e vinte e quatro situações encerradas por residência fora do território nacional, não devemos cair numa tentação simplista de ler o arquivamento como fracasso ou sucesso. Muitas vezes, ele é a prova de que houve uma triagem, uma avaliação, uma filtragem, um encaminhamento ou uma resolução. Noutros casos, traduz a própria mobilidade territorial das famílias e uma população flutuante que desvia a leitura linear dos números. -----

-----Aliás, Oeiras não pode ser lida como se fosse uma realidade estática. É um Concelho aberto, intenso, em permanente circulação, com forte densidade institucional e social. E isto significa que os números da CPCJ têm de ser lidos à luz do território real e não de uma fotografia fácil. Ou seja, o que eu quero dizer é que se aumentou o critério. Aumentou o critério, aumentou-



97

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-se as sinalizações, mas também se aumentou os arquivamentos e as resoluções. Estamos mais exigentes, e isso é bom. Pode parecer que os números aumentam, mas, na realidade, não estão a aumentar. - -----

----- Quero também sublinhar um ponto essencial. Este relatório confirma, sem margem para dúvida, o papel absolutamente central da Câmara Municipal de Oeiras. O próprio texto qualifica o Município como parceiro absolutamente fulcral, e bem, porque é o Município que assegura instalações, logística, apoio administrativo, viaturas, articulação social, apoio às férias escolares, apoio às iniciativas comunitárias, estabilidade de funcionamento e meios técnicos e humanos. Numa palavra, onde o Estado Central produz norma ou palavra, é o Município que produz o chão e o pão. E é essa a marca política que deve ser reconhecida. Em Oeiras, a coesão social não é um adereço de discurso, é uma prática de governação.-----

----- E quando falamos da CPCJ, falamos também da visão municipal que compreende que proteger crianças não é despesa residual, é civilização em ato. É a obrigação primeira do Estado proteger as crianças. E, por isso, também apelo aos senhores deputados que não haja nunca, neste assunto, disputas partidárias ou ideológicas. Mas reconhecer não é desistir de exigir; pelo contrário, é precisamente porque o trabalho existe que agora importa, talvez, aperfeiçoar um pouco o método. - -----

----- A violência doméstica continua a impor-se como prioridade maior e não basta diagnosticá-la; é preciso estruturar melhor a resposta. Tive, pessoalmente, a oportunidade, em sede de comissão, de apresentar propostas concretas para isso: reforço dos protocolos com a PSP e escolas, um template mínimo de sinalização, definição de pontos fulcrais, circuitos rápidos para casos urgentes e uma resposta mais previsível e mais célere na fase da avaliação diagnóstica. Propostas que, aliás, estão em análise. Igualmente, uma proposta de gestão de fluxos com triagem por prioridade, calendarização de decisões, revisão regular em backlog e regra do próximo passo obrigatório. Porque uma boa comissão não é apenas uma comissão generosa; tem de ser uma

comissão bem organizada. A sensibilidade sem método pode produzir atraso, e o atraso, nesta matéria, pode custar demasiado. -----

-----O relatório mostra ainda dois pontos que devem ser levados a sério no plano reformista: -----

-----O primeiro é a insuficiente afetação da saúde, já aqui falada hoje, limitada a dois dias por semana, o que é curto para a densidade e complexidade dos processos.-----

-----O segundo é a dificuldade em encontrar famílias de acolhimento e a sobrelotação de respostas residenciais, que, por vezes, prolonga permanências inadequadas e exige aceleração legislativa nesta matéria. Só aqui, um à parte: aqui devíamos seguir o exemplo espanhol, onde está muito mais agilizada haver famílias que podem acolher imediatamente estas crianças em perigo. Em Portugal, esse caminho jurídico é muito complexo. -----

-----E agora, a minha consciência como cidadão, como deputado e também como teólogo, não me permitiria deixar de fazer aqui uma denúncia. E eu convido os senhores deputados, os partidos, a comunicação social e, inclusive, a Senhora Presidente da nossa Assembleia, para ir visitar uma valência chamada Casa da Luz, em Carnide, que, até quem a tutela, é difícil de encontrar, mas será a Fundação Vítor Reis Morais, que fica no Largo da Luz, número um, em Carnide. --- -----

-----E aquilo que me foi dito, não por um, mas por vários técnicos, porque isto é uma casa que acolhe jovens do sexo feminino dos doze aos dezoito anos, que estão em perigo iminente, nomeadamente no artigo noventa e um, que é quando há um risco e um perigo iminente sobre a criança ou o adolescente, ou do sexo feminino, se tiverem menos de doze anos e forem familiares, portanto, se forem irmãos, e a casa tem menos condições, menos dignidade do que o sítio onde as crianças estão em perigo. Estamos a falar de uma valência que é tutelada por uma fundação chamada Vítor Reis Morais.-----

-----E isto é muito complicado para um técnico: se tem de tomar uma decisão de retirar



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

uma criança e pô-la num local onde está menos protegida, isto é um caso político grave, devia ser investigado, e nós devíamos — é a proposta que faço — fazer uma visita a esta valência. -----

----- Por isso, há reformas que devem ser defendidas com frontalidade. Por exemplo, prever membros suplentes nas Comissões Alargadas, não estão previstos, para garantir a continuidade e robustez funcional da Comissão Alargada; acelerar e reformar o quadro de acolhimento familiar; e continuar a qualificar o circuito local de sinalização, sobretudo com a PSP, escolas, saúde e rede social. -----

----- Em suma, senhoras e senhores deputados, este não é um relatório para complacências, mas também não é um relatório para demolições fáceis. É um relatório que mostra trabalho, mostra densidade institucional e mostra uma base municipal muito séria. -----

----- Cabe-nos, por isso, fazer uma leitura justa, reconhecer o que muito foi feito, dominar os números sem demagogia e empurrar a Comissão para um patamar ainda mais exigente de eficácia, prevenção e proteção. Porque uma comunidade mede-se, no fim de tudo, pelo modo como trata as crianças que ainda não têm voz suficiente para se defenderem sozinhas. -----

----- E Oeiras quer continuar a ser a referência de desenvolvimento, de coesão e de justiça social, e tem de continuar também de ser a referência nesta matéria. -----

----- Tinha aqui mais alguns assuntos para vos trazer, mas posso deixar para outra ocasião ou, se o debate se alargar, porque estudei os casos na Islândia, na Escócia, na Nova Zelândia, também a experiência europeia e da UNICEF, e fiz um estudo comparado entre os dados da nossa Comissão e, sobretudo, as quatro de Lisboa. Para além dos testemunhos que ouvi, posso aqui testificar que a nossa Comissão é a melhor, é a que tem melhores meios e é a que melhor trabalha. -----

----- Só para terem uma ideia, para finalizar — e eu não vou dizer qual é o concelho —, o limite técnico é quarenta processos por técnico e aqui, na nossa, tenta-se manter isso. Há um concelho anexo ao nosso onde há cento e sessenta processos por técnico, o que é impossível de trabalhar.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para dizer que... agradecer a apresentação que nos foi facultada aqui hoje e dizer que o relatório que vimos apresenta-nos números, mas não nos apresenta resultados. -----

-----A Iniciativa Liberal considera que é uma falha grave que o documento não apresente metas anuais e indicadores de qualidade, tempos médios de resposta, taxas de sucesso das medidas e análise de tendências comparativas. Sem estes dados, não sabemos se as intervenções estão a funcionar ou se estamos apenas a fazer gestão. A CPCJ descreve o que faz, mas não demonstra a eficácia do que faz. -----

-----Há um dado que salta à vista e deve-nos preocupar a todos. Nós estamos com mil cento e setenta e sete processos, sinalizações. Neste caso, Oeiras tem, proporcionalmente, quase o triplo dos processos expectáveis para a sua dimensão populacional, enquanto concelhos com populações semelhantes registam entre seiscentos a novecentos processos anuais. Oeiras ultrapassa os ... pronto, sim, sinalizações, desculpe a falta de rigor na palavra. Ultrapassa os mil e cem. Este volume anómalo não é necessariamente um sinal de eficiência; pode ser um sinal de falta de mecanismos preventivos eficazes nas escolas, ausência de uma triagem eficiente que sobrecarrega a Comissão com casos que deveriam ser resolvidos noutras instâncias, ou dependência excessiva até da CPCJ como porta de entrada para a resolução de algumas situações. Se Oeiras apresenta mais sinalizações do que os concelhos com maior vulnerabilidade social, temos de perguntar onde estão a falhar as políticas públicas de prevenção. -----

-----Esperamos também que, neste mandato, a Comissão que tem a seu cargo a área da CPCJ possa atuar, possa trabalhar no sentido de aproximar todos e fortalecer toda a cadeia.-----



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada. Temos agora inscrito o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH)” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Senhora Presidente, perante Vossa Excelência, cumprimento todos os presentes. ----

----- Uma vez que só tenho três minutos, não vou estar com grandes felicitações, cumprimentando também o Senhor Presidente da CPCJ.-----

----- A CPCJ é uma entidade não judiciária, uma entidade que goza de autonomia e que deve ser muito respeitada pelo excelente trabalho que desenvolve. Contudo, ao ler o seu relatório, há uma lei que ficou na gaveta, talvez por lapso ou então propositadamente, não sei, que é a Lei quarenta e seis de dois mil e vinte e seis, dois mil e seis, peço perdão, relativamente ao princípio da não discriminação. Lei essa que está afeta ao INR, cujo seu anuário menciona, todos os anos, todas as entidades que demonstraram vocação pública relativamente a processos judiciais, relativamente ao apoio aos menores e também, especialmente, a cidadãos com deficiência. Eu pude ver aqui a fotografia de um menino em cadeira de rodas e lembrei-me exatamente dessa lei. Contudo, importa aqui mencionar que, nesse anuário, que todos devíamos ler aqui nesta Assembleia e não só, mencionam aquelas entidades que, durante aquele ano, não se portaram bem.

----- E eu quero dizer que falamos aqui de proteção de crianças, de jovens, e quando nós temos uma Câmara que chumba aqui uma recomendação da implementação de câmaras de videovigilância nas escolas, sinceramente dá-me vontade de rir quando falamos na proteção dos jovens e crianças, quando todos vós chumbaram uma medida que deveria ter sido — e, aliás, até o Polígrafo SIC nos deu razão a nós. Contudo, passemos à frente.-----

----- É preciso dizer, aliás, até a Amadora aprovou a mesma medida, portanto é uma questão de vocação, e, se calhar, no próximo ano, a Câmara de Oeiras também estará no anuário do INR

como não tendo tido vocação pública relativamente à proteção dos menores. -----

-----Eu quero aqui também dizer o seguinte: a CPCJ é uma entidade que, logicamente, gozando da sua autonomia, tem parcerias com o Ministério Público, com a PSP, o que é excepcional. Contudo, indago se essa autonomia não é posta, às vezes, em causa relativamente a uma certa dependência excessiva do Ministério Público? Portanto, é uma questão que eu queria colocar aqui ao Senhor Presidente. -----

-----Relativamente à implementação da aplicação informática nacional do sistema de gestão da CPCJ, acho que é uma medida excepcional. Enquanto jurista pude e também sendo da área do direito da família, constatar que é uma medida que tem trazido muitos benefícios, mas indago relativamente à questão da proteção de dados, se não haverá aqui uma zona cinzenta em que nós talvez possamos aqui questionar até que ponto é que não estamos a ir além da proteção de dados. -----

-----Relativamente à estatística, e para finalizar, Senhora Presidente, temos de ter em atenção que a maioria dos processos partem a partir da PSP, sem dúvida nenhuma, e as estatísticas às vezes nos enganam. Por exemplo, Oeiras não tem um hospital de urgência, e há muitas pessoas vítimas de violência doméstica...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Agradeço que conclua, Senhor Deputado.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“... que vão diretamente ao Hospital de Cascais ou de Lisboa, uma vez que nós não temos cá hospital. Portanto, a sinalização não é, todavia, real. E era isso que eu queria perceber, porque às vezes nós temos pessoas vítimas de violência doméstica aqui em Oeiras e que não são sinalizadas em Oeiras, mas em Cascais ou em Lisboa. -----

-----Disse. Muito obrigado.” -----



157

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), tinha pedido também a palavra.” -----

----- A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O relatório da CPCJ de Oeiras relativo a dois mil e vinte e cinco merece, antes de mais, um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelas equipas que, diariamente, acompanham situações exigentes. Mas este tipo de relatório deve permitir-nos também avaliar se as respostas existentes são suficientes face aos desafios identificados, e há sinais que exigem atenção. Em dois mil e vinte e cinco foram acompanhados mais de mil processos, sendo que cerca de quarenta por cento estão associados a contextos de violência doméstica. Este dado não é neutro, revela um problema estrutural que exige intervenção consistente. Registam-se também mais de cento e setenta processos reabertos, o que levanta uma questão essencial: estamos a conseguir estabilizar estas situações, ou estamos perante ciclos de reincidência que importa compreender melhor? O relatório aponta ainda limitações ao nível dos recursos, nomeadamente nas áreas da saúde e da psicologia, bem como dificuldades no acolhimento de crianças e jovens, incluindo casos em que permanecem em contexto hospitalar por ausência de alternativa adequada. Importa encarar estes sinais com seriedade. -----

----- Assinalo ainda que estamos no mês da prevenção dos maus-tratos na infância, um momento que deve reforçar o nosso compromisso coletivo com a proteção das crianças. Há outro dado relevante: mais de metade das sinalizações têm origem nas forças de segurança. Isto sugere uma atuação ainda muito centrada na reação, quando o risco já está instalado. Para evoluirmos, é fundamental reforçar a prevenção da violência doméstica com impacto nas crianças, incentivar o acolhimento familiar, garantir melhores condições de apoio técnico, em particular na área da saúde mental e criar instrumentos de monitorização que permitam avaliar os resultados das intervenções.

Só assim conseguiremos evoluir de uma lógica reativa para uma abordagem mais preventiva e eficaz. Proteger crianças e jovens não é apenas intervir quando o problema surge, é criar condições para que ele não se desenvolva. É esse o caminho que devemos assumir. Em Oeiras todos contam e isso começa desde logo pelas nossas crianças. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputada.-----

-----Daria agora a palavra... Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Queria só muito rapidamente dizer três coisas. -----

-----Em primeiro lugar, que a Comissão só atua com o consentimento dos pais, não é? Portanto, aquilo que o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) - e estou a dizer isto com toda a delicadeza, não é nenhum combate - ou seja, se as coisas chegam ao hospital e se há um crime, passa imediatamente para o Ministério Público. -----

-----Em relação à questão do aumento do radar. É preciso ver que hoje, se um pai der na via pública um estalo a um filho há uma sinalização. Dá uma estalada, um tabefe, há uma sinalização e, depois, normalmente acaba num arquivamento. E há aqui uma ideia, que eu penso que eu também a tinha, confesso, e é uma ideia errada. Esta ideia de que é nos bairros pobres e que é nas zonas economicamente vulneráveis que há mais desproteção de crianças é um estigma, senhores deputados. E tivemos aqui uma procuradora há um ano a dizer-nos isto da maneira que ela podia dizer. Não pensem que nos bairros ricos, nas famílias médias, que não há maus-tratos. Não pensem isso, senhores deputados. Isso é um estigma. Quando olhamos para aqueles números e vemos que apareceu Carnaxide, Queijas e Porto Salvo com percentagens maiores. Se calhar, o nosso pensamento vem no preconceito de alguns bairros municipais. Pois olhem senhores



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deputados, houve uma decisão do Poder Central tomada há um ano ou dois, sob a camuflagem de não estigmatizar os agrupamentos escolares, de deixar de dar estes dados por agrupamentos escolares, porque precisamente se estes dados vierem por agrupamentos escolares, esse mito cai. Esse mito cai por base. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- “Então agora sim, daria a palavra à Câmara Municipal. Senhor Presidente, se pretende...”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Bom, eu gostaria de deixar aqui três ou quatro notas sobre esta matéria. -----

----- Nem sequer vou comentar o relatório que aqui foi apresentado, mas começaria por vos dizer que as minhas preocupações com a problemática da criança não datam do momento em que eu fui eleito Presidente de Câmara. Já lido com esse problema há muitos anos. E quero vos dizer que tenho assistido, ao longo do tempo, a avanços e retrocessos na forma como este problema é encarado. Mas posso vos dizer que, entre os muitos processos que vivi, tive um que me deixou, que me marcou profundamente: uma criança profundamente maltratada (nem vou dizer como é que ela era tratada) com dois anos de idade. Na altura, havia curadores de menores, agora julgo que não, havia os magistrados dos Tribunais de Família e Menores, e aqueles que acompanhavam os menores chamavam-se curadores de menores. E, portanto, havia essa preocupação. E recordo-me de que havia uma única instituição aqui em Lisboa, para além da Misericórdia de Lisboa, que era uma instituição que acho que ainda existe, em São Domingos de Benfica, de internamento de jovens, penso que do sexo feminino até. E às onze da noite colocou-se realmente um problema e a criança não podia voltar para os pais, porque ela era maltratada pelos pais. As assistentes sociais

do tribunal alertaram-me e fomos, eu e mais três, mais duas assistentes sociais fomos bater à porta dessa instituição e foi recusado o acolhimento dessa criança, que não havia outra hipótese de voltar para casa dos pais. Essa noite dormiu em casa de uma assistente social, com autorização do magistrado que, na altura, era eu próprio e, no dia seguinte, outra vez lá batemos à porta e nem imaginam o que lá se passou e, finalmente, a criança foi acolhida. É natural que quando fui eleito a primeira vez Presidente da Câmara e talvez aqui na Assembleia Municipal não saberão, a primeira casa de acolhimento para crianças em risco foi construída em Oeiras, no Bairro do Bugio. E quando se tornou limitada, foi construída uma casa nova de raiz, a Casa do Parque na Outurela, que ainda está a funcionar, agora já não propriamente para crianças, mas mais para adolescentes. Para adolescentes, enfim, para crianças na mesma, mas de sete/oito anos para cima. Foi totalmente financiada pela Câmara Municipal. Estava à frente dessa associação um grande magistrado, o Doutor Armando Leandro que deve estar velhote, mas acho que ainda é vivo, e que era um homem extraordinário e, de alguma forma, ele fez escola no acompanhamento às crianças. Devo dizer-lhes que mais de cinquenta por cento dessas crianças não eram do Concelho de Oeiras. Eram de fora do Concelho de Oeiras. Por isso, as notas que eu queria dar nesta matéria eram três. -----

-----Este problema é de muita sensibilidade. É de uma dureza extraordinária. Ouvir aqui algumas das senhoras e senhores deputados dá a impressão que têm solução para tudo, portanto, que este é um problema facilímo de resolver. Não é. E eu quero aqui publicamente expressar o meu reconhecimento e o elogio que se impõe à Comissão de Proteção de Menores, à Comissão de Proteção de Crianças Jovens em risco e, naturalmente, ao seu presidente, porque todos os dias lidam com um problema muito difícil. E imaginarão a frustração que é conhecerem uma determinada situação e não lhe poderem dar solução. Houve uma altura em que estas Comissões eram presididas por um magistrado do Ministério Público. Deixaram de o ser. E acho que no momento em que deixaram de ser presididas por um magistrado do Ministério Público, foi talvez o momento em que se assinalou a menor consideração do Estado por uma organização como esta.



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Nunca compreendi porque é que o magistrado do Ministério Público foi retirado das Comissões de Proteção. Nunca compreendi e continuo a não compreender. -----

----- Por outro lado, dá a impressão que as câmaras municipais, seja a Câmara de Oeiras ou outra qualquer, tem nas suas mãos a possibilidade de resolver o problema. Não têm. Mais uma vez, não passamos de tarefeiros. Podemos financiar os recursos humanos, podemos dar melhores condições de trabalho, mas não temos, não mexemos uma palha para resolver o problema concreto, o problema difícil, que eu não vou falar nele aqui. Portanto, são situações que dependem da forma como o Estado funciona, da forma como os tribunais funcionam, da forma como a Polícia de Segurança Pública funciona e, de uma forma em geral, de como as autoridades funcionam. Portanto, também me surpreende que digam aqui que com surpresa, manifestem surpresa pelo facto destas situações serem assinaladas sobretudo pela PSP. Pois, é natural, por quem é que havia de ser? Quando há uma situação de violência doméstica, para não falar noutros casos, quem é que é chamada? A assistente social da Câmara Municipal? Não, é chamada a polícia. E, portanto, é natural que essas situações sejam despistadas quando surge outro tipo de conflitos que determinam o chamamento da polícia a casa das pessoas. E é nessas circunstâncias que são identificados casos de maus tratos. Reparem, o Departamento de Habitação da Câmara e a área social da Câmara também encontram, também despistam algumas soluções. Nas visitas que se fazem a determinadas casas também se compreende - casas que são da Câmara, não sei se estão a ver - porque noutras casas privadas a Câmara Municipal e os serviços da Câmara não têm competência para entrar. Mesmo nas outras, só entram com autorização, obviamente, da família. E é preciso que a própria assistente social, o técnico do serviço social da Câmara Municipal tenha a sensibilidade e a capacidade para se aperceber que há realmente situações complicadas. -----

----- Quer dizer, portanto... Surge outra nota, ou crítica, pareceu-me crítica que eu ouvi fazer aqui, é o número de situações, o número de processos. À primeira vista, realmente é mau, mas eu acho altamente positivo. O número de processos significa... Quanto mais processos, o aumento

de processos que tem havido, é terrível existirem esses processos, mas o problema é que, se calhar, haverá muitos mais. Tem a ver com o número de processos que são identificados. Portanto, é óbvio que as autoridades vão ter..., e os vizinhos, as pessoas em geral, começam a ter outra sensibilidade para este problema e quando notam estas situações, denunciam-nas. Não há muito tempo ainda que se dizia “entre marido e mulher não metes a colher” e, portanto, assistia-se a maus tratos, a violência doméstica pública e ninguém fazia nada. Ora bem, essa situação hoje é intolerável. Portanto, nós temos que ver que, se porventura há mais situações identificadas, não quer dizer que haja mais violência doméstica, ou mais maus tratos do que havia há dez, quinze ou vinte anos, significa é que as situações são mais rapidamente identificadas. -----

-----O problema da solução para esses processos... Eu estou de acordo ali com o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) que diz que a questão da violência doméstica não é uma questão dos pobres, das famílias pobres. Claro que não, há outras famílias, enfim, da classe média, onde essas situações também se verificam. Classe média, alta sociedade, há de tudo. Há trinta ou quarenta anos, por exemplo, eu julgo que haverá indicadores em que isso não se verifica, mas havia uma tipologia de crimes que eram mais praticados em famílias pobres, proporcionalmente, do que em famílias da classe média/alta. Por exemplo, relações incestuosas. Obviamente que relações incestuosas muitas vezes com parentes próximos, nomeadamente com filhos ou filhas, ou com enteados ou enteadas, era uma situação que nos anos setenta, anos oitenta acontecia. Quando uma família de sete ou oito pessoas vivia numa barraca e em que dormiam todos “ao molho”, obviamente que eram muito mais proporcionadas estas situações. E, portanto, não tenho dúvidas que isso diminuiu. -----

-----Portanto, eu quero vos dizer que não alinho com aquelas visões catastrofistas que às vezes são apresentadas na Assembleia Municipal, que não têm nada a ver com a realidade. E, portanto, não estou a dizer que não existe, existe. O facto de existirem mais processos não significa que haja mais violência doméstica e que haja mais maus tratos, significa que há mais situações a



h

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

serem denunciadas e, portanto, também temos de ter isso em conta.-----

----- Eu deixava aqui uma última palavra sobretudo para o Presidente da Comissão e para todos aqueles que colaboram na Comissão. Reitero, é um trabalho duro. É um trabalho muito difícil que gera muita frustração, porque as pessoas não veem soluções rápidas à vista. Demora muito tempo, mas também há casos de sucesso. Devo dizer-vos que há casos de sucesso. Também há situações em que maus tratos, violência doméstica, relações incestuosas, por exemplo, e em que uma das filhas denuncia a situação, três filhas são retiradas de casa do pai, e hoje as três filhas são licenciadas. Que eu conheço e estive na origem, exatamente, do seu internamento nas Aldeias SOS, porque foi para onde foram na época, aqui há uns anos. Portanto, nós temos que nos..., digamos, temos que glorificar também os casos de sucesso. E, portanto, é um trabalho muito difícil, quer dizer, acho... leiam o relatório, façamos os comentários que temos a fazer, mas sinceramente, a mim não me agradam as críticas relativamente... É preciso avaliação? É. Mas quem tem que fazer a avaliação talvez não seja a Comissão de Proteção de Menores. A Comissão de Proteção de Menores deve contribuir para essa avaliação, mas é ao Estado que compete fazer essa avaliação. Ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Segurança Social, ao Ministério da Saúde. E, portanto, às vezes, dá a impressão, ouvimos aqui determinado tipo de intervenções, parece que o Estado está todo aqui. E não está.-----

----- Finalmente, uma informação, pelo menos a um dos senhores deputados, que às vezes é preciso insistir nisto: Oeiras tem três hospitais onde há urgências. O Hospital de São Francisco Xavier é um hospital de Oeiras que atende urgências de Oeiras; o Egas Moniz e o Hospital de Santa Cruz. Há aqui um desconhecimento qualquer. Ou o hospital para ser hospital de atendimento tem que estar cá, tem que estar no nosso território? Voltamos ao mesmo. Oeiras é um território com cinquenta quilómetros quadrados, aliás, quarenta e oito, para ser preciso. Quarenta e oito quilómetros quadrados. Ora, com quarenta e oito quilómetros quadrados significa que os cidadãos de Oeiras estão mais próximos dos hospitais que os atendem do que a maioria dos portugueses

estão próximos de um hospital que os atenda. Portanto, também é demagogia pura insistir que não há um hospital. Mas, já agora, quero vos dizer que recebi um pedido de representantes do Governo recentemente a pedirem para arranjar terreno para o futuro Hospital de Lisboa Ocidental. Está a ser construído o Hospital de Lisboa Oriental, o de Todos-os-Santos, que agora vão gastar mais cem milhões de euros, porque é preciso fazer estudos geotécnicos, não estavam à espera disso, as fundações..., enfim. E naturalmente que nós vamos disponibilizar o terreno, mas atenção, esse hospital... Vamos ver quando é que fica pronto o de Todos-os-Santos e o Hospital de Lisboa Ocidental, para agregar um conjunto de hospitais, provavelmente daqui a vinte anos é capaz de estar feito. E se estiver daqui a vinte anos, ótimo. O que é preciso é que os utentes de Oeiras sejam servidos. E são bem servidos no Hospital São Francisco Xavier, muito bem servidos. São tão bem servidos, com certeza, como os de Cascais, ou como os de Sintra e Amadora no Hospital Amadora Sintra. Mas esta era então uma nota que eu queria deixar relativamente à localização de hospitais. O Hospital São Francisco Xavier está a quinhentos metros do Município de Oeiras, está ali mesmo na fronteira, no Restelo. Quinhentos metros em linha reta e está-se em Miraflores. Portanto, temos realmente hospitais que nos servem muito bem. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Então agora daria a palavra ao Senhor Presidente da Comissão de Proteção de Jovens, Senhor Doutor Rui Esteves, para responder querendo, ao que puder.” -----

-----O **Senhor Rui Esteves, Presidente da CPCJ**, prestou os seguintes esclarecimentos:

-----“Vou ser mesmo muito breve. Em primeiro lugar, cumprimentar também o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Doutor Isaltino Morais. Agradecer as palavras de reconhecimento e apoio à Comissão, e retribuir com toda a sinceridade também o apoio que tem sido prestado por este Município à Comissão. -----



u

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Seria impossível e maçudo responder a todas as questões. Penso que, na larga maioria, são pertinentes. Gostava de sublinhar só de forma muito breve a questão da eficácia da resposta e da rapidez da resposta da Comissão em relação às situações de perigo, que afetam as crianças e jovens. Portanto, nós temos... É verdade o que o Senhor Presidente disse, não é, digamos, a Comissão não é chefiada, ou não é presidida pelo Ministério Público, mas a competência da fiscalização cabe ao Ministério Público. E essa fiscalização, eu devo dizê-lo, o ano passado tive a companhia, a presença e também o apoio aqui da Senhora Procuradora interlocutora que, na verdade, tem uma presença regular na Comissão, vai todos os meses à Comissão. Falo com ela por email, por telefone, praticamente todos os dias; por email todos os dias. Portanto, essa competência de fiscalização mantém-se, a articulação mantém-se, nós temos é, de facto, autonomia funcional. Isto pode ser visto de vários prismas, a minha forma de entender isto é que é um braço de apoio também muito importante como tantos outros, como referi, a Polícia de Segurança Pública, o Município e as outras entidades. -----

----- Dizer que, em relação também aos tempos e à eficácia, os tempos são cumpridos na sua generalidade, para não dizer na sua totalidade. O tempo de avaliação é de seis meses, numa situação de perigo demasiado elevado, é verdade que a resposta tem de ser muito mais rápida, mas o período de avaliação, antes da necessidade ou não da aplicação de medida, é de seis meses, nós cumprimos rigorosamente esses prazos. A fiscalização é muito próxima e muito atenta por parte do Ministério Público em relação à legalidade. Faço minhas as palavras da Senhora Procuradora de que esses tempos estão a ser cumpridos e para agir no perigo, digamos imediato, no perigo iminente, temos tido também a colaboração, muitas das vezes, da própria Polícia de Segurança Pública para agir no imediato. Portanto, eu diria que há sempre um caminho de progresso, esse caminho progresso está a ser construído, é feito. Aqui no Município de Oeiras, com condições, digamos assim, não digo que não haja, a questão da saúde é algo que eu gostaria de sublinhar que, efetivamente, dois dias por semana é manifestamente insuficiente por parte do membro do

Ministério da Saúde que está afeto à Comissão Restrita, mas ainda assim agradecer também o vosso contributo. Sinceramente parece-me que todos os contributos dos senhores deputados e do próprio Executivo foram muito pertinentes, e agradecer e manifestar novamente o gosto em estar aqui. Desejar-vos a todos também um bom trabalho e que corra tudo pelo melhor aqui na Assembleia e no Município.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada pela sua presença e pelos seus esclarecimentos.”-----

-----**APRECIADO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

-----“Neste momento penso que será altura de fazer um intervalo. São dezassete e cinquenta e dois, portanto iremos suspender.”-----

-----A Senhora Presidente interrompeu os trabalhos para um curto intervalo.-----

-----**INTERVALO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Senhores Deputados, vamos reiniciar a nossa atividade e vamos passar ao ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.2. Apreciação da Proposta CMO N.º 209/2026 – GMA – relativa à Apreciação do Relatório de Gestão e Contas de 2025 e do Orçamento retificativo para 2026 da Taguspark, S.A. e consequente votação da designação, pela Câmara Municipal, do representante do Município na Assembleia Geral da Empresa, com determinação do respetivo sentido de voto (os documentos relativos a este Relatório ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Faz favor Senhora Deputada Mónica... Malfada Vantachic (INOV25).”-----

-----A Senhora Deputada Mafalda Vantacich (INOV25) referiu o seguinte:-----



59

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Boa tarde, Senhora Presidente. Declaro que exerço funções na Taguspark, pelo que irei me ausentar neste ponto da apreciação. -----

----- Obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, muito obrigada. Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra para este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Ninguém? Faz favor, Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. Senhora Deputada Marina Pereira (IL), tem a palavra.” -----

----- A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde. Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores e Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Deputados, estimado público aqui presente ou a assistir de forma remota. -----

----- Relativamente à apreciação do Relatório de Gestão e Contas de vinte/vinte e cinco e do Orçamento Retificativo de vinte/vinte e seis da Taguspark SA, e consequente votação da designação pela Câmara Municipal do representante do Município na Assembleia Geral da empresa, com determinação do respetivo sentido de voto, não podemos deixar de assinalar o óbvio: a esta data, a Assembleia Geral para que se está agora a votar a nomeação o representante do Município já aconteceu. Este Executivo envia para apreciação ou aprovação desta Assembleia de forma sistemática decisões já executadas, num claro e total desrespeito pelos membros desta Assembleia, sejam eles da oposição ou do movimento que o apoia. -----

----- E, nestas situações, invariavelmente, o argumento do Executivo é o de que o mesmo foi aprovado pelos munícipes que nele votaram e, portanto, não deve justificações a nenhum dos membros desta Assembleia que, no caso de serem da oposição, claro está, não sabem o que fazem, e os do INOV assinam de cruz tudo o que o Executivo lhes submete, sem qualquer sentido crítico.

----- Acontece, no entanto, que os munícipes também não aprovaram aumentos de impostos

como o que aconteceu com o IMI e ainda assim esses aumentos foram feitos. Apesar do Executivo tentar escamotear os efeitos desse aumento para os munícipes, fica aqui evidente o efeito que este aumento vai trazer a todas as empresas que têm património em Oeiras e que viram, de um momento para o outro, os seus orçamentos anuais modificados por um aumento dos custos com esse imposto, o que os desvaloriza comparativamente com os localizados noutros municípios. -----

-----A Assembleia Municipal é um órgão autónomo com eleição direta pelos munícipes e que, de acordo com a lei, tem competências de fiscalização e deliberação entre outras. E este tipo de atuação só pode ser entendida como uma de duas coisas: ou uma total incapacidade do Executivo de atempadamente remeter e suscitar a aprovação por esta Assembleia daquelas medidas que vai necessitar para a sua atividade ou, em alternativa, uma total falta de respeito por todos os membros desta Assembleia, sejam eles da oposição ou não. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente e Executivo. -----

-----“O resultado negativo em dois mil e vinte e cinco não decorre de fragilidades estruturais do modelo de negócio, mas da conjugação de fatores excecionais e não recorrentes, bem como de impactos fiscais.” Cito a mensagem do Conselho de Administração do Taguspark.

-----Não há dúvida de que o Taguspark é uma entidade sólida, focada na sustentabilidade financeira, na manutenção das infraestruturas e na capacidade de atrair e reter empresas. -----

-----Mas é aqui que importa ir mais longe.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Uma leitura crítica revela uma tensão entre a missão original: parque de ciência e tecnologia e uma prática mais próxima de gestão imobiliária. O relatório privilegia indicadores financeiros, como receitas, taxas de ocupação e EBITDA, relevantes, mas insuficientes face à missão de promover inovação, investigação e transferência de conhecimento. -----

----- Falta destaque a métricas de impacto científico e tecnológico: como startups, projetos de investigação ou parcerias académicas, o que levanta dúvidas sobre a centralidade destas áreas.

----- Também o empreendedorismo e a incubação surgem sem detalhe suficiente. Impõe-se a questão: têm um papel estruturante ou apenas complementar? Que indicadores comprovam que o Taguspark é, de facto, um ecossistema de inovação? -----

----- Na sustentabilidade, há medidas relevantes, sobretudo na eficiência energética, mas não é claro o seu enquadramento numa estratégia de inovação, nomeadamente em tecnologias verdes. -----

----- Em síntese, o Taguspark é eficaz enquanto parque empresarial, mas revela um desalinhamento face à sua vocação como parque de ciência e tecnologia. -----

----- Senhora Presidente, -----

----- O Partido Socialista desafia: que os próximos documentos estratégicos evidenciem o valor crítico pelo conhecimento, pela investigação e pelo empreendedorismo, afirmando o Taguspark como um verdadeiro ecossistema de inovação. -----

----- E que introduza, já agora, indicadores alinhados com o Plano Municipal para a Igualdade. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25), faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25) fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Boa tarde, Senhora Presidente. Antes de mais, queria cumprimentá-la a si e a toda a Mesa, queria cumprimentar o Senhor Vice-Presidente e todo o Executivo da Câmara, os Deputados Municipais, os serviços técnicos, o público que está aqui presente e que está-nos a ouvir online. -

-----Falando sobre o Taguspark, relativamente a uma intervenção que foi feita pela Deputada da Iniciativa Liberal, os deputados do INOV não aceitam tudo conforme referiu há pouco, ou seja, existem aqui critérios que devem ser analisados. -----

-----Independentemente das diversas análises políticas que possam ser feitas relativamente ao Taguspark, há aqui um rigor que deve ser cumprido, separando claramente três situações distintas:-----

-----Primeiro. O Relatório de Contas de dois mil e vinte e cinco, que é um ponto;-----

-----Segundo. O Orçamento Retificativo de dois mil e vinte e seis, que é outro ponto;-----

-----E terceiro, o sentido de voto do representante do município na Assembleia Geral da Sociedade.-----

-----E vamos falar destes três pontos em separado.-----

-----Relativamente ao ponto um, Relatório de Contas de dois mil e vinte e cinco, há aqui algumas coisas que já foram apresentadas, mas é importante pensar e refletir sobre e seguinte. Relativamente ao Relatório e Contas, não podemos ignorar (e quem está ligado às finanças e gestão não pode ignorar de facto) que há um resultado negativo em dois mil e vinte e cinco no valor de cento e oito mil cento e oitenta e nove euros, contrastando com o valor de dois mil e vinte e quatro, que foi um valor muito positivo, situando-se num valor de setecentos e sessenta e três mil trezentos e cinquenta e oito euros positivos. Para alguns críticos, este valor por si só seria objeto de um parecer negativo, mas a análise tem de ser mais profunda e rigorosa. -----

-----Por isso, vamos analisar o resultado económico de dois mil e vinte e cinco na sua amplitude e vamos constatar, e vamos verificar também aqui alguns pontos que são positivos em diversos setores:-----



57

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em primeiro lugar (e isto independentemente do valor negativo) temos um crescimento do negócio em seiscentos e sete mil euros (arredondando, quase seiscentos e oito mil euros) relativamente a dois mil e vinte e quatro, situando os rendimentos totais do Taguspark em mais de doze milhões de euros (doze milhões cento e vinte e quatro mil euros); -----

----- As vendas e serviços prestados cresceram em quinhentos e sete mil euros, arredondando;-----

----- A taxa média de ocupação do Taguspark empresarial subiu para oitenta e seis por cento. Um aumento ligeiro em relação aos anos anteriores, suplantando largamente a média de ocupação de todos os parques empresariais consolidados e bem localizados em Portugal (não são os parques empresariais em que não tem lá ninguém, estamos a falar dos parques empresariais consolidados) que teve uma média de ocupação em dois mil e vinte e cinco de setenta e quatro por cento. Por isso, o Taguspark suplanta a média de ocupação em doze por cento relativamente à média nacional. -----

----- A título de curiosidade, já agora, o parque empresarial com a maior taxa de ocupação em Portugal é o Lagoas Park (situado no Concelho de Oeiras) com noventa e dois por cento. E, já agora, a título de curiosidade, o terceiro parque empresarial com maior taxa de ocupação é a Quinta da Fonte, com noventa por cento.-----

----- Apesar de tudo e apesar desta matriz, o Taguspark “apenas” ocupa o quarto lugar a nível nacional, apenas suplantado pelo Lagoas Park, como já referido anteriormente. Já agora, a título de curiosidade, o segundo lugar pertence ao Lisboa Park, que pertence ao Grupo Merlin Properties. -----

----- Este sinal mostra claramente que o Taguspark, por si só, continua a ter uma grande capacidade para gerar receitas e ser um dos parques mais importantes de Portugal.-----

----- A sua estrutura patrimonial continua forte, com um ativo de quase noventa e quatro milhões de euros, com um capital próprio de quase sessenta e seis milhões de euros. -----

-----Para informação geral, isto tem a ver com o ranking de importância dos parques empresariais de dois mil e vinte e cinco, tomem nota: o Taguspark está em primeiro lugar. Já agora, vamos citar os oito parques empresariais: -----

-----Número dois, Lagoas Park; -----

-----Número três, Quinta da Fonte; -----

-----Número quatro, Uptec no Porto; -----

-----Número cinco, Tec, na Maia; -----

-----Número seis, Iparque de Coimbra; -----

-----Número sete, Arquiparque de Miraflares; -----

-----Número oito, Parkurbis na Beira Interior. -----

-----Dos oito parques empresariais com maior expressão em Portugal, quatro só fazem parte do Concelho de Oeiras. É um número pouco se calhar para alguns, mas é um número que suplanta largamente todos os parques empresariais a nível nacional. -----

-----Com base em todos estes resultados, podemos de facto considerar que o Taguspark tem uma solidez em termos financeiros na atualidade e nas perspetivas futuras para o seu crescimento e projeção a nível nacional e internacional. Já agora, de todos os parques referidos anteriormente, é o parque que tem maior capacidade para expansão e crescimento. -----

-----Vamos agora ao segundo ponto, sobre o Orçamento Retificativo. Numa primeira análise, podemos referir que, por si só, o facto de haver um Orçamento Retificativo não é um ato negativo, sendo prática habitual em qualquer empresa em Portugal ou fora de Portugal, ou qualquer organismo público. -----

-----E, neste caso concreto, este Orçamento Retificativo é importante para inanter a empresa com uma grande solidez financeira. E porquê? De facto, houve uma descida do resultado líquido de cento e quarenta e cinco mil euros para quarenta e três mil euros. Mas este resultado não se deve a problemas comerciais do Taguspark, nem sequer se deve ao modelo de negócio do



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Taguspark, porque o Taguspark não tem rigorosamente nada a ver diretamente com estes problemas, ou seja, houve aqui circunstâncias alheias ao Taguspark que fizeram com que essa liquidez baixasse. E vou aqui apenas citar quatro pontos: -----

----- Surgiram imparidades por parte de dois clientes com grande importância, e que ficaram com imparidades com valores significativos. Pode acontecer. -----

----- Houve um ataque cibernético com um impacto negativo financeiro, totalizando cento e oitenta e cinco mil euros; -----

----- Houve, de facto, o aumento do IMI, afetando os impostos de dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis. Mas quem apresenta o IMI como uma causa, não percebe nada de gestão. O IMI não afeta nada o Taguspark, porque o IMI, o valor que eles pagam a mais é dedutível a cem por cento. Por isso, qualquer lucro a mais ou a menos do Taguspark é totalmente dedutível. Quem beneficia de facto é a Autarquia, que terá um acréscimo de receitas em relação ao Taguspark ou às outras empresas. -----

----- E também temos ativos por impostos que foram diferidos no valor de trezentos e trinta e seis mil euros, que é uma “jogada” normal de gestão. Não há aqui jogos... “-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Não, é uma “jogada” normal de gestão. -----

----- Agora, todos esses acontecimentos imprevistos levaram à necessidade de um Orçamento Retificativo, que em nada prejudica a gestão normal do Taguspark e, antes pelo contrário, vem trazer uma solidez e robustez financeira para assumir uma gestão positiva em dois mil e vinte e seis. -----

----- Por último, não podemos esquecer a relevância do Município de Oeiras na gestão do

Taguspark, já que detêm dezanove vírgula dezasseis por cento do seu capital social. Nessa medida, tem responsabilidades na Assembleia Geral da Empresa, sendo o voto do seu representante de extrema importância para os destinos deste parque tecnológico. -----

-----Em suma e, já agora, gostaria que acabassem, depois se quiserem podem falar a seguir, porque eu quando os outros deputados falam, eu respeito. Por isso, agradecia que falassem depois.

-----Em conclusão, independentemente da leitura que se pretenda fazer do Taguspark, este parque tecnológico continua a ter uma grande saúde financeira e continuará a ser relevante a nível nacional em termos de negócio e em termos de crescimento. -----

-----Segundo ponto. O valor negativo que apresenta deve ser considerado (não podemos ignorar), mas apenas de forma circunstancial, tendo em conta os argumentos já referidos anteriormente. A prova concretiza-se também com o parecer positivo do Conselho Fiscal às contas, sem nenhuma reserva e sem nenhuma objeções. -----

-----Contudo, há aqui uma atenção e uma prudência que se deve ter em conta, devido ao contexto nacional e internacional. A rentabilidade do investimento tem de ser cuidadosa, estando sob forte pressão dos fornecimentos e serviços externos; -----

-----O aumento da carga fiscal deve levar no futuro a medidas cautelares, com o intuito de evitar imprevistos imponderáveis; -----

-----A concentração de grandes clientes, se por um lado é importante para o crescimento do negócio e respetiva expansão, não deixa também de ser complexa em caso de não cumprimento como está a acontecer por parte de dois grandes clientes. Estes clientes são necessários, mas aumentam também o risco comercial, como em qualquer situação comercial; -----

-----O Taguspark não representa apenas números, mas uma visão da atualidade e do futuro projetando o Município de Oeiras como um dos Polos mais atrativos em termos mundiais; -----

-----Quem está no mundo empresarial e que lida com outros países e realidades é que tem noção do que representa o Taguspark para Oeiras, para Portugal e para o Mundo; -----



n

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Para finalizar, a gestão do Taguspark tem sido positiva e de grande relevo, não obstante alguns percalços que devem ser ultrapassados e principalmente previstos para o futuro deste parque tecnológico. -----

----- O caminho nem sempre é linear, mas é importante ter as ferramentas e decisões ajustadas em cada momento. -----

----- Disse, Senhora Presidente. Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

----- “Senhora Presidente. -----

----- Relativamente à apreciação do Relatório de Gestão e Contas de dois mil e vinte e cinco e do Orçamento Retificativo para dois mil e vinte e seis da Taguspark, é perentório, tenta-se aqui justificar esta alteração do Orçamento de dois mil e vinte e seis a partir do aumento do IMI em mais cinquenta por cento, sendo que aquilo que interessa aqui abordar são os procedimentos que decorreram em paralelo, que aqui estão a ser justificados com base no IMI. -----

----- Há aqui, portanto, uma questão que se coloca, que é relativamente à prudência e à cautela. Como é que é possível uma empresa de cariz público não ter acautelado situações supervenientes que pudessem aparecer, como foi o caso. E, portanto, o Partido Chega logicamente estranha não ter havido esta prudência de gestão.-----

----- Os resultados.., de desvalorizar relativamente, os resultados de dois mil e vinte e cinco é perceptível, portanto, temos aqui um resultado líquido que caiu abruptamente para valores negativos de cento e oito mil cento e oitenta e nove euros, refletindo um aumento significativo e generalizado da despesa, sem dúvida nenhuma e é perentória esta situação. Mais grave, a empresa procura agora legitimar uma revisão orçamental que não é mais do que erros que foram

evidenciados em determinada altura, o qual deveria ter sido retificados e que não apresentaram, todavia, um plano credível para uma situação superveniente, reitero, que agora está a ocorrer.---

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Tomás Cardoso Pereira (CEO), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem assiste a esta reunião à distância. -----

-----O Taguspark em dois mil e vinte e cinco efetivamente apresenta um resultado líquido negativo, que é justificado por questões que são referidas como sendo conjunturais, mas a verdade é que olhando para as contas da empresa, nós vemos que é uma empresa que está mais vulnerável a estas situações conjunturais e não estruturais, do que outras empresas. Precisamente porque a taxa de ocupação já está em valores muito altos e, portanto, não tem tanta margem para aumentar essa taxa de ocupação, que é uma das fontes maiores de receita da empresa, deixando-a mais vulnerável a outros episódios que possam acontecer a nível conjuntural.-----

-----Portanto, obviamente, tendo sido os resultados da Taguspark noutros anos, como foi referido pelo Senhor Deputado do INOV, melhores do que os que são neste ano, justificados pelas tais questões conjunturais, a verdade é que é uma empresa que com a estrutura de receitas e de custos que tem neste momento, está mais vulnerável a questões conjunturais do que aquilo que outras empresas estariam, que tivessem mais margem para aumentar a receita. -----

-----E, depois, somos confrontados também com um Orçamento Retificativo para dois mil e vinte e seis onde aquilo que salta à vista, e justifica este Orçamento Retificativo, é a variação na rubrica dos impostos que passa de uma estimativa de trezentos e sessenta mil euros para mais de quinhentos mil euros. Portanto, há um aumento bastante considerável e aqui não estamos a falar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de uma questão conjuntural, a não ser que a política fiscal do Município vá andar tipo montanha-russa nos próximos anos (que espero que não), estamos a falar de uma questão que é estrutural, e que faz com que a previsão do resultado líquido para dois mil e vinte e seis continue a ser positiva, mas seja de um valor bastante modesto, tendo em conta aquilo que é o histórico do Taguspark e tendo em conta aquilo que seria desejável para a saúde da própria empresa. E, portanto, há aqui..., isto são sinais de vulnerabilidade potencial (esperemos que não se concretize), mas de vulnerabilidade potencial para o Taguspark a médio prazo e que é importante assinalar. -----

----- Quanto ao resto, “gira o disco e toca o mesmo”. Nós continuamos a não ver grande soluções, por exemplo, em termos de políticas de mobilidade no Taguspark. Infelizmente tenho de voltar a bater nesta tecla, mas é uma tecla que é importante para as pessoas acederem ao Taguspark que, não tendo automóvel próprio, têm muito menos soluções do que aquelas que deviam ter, tratando-se de um parque empresarial tão robusto, tão forte, tão pujante quanto aquilo que já foi aqui referido boje. Para nós é incompreensível que as soluções de mobilidade suave e partilhada sejam tão escassas quanto aquilo que são em relação ao Taguspark. E voltamos a bater nesta tecla, por favor, como solução não voltem a trazer os helicópteros, estamos bem sem eles, muito obrigado.-- -----

----- E, por fim, porque eu já estou ali a ver o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) a preparar-se para vir falar dos salários dos trabalhadores do Taguspark, que o salário mínimo é muito acima da média nacional, eu aproveito e adianto-me já, e pergunto ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25) se esta política salarial do Taguspark que era praticada em termos de valor do salário mínimo, acima daquilo que era o salário mínimo nacional, para trabalhadores para serviços de outsourcing especificamente, se foi renovada desde a última vez em que esteve em vigor. Porque eu encontro aqui e isso, a última referência que eu encontro a isso é há vários anos já. E, portanto, não sei se o representante oficioso dos trabalhadores, das condições laborais e remuneratórias do Taguspark nesta Assembleia Municipal tem alguma boa notícia para dar a esta

Assembleia, mas adianto-me já a fazer a pergunta, porque calculava que viesse já como resposta.

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Estava ali à procura da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. Senhora Deputada, o programa eleitoral da força mais votada... Eu sou obrigado a responder, porque o programa eleitoral da força política mais votada nas últimas eleições autárquicas não dizia que o IMI não ia ser aumentado. Se ler com atenção, diz que “a revisão em função”, “em função” de quem está a pagar ou não os impostos. Grosso modo, é isto que diz no programa eleitoral. Eu sei bem o que é que lá estava, e estava lá em função daquilo que nós já temos dito que estávamos a avaliar, quem estava e quem não estava a pagar IMI, e em que circunstâncias. Portanto, ajustámo-lo, conforme dissemos que podíamos ajustar. As empresas têm que ser capazes de prever estas situações, e isto vale para o Taguspark e vale para todas as outras empresas do Concelho. Eu percebo que, no seu duto entendimento, devem todas ser poupadas e nós não devemos ir buscar coleta a quem tem estes recursos e quem goza das condições estruturais extraordinárias construídas no Município de Oeiras, e não devemos ir buscar esta coleta e praticar a justa distribuição por quem mais precisa. Não devemos fazer os equipamentos sociais que estão previstos naquela proposta de deliberação do IMI porque, para si, provavelmente, pouco ou nada lhe dizem. Mas, para a coesão social do território de Oeiras é importantíssimo. Para quem precisa dos equipamentos sociais que só o Estado - e a manifestação do Estado a nível local é o Município - só o Estado constrói aqueles equipamentos. Só nós podemos construí-los. Não o fazemos, naturalmente, senão com recursos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

neste caso concreto em Oeiras, com recursos próprios. E esses vêm da coleta e da riqueza que se produz neste território. -----

----- Sobre o Taguspark. Naturalmente que este é um número que está afetado muito mais do que com a questão do IMI, tem a ver mais com as questões das pendências com as outras empresas, com as dívidas que estão por cobrar do que o IMI. O IMI, como disse um deputado, é uma questão estrutural, não é? Um deputado diz que é uma questão estrutural, o outro explicou da dedução dos próprios impostos por parte da empresa. Portanto, têm que viver com isso. Os clientes também acontece, certamente, que no próximo ano não haverá, não se reproduzirá a mesma questão. Depois, tem a ver também com o equilíbrio, com o próprio equilíbrio entre a estrutura da despesa e a estrutura de receita. Ainda que a taxa de ocupação esteja relativamente elevada, ainda está a três por cento do Lagoas. Portanto, o Tagus tem que crescer mais, tem que fazer investimento na segunda fase do Taguspark. Tem que ser capaz de atrair novas empresas, novas âncoras, porque são essas âncoras que fazem o desenvolvimento futuro do parque. -----

----- Depois, dizer também aos senhores deputados algo que, para ver se de uma vez por todas incorporam: o problema de mobilidade não é do Taguspark. O problema de mobilidade é da Área Metropolitana de Lisboa, ou então não teria sido a questão da mobilidade atribuída a quem gere os destinos da Área Metropolitana. Gere no que a lei permite. Porquê? Porque é uma questão de toda a Área Metropolitana. Dizer também que o Taguspark teria parte destes problemas resolvidos (também obrigam-me a repetir isto) se não tivesse sido adiada a ligação fundamental entre as duas linhas de caminho de ferro que vai unir os parques empresariais da zona ocidental do Concelho de Oeiras. Vossas Excelências, pelo menos alguns de vós, gostam de ignorar a realidade e obrigam o Executivo Municipal a recordar-vos do que é a realidade. A realidade é que toda a gente concorda que a ligação entre as duas linhas de caminho de ferro, vulgo SATUO, é importante. E depois ninguém critica o facto de os diversos Governos não terem financiado essa ligação, como se fosse só um problema daqui, residual, do Concelho de Oeiras. Como se não fosse

um problema estrutural da região mais rica e mais dinâmica do país. Portanto, a questão da mobilidade não diz respeito a Oeiras nem ao Taguspark, diz respeito a toda a Área Metropolitana que, lamentavelmente, continua com transportes públicos deficitários em relação àquilo que deveria ter. -----

-----No mais, dizer que há uma parte da mobilidade que acontece em Oeiras por sermos vítimas do nosso sucesso. O sucesso de Oeiras das últimas décadas acresceu problemas ao nosso território. Era bom que quem está do lado da Administração Central soubesse corresponder à dinâmica que nós introduzimos no território. No mais, dizer apenas que certamente que este resultado negativo é uma questão conjuntural, e que, no próximo ano, será ultrapassado pela qualidade da gestão. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A questão da mobilidade e a questão dos transportes, talvez o Governo, eu não sei, não sou do Governo, mas acho que é possível que o Governo Central não queira financiar soluções que envolvem recorrer à estratosfera. Bom, é uma camada atmosférica um bocadinho abaixo da estratosfera, mas para passar a imagem, que não sejam helicópteros, nem carris levantados uns metros valentes no ar. É possível perfeitamente melhorar a mobilidade no acesso ao Taguspark a partir da linha de comboio de Oeiras e a partir de outros pontos do Concelho, já agora, que também seria importante, sem recorrer a nenhuma das soluções que o Município tem apresentado que, provavelmente, não são as melhores. -----

-----E, por fim, eu gostava mesmo de ter, eu vi ali o Senhor Deputado João Viegas (INOV25) a levantar o braço, mas eu gostava mesmo de saber como é que está a política salarial



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no Taguspark, porque temos (e digo isto sem qualquer ironia), tenho genuíno interesse em perceber se a boa política de praticar um salário mínimo acima do salário mínimo nacional, pelo menos para os serviços de outsourcing, se continua, ou se não continua. Gostava de saber, não encontrei nenhuma referência a isso, pode ter sido de mim, mas se alguém souber, eu agradecia muito a informação.

----- Muito obrigado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- É preocupante quando um deputado da nação não conhece a Lei Geral do Trabalho. Você desiludiu-me, é mesmo muito preocupante. E revela até, que, se calhar, nunca foi empregado por conta de outrem. Senhor Deputado, eu ouvi-o, agora vai ter que me ouvir. Quem diz o que quer ouve o que não quer. Portanto, Senhor Deputado...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Senhores deputados, não entrem em diálogo.”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) observou o seguinte: -----

----- “Então não permita que me interrompa, o Senhor Deputado.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Pois não, não pode interromper, Senhor Deputado.”-----

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Senhor Deputado, há uma Lei Geral do Trabalho que diz que o salário não pode ser reduzido, a não ser que haja uma extinção do posto de trabalho. E o Senhor, que é um deputado da

nação tem, tinha obrigação de saber isso. Ou seja: a resposta é sim. A resposta à sua pergunta, obviamente que é sim. O salário mínimo no Taguspark continua muito, muito acima do salário mínimo nacional. É assim até por força de lei, que você devia de a conhecer. E por..., não, a resposta é sim.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, Senhor Deputado, por favor. Agradeço, agradeço que não interrompa.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: --- -----

-----“Senhor Deputado, eu já conheço as suas táticas. Meteu o pé na poça, porque é uma lei, é uma Lei Geral do Trabalho, até o seu salário, o meu, de qualquer pessoa que trabalhe por conta de outrem não pode ser mexido, não pode ser reduzido, a menos que haja consentimento do trabalhador. -----

-----E só queria terminar mesmo, só lhe lembrando, porque lhe fica mal, Senhor Deputado, está sempre a falar em autocarros, fica-lhe mal. Há residências para artistas, eu não sou do Chega, se fosse dizia que eram residências para militantes do Evoluir, não é? Se fosse do Chega, dizia assim “olhe, até criou residências para artistas”. Há um investimento em cultura, há a compra do museu, há uma preocupação ecológica, o Senhor Deputado está a ser injusto. Elogie a gestão do Taguspark, porque é um paradigma que vai ao encontro do seu DNA ecológico e do futuro. --

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito rapidamente, eu queria fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado João Viegas (INOV25), porque as referências que eu encontro em termos salariais ao Taguspark...”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Penso que já terminou o seu tempo.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Mas ao abrigo do artigo cinquenta e três, para um pedido de esclarecimento creio que tenho um minuto. Eu queria perguntar ao Senhor...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, Senhor Deputado, de facto, não sei que pedido de esclarecimento pretende do Senhor Deputado João Viegas (INOV25).”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Posso perguntar à Mesa, então posso fazer o pedido que esclarecimento à Mesa, até porque, se calhar, a Mesa está mais capacitada para estas contas de matemática básicas do que o Senhor Deputado João Viegas (INOV25). Mas a referência que eu encontro em termos de política salarial do Taguspark acima do salário mínimo nacional é de dois mil e vinte e um, quando o Taguspark fixou o salário mínimo para serviços de outsourcing no Taguspark em novecentos euros. E, portanto, fixando nesses novecentos euros, mesmo com o salário mínimo a subir, não era preciso descer o salário de ninguém no Taguspark para continuar a praticar uma política acima do salário mínimo nacional até este ano, onde o salário mínimo passou para novecentos e vinte euros, e onde os salários agora nem no Taguspark, nem em lado nenhum, podem ser inferiores a novecentos e vinte euros. -----

----- O que eu estou a perguntar não é se houve alguma redução salarial de alguém no Taguspark, porque em nenhum momento implicava isso ser feito. O que era preciso perceber era se o Taguspark tinha aumentado o salário mínimo do Taguspark acima destes novecentos e vinte euros agora. Nunca estive em causa reduções salariais e, portanto, o Senhor Deputado João Viegas

(INOV25) tratou aqui de mistificar uma coisa que é muito simples de esclarecer, porque é pura matemática. Os novecentos euros estiveram cima do salário mínimo nacional até este ano. Agora, para o salário mínimo do Taguspark estar acima do salário mínimo nacional teria de estar acima de novecentos e vinte euros. Está ou não? -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, posso? Para esclarecer o Senhor Deputado. Mais uma vez desconhece a lei, Senhor Deputado. Há aumentos que resultam... Os aumentos que são afetos ao salário mínimo - e isso é grave, olhe que é grave num deputado da nação - são transpostos para todos os salários. O que pode acontecer (e que tem acontecido) e se estudasse um bocadinho de economia... Eu tive o privilégio de ter o professor João César das Neves, ainda Vossa Excelência não tinha nascido, na Universidade Católica como professor de economia. E o que pode ter acontecido, e que está a acontecer na sociedade portuguesa, é que o salário mínimo se aproxima do salário médio. E isso é bom.-----

-----Portanto, Senhor Deputado, respondendo à sua pergunta, que é uma pergunta “não pergunta”, quando é aumentado o salário mínimo todos os outros salários, tal como o meu este ano, foi aumentado, ou no valor que foi aumentado o próprio salário mínimo ou numa percentagem. Portanto, a sua pergunta, Senhor Deputado é, desculpe lá, eu não gostava de dizer, mas é verdade, é de ignorância. Não lhe estou a chamar ignorante, estou a dizer que a sua pergunta é ignorante.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados... Senhor Deputado, agradeço que conclua.” -----

-----O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) prosseguiu a sua intervenção dizendo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguinte: -- -----

----- “E aqui encerro, não lhe vou responder mais, não leve a mal, mas a resposta é sim.” -

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, agradeço que conclua, estamo-nos a desviar do ponto da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte: -----

----- “Sim, sim. Não, estou a dar os esclarecimentos que o Senhor Deputado queria. A resposta...” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** observou o seguinte: -----

----- “Um atestado de ignorância.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Portanto, vamos continuar. Senhor Deputado, termine. Isto é só apreciação do ponto dois. Termine.” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- -----

----- “Sim, só para terminar, Senhora Presidente. Só para terminar, que é o ponto fundamental. O salário mínimo no Taguspark é muito acima do salário mínimo nacional. Ponto. -

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado, terminou este ponto.” -----

----- **APRECIADA**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Vamos passar ao ponto três da nossa Ordem de Trabalhos.” -----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 210/2026 – GMA – relativa à Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – Plano de Atividades e Orçamento

2026–2028 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Quem pretende inscrever-se sobre este ponto? Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Deputados. -----

-----Em relação ao Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e vinte a seis a dois mil e vinte oito da Municípa, convém lembrar que é conhecida a trajetória económico-financeira da Municípa nos últimos anos, com uma situação a demonstrar debilidade, conforme foi analisada e debatida nesta Assembleia, bem como a mesma levou a um acompanhamento atento da sua evolução em dois períodos: o antes e o depois da auditoria realizada, a qual contribuiu para uma melhor perceção da realidade da empresa. -----

-----Em face dessa mesma realidade, desde dois mil e quatro que os documentos previsionais e os atos de gestão que a administração encetou e da direção geral demonstram uma tentativa de correção da trajetória verificada anteriormente, incluindo seguir e implementar algumas recomendações do referido relatório da auditoria realizado. -----

-----De facto, tem-se verificado, principalmente desde dois mil e vinte e cinco, um esforço nomeadamente ao nível do investimento e da inovação visando a recuperação consistente a médio prazo. Só o contínuo desenvolvimento e diversificação da atividade na prestação de serviços e na captação de novos contratos levará a Municípa para um patamar de crescimento do seu volume de negócios e a continuidade resultados financeiros positivos. É conhecido o amplo objeto social da empresa, bem como o excelente “know how” em todas as áreas de atuação, dois aspetos decisivos estes para a aposta na inovação e a celebração de contratos-programa afim de pôr em



↗

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

prática atividades de promoção e desenvolvimento, evidentemente com as respetivas contrapartidas financeiras. -----

----- Pôr em prática os referidos contratos-programa, os projetos e a inovação será para a Município a possibilidade de promover melhorias nos sistemas de informação e na gestão inteligente a nível territorial. Esta promoção poderá levar a uma maior eficiência e isto é importante nomeadamente ao nível das alterações climáticas e da transição energética. Sem dúvida que a Município tem capacidade para pôr em prática todas as ações estratégicas divididas pelas várias áreas de atuação, plasmadas no plano de atividades. -----

----- No entanto, não pondo em causa a vontade manifestada em estabilizar a empresa económica e financeiramente, a Município deverá ter em atenção, numa ótica construtiva, a apreciação global, aspetos críticos e recomendações que foram feitos no respetivo parecer da Comissão de Economia Finanças e Setor Empresarial Local, bem como a análise da própria proposta no que respeita à previsão económico-financeira que se apresenta sólida, mas com a ressalva da hipotética existência de factos futuros que possam influenciar negativamente a referida previsão. -- -----

----- Obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), faz favor.”-----

----- A Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à Município, a CDU tem afirmado a necessidade de valorizar esta empresa como um instrumento qualificado que deve estar ao serviço do Município e do setor público, contribuindo com os seus recursos e competências para o desenvolvimento do Concelho e de outros municípios e entidades públicas, dando suporte estratégico ao planeamento e gestão do território.-- -----

-----Vemos a Municípia como um recurso muito qualificado ao nível do seu quadro de trabalhadores, meios tecnológicos, do conhecimento e experiência adquirida que deve ser maximizado, valorizado e defendido. Neste sentido, vemos como positivos os resultados financeiros positivos alcançados, sendo um sinal de uma trajetória que desejamos que se mantenha de recuperação da capacidade de financiamento e de realização de trabalhos relevantes para o Município de Oeiras e para entidades parceiras. Não desligamos estes resultados da celebração do contrato-programa entre a Câmara Municipal de Oeiras e a Municípia, instrumento que vimos como necessário e positivo, e que merecerá um acompanhamento empenhado por parte de todos.

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente. -----

-----Este tema Municípia parece um disco riscado e bem riscado, uma vez que isto não tem cura. Esta empresa não tem cura. Aquilo que verificamos, mais uma vez, é uma empresa que serve para fazer viagens, tirar fotografias, fazer mapas, jantares, almoços, mas que relativamente retorno face aos munícipes, indaga-se para que é que serve. Qual é o, digamos, efetivamente o benefício concreto desta estrutura para os munícipes de Oeiras? Zero. -----

-----Persistir num modelo que privilegia iniciativas de carácter duvidoso com a realização de estudos, deslocações, etc., revela um preocupante desalinhamento com as verdadeiras necessidades do Concelho. Num contexto em que subsistem problemas fundamentais e fulcrais em Oeiras, desde problemas de habitação, desde problemas alimentares, etc., nota-se que os munícipes sustentam este vício da Municípia, pagam milhares de euros todos os anos, contemplados no orçamento camarário, para pagar uma empresa que estamos a custear o salário



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

de quarenta e seis trabalhadores, com uma despesa que aumentou, de mais um milhão e oitocentos, em mais cerca de duzentos e oitenta mil euros face ao estimado para dois mil e vinte e cinco, e ainda temos aqui um aumento salarial e um aumento do subsídio de refeição como se fosse uma empresa que produzisse e fosse uma coisa rara aqui em Oeiras, ou um diamante por lapidar. Portanto, isto é uma coisa completamente surrealista.-----

----- Num momento em que se exige rigor na gestão dos recursos públicos é imperativo recentrar as prioridades naquilo que verdadeiramente importa, que é melhorar as condições de vida dos munícipes, o que implica avaliar a transparência e, eficazmente, qual é a mais valia de uma empresa que, ao longo dos anos, além de dar prejuízo, só serve para pagar a vaidade de alguns? -

----- Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Deputado Nuno Carolo (PS).”-----

----- O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente e restante Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Hoje apreciamos o Plano de Atividades e Orçamento da Município para o triénio vinte e seis/vinte e oito.-----

----- Votaremos a favor, porque governar é decidir, mas decidir não é fechar os olhos. Somos a favor porque é importante garantir previsibilidade e continuidade de um instrumento que sustenta serviços com utilidade pública para os municípios em áreas como cartografia, sistemas de informação e transformação digital do território. Mas um voto favorável não é um cheque em branco, é um contrato com condições. A política não serve para aplaudir planos, serve para exigir resultados e é por isso que temos de falar dos riscos.-----

----- O Plano projeta no triénio uma estimativa global de faturação de quinze milhões de

euros, mas uma parcela relevante de receita futura depende de valores ainda a definir. Isto é, não garantidos. E aqui temos de dizer, “receita a definir” não é estratégia, é esperança, e esperança não paga contas. O problema não está em errar previsões, o problema está em fazer previsões sem plano B.-----

-----A própria análise reconhece que uma parte muito significativa do desempenho previsto está concentrada numa direção com peso dominante na estimativa de faturação, o que aumenta a vulnerabilidade do modelo de negócio. E isto tem uma tradução simples, concentrar receita é concentrar risco, se falha o motor para a máquina. O resultado líquido previsional para dois mil e vinte e seis é ligeiramente superior a duzentos e trinta mil euros, mas a própria trajetória projetada aponta para valores inferiores em dois mil e vinte e seis e dois mil e vinte e oito, o que significa que a folga estratégica é curta e que qualquer desvio pode ter impacto relevante. Quando a folga é curta a prudência deixa de ser opção, passa a ser uma obrigação.-----

-----O orçamento de tesouraria e a leitura dos fluxos financeiros evidenciam pressões sobre a capacidade da operação suportar integralmente investimento e encargos financeiros, tornando a gestão de caixa um tema que deve ser acompanhado com rigor. -----

-----Senhora Presidente, -----

-----Apoiamos para avançar e fiscalizamos para fazer cumprir. Por isto, o nosso comportamento é acompanhar com exigências claras. A Municípa deve ter um foco estratégico obrigatório e estabelecer uma hierarquia de prioridades com metas anuais simples e mensuráveis. Deve estabelecer um plano de concretização da receita a definir. Deve existir uma análise de oportunidades, probabilidade de contratação, calendário, decisão e medidas de contingência se a contratação falhar. Deve esforçar-se por mitigar o risco da concentração. Deve adotar medidas concretas para reduzir dependência excessiva de uma única direção de negócios. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado... Levantaram ao mesmo tempo...
Faz favor, Senhor Presidente de Junta de Freguesia.” -----

----- O **Senhor Deputado Jorge Delgado (Presidente da J.F. Porto Salvo)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde a todos. Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

----- Eu gostava aqui de partilhar que no passado dia vinte e sete de março, os presidentes de junta de freguesia e das uniões de freguesia tiveram a oportunidade de visitar a Municíпия. Posso dizer que estando eu ligado às tecnologias de informação há muitos anos, e também como Presidente de Junta agora, fiquei muito surpreendido e agradavelmente surpreendido porque, efetivamente, aquilo a que nós pudemos assistir, e eu sei que hoje estamos a falar do Plano de Atividades e do Orçamento, e como qualquer instituição, o Orçamento é uma parte importante, mas aquilo que eu gostaria aqui, há pouco ouvia o Deputado do Chega referir-se a isso de, se calhar, convidar todos, porque nós próprios os presidentes de junta, e há outros já estavam há mais tempo nas juntas de freguesia, e nós próprios desconhecíamos um pouco tudo aquilo que lá se faz. Aquilo que eu lhe posso dizer é que aquilo que lá vi que se faz hoje, e que já se faz há algum tempo, também aqui torna Oeiras diferente. E que há efetivamente saber potenciar aquilo que se lá faz, poder levar aquilo ao país, porque para as juntas de freguesia e para a própria autarquia, julgo que está ali uma riqueza em termos daquilo que é a sua atividade paralela em todos os outros setores que estão, muitas vezes em que é necessário ter a georreferenciação, ter o GeoPortal, uma própria central de compras que hoje a Municíпия desenvolve que tem “know how” e que efetivamente nós que saímos de lá, que não conhecíamos, ficámos agradavelmente surpreendidos e muito surpreendidos. E, portanto, nesse aspeto, gostava de deixar este testemunho aqui, que julgo que é acompanhado pelos meus colegas presidentes de junta, porque efetivamente para nós foi uma surpresa. E acho que para todos, que se calhar, a maior parte das pessoas fala, mas nunca

lá foram, nunca viram o que lá se faz e a grandeza daquilo que lá se faz hoje.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Presidente de Junta de Freguesia. E agora o Senhor Deputado Tomás Cardoso Pereira (CEO) pediu a palavra, faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Em relação à Municíпия, ao longo dos anos já discutimos aqui muito esta empresa, não preciso de voltar a entrar nas várias discussões que tivemos aqui. Nós em relação a este Plano de Atividades e Orçamento eu queria apenas, queríamos apenas focar nas previsões de resultados líquidos, tanto para dois mil e vinte e seis, como para dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito, que se prevê que sejam, respetivamente, de cerca de duzentos e trinta mil euros e nos anos seguintes um pouco acima dos cento e cinquenta mil euros. -----

-----Isto seria o virar de página positivo da parte da Municíпия para passar a apresentar resultados líquidos três anos consecutivos. A Municíпия ao longo dos anos, tem tido um padrão de em dois anos, apresentar um resultado líquido negativo e, no terceiro, apresentar um resultado líquido positivo. Esta previsão mudaria esse padrão e de uma forma positiva. Cá estaremos para ver se a previsão se concretiza, se fica sequer próxima disto ou não, porque não tem sido efetivamente assim ao longo dos últimos anos. Cá estaremos para ver se vai passar a ser assim ou não.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

-----Senhor Deputado João Viegas (INOV25) primeiro, depois o Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25). Faz favor.”-----



✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado João Viegas (INOV25) referiu o seguinte: -----

----- “Dou lugar ao Deputado Rui Pessanha (INOV25).”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) então, faz favor.” -----

----- O Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Uma segunda intervenção muito breve, a respeito da intervenção do Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH) que, de facto, me chocou por uma razão muito simples. Por uma razão muito simples. Todos nós sabemos a situação frágil que a Municípia viveu. E não é mentira nenhuma que o INOV, nessa altura, foi igualmente crítico, até nas palavras de outros deputados, não só eu, da situação em que foi vivida. Críticas essas, após essas críticas, e bem, foi aberta uma auditoria que teve as suas conclusões. O relatório, inclusivamente, produziu recomendações, tal como eu referi na minha primeira intervenção. No seguimento dessa auditoria, é um facto, embora ainda com alguma debilidade, que a Municípia tem tentado fazer um esforço e tem estado no caminho da recuperação. E tanto assim é, que os números falam por si, não só em termos de relatórios, como em termos de previsões. -----

----- Para terminar, nomeadamente eu na minha primeira intervenção, aliás, como em outras anteriores, tenho sempre feito a tal ressalva da hipotética existência de factos que podem influenciar negativamente a referida previsão. Mas temos que ter fé nos atos de gestão da administração que, temos que dizer, tem feito um esforço no sentido do reverso da medalha, no bom sentido da recuperação económico-financeira. -----

----- Portanto, foi um choque para mim ouvir o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), e há bocado estava aqui a comentar com a Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV), já ouvimos de tudo na Municípia, nunca pensei ouvir de si aquilo que disse. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH).” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, só aqui duas situações muito rápidas. -----

-----Em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Freguesia de Porto Salvo sugeriu fazer uma visita à Municíпия. Já fiz duas e quero dizer que fui muito bem recebido e fui esclarecido relativamente às minhas questões. Agora, a situação é esta: não tem viabilidade financeira. Portanto, falamos aqui há uma série de anos que é só pagar, pagar, pagar dinheiro público e retorno, zero. -----

-----Relativamente aqui às críticas que foi feito aqui pelo Senhor Deputado do INVOV, que “nunca esperou ouvir”, eu tenho pena, palavra de honra que tenho pena, mas é a realidade e perante a realidade, temos que aceitá-la. Se me der um argumento efetivo que a empresa daqui a um ano vai faturar milhões, ótimo. Agora, eu só oiço é palavras, e que vai ser, e que vai acontecer e que está no bom caminho, a pergunta é esta: já estamos nisto há quê? Há dez anos? Ou mais? Portanto, temos de ser realistas. A empresa não tem viabilidade e primeiro estão as necessidades dos munícipes. -----

-----Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito rapidamente. -----

-----Isto é como na saúde, quando temos o doente, temos duas hipóteses, e temos aqui vários médicos. Está doente, vamos deixá-lo morrer, ou vamos tentar curá-lo. Aqui a Municíпия



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

é a mesma coisa. Se nós fecharmos a Municípia, temos quarenta e cinco famílias que vão para o desemprego. Por isso, enquanto houver recuperação, é tentar a recuperação. E a Municípia tem hipótese, dentro de um futuro breve, se calhar, vir a ser recuperada.-----

----- Disse, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado.-----

----- Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

----- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu, relativamente à Municípia, já aqui muito se disse hoje e em outras Sessões, mas queria fazer duas perguntas.-----

----- Primeiro, gostaria de saber como é que tem evoluído o contrato-programa que foi assinado aqui o ano passado. Como é que está essa evolução? Que trabalhos foram feitos? Como é que isso decorreu? O resultado desse contrato-programa.-----

----- E a segunda questão que eu gostaria de pôr, é que a Municípia, também como a Iniciativa Liberal já fez aqui referência, é detentora de um avião. Portanto, tem a posse de um avião. Esse avião deixou de estar registado em Portugal e, neste momento, encontra-se registado na Alemanha. Porquê? Obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu queria comentar algumas das declarações que foram aqui feitas, nomeadamente a declaração do Deputado do INOV, Rui Pessanha, porque foi aqui abordada a situação da

Município, que veio a esta Assembleia já este mandato, mas também no mandato anterior várias vezes, e que já pudemos aqui discutir muitas vezes o futuro da empresa. E recordo-me de, em dois mil e vinte e quatro, de termos avaliado o resultado da auditoria da Município. -----

-----Essa auditoria, já agora, para repor a verdade, não foi feita em sequência de declarações aqui nesta Assembleia, foi feita na sequência de uma intervenção de investigação jornalística publicada pela revista Sábado, e que deu sequência ao pedido da Vereadora da Coligação Evoluir Oeiras, Carla Castelo, no anterior mandato, para que fosse feita uma auditoria externa. O Município na altura propôs em reunião de Câmara uma auditoria interna, que depois alterou para auditoria externa. Depois disso, durante a avaliação é que foram proferidas declarações pelo Grupo Político do INOV, como corretamente disse, por vários deputados. -----

-----Lembro-me na altura, por exemplo, de terem avaliado e ter-se referido o fecho da Município, a possibilidade de fecho.... Senhora Presidente, eu não sei...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Façam silêncio, por favor. Faz favor de continuar.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

-----“Estava eu a dizer que me recordo, nessa altura, de ter sido avaliado, até pelo próprio INOV, o fecho da Município e a integração dos funcionários nos serviços da Câmara. Portanto, o Chega continua com o mesmo discurso de sempre, é sempre o discurso de ser contra, contra, contra empresas que lhe dá jeito ser contra, contra, contra, mas depois há outras empresas, como a Oeiras Viva, que nunca ouvimos uma crítica do Senhor Deputado. Ainda vou tentar perceber, Senhor Deputado, qual é o seu interesse na Oeiras Viva. Ainda vou tentar perceber. Posto isso e voltando à Município ninguém vai para o desemprego. Ninguém vai para o desemprego.” -----

-----O **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhores deputados, senhores deputados, eu recordo que o ponto que estamos aqui a



m

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

apreciar...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: -----

----- “É a Municíпия.” -----

----- O **Senhora Presidente da A.M.** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

----- “... é o Plano de Atividades e Orçamento dois mil e vinte e seis/dois mil e vinte e oito da Municíпия. E, portanto, agradeço que se concentrem no essencial do que está aqui em causa.”

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente por ter feito esse alerta e lamento que não o tenha feito anteriormente, noutras intervenções que foram feitas. -----

----- Terminando a minha intervenção, o Senhor Deputado do Chega continua com o mesmo discurso de sempre e é lamentável que venha para aqui dizer que é uma empresa que não tem viabilidade financeira, porque se não tivesse, e como o Senhor Deputado bem sabe, ao fim de três anos a empresa encerrava. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. -----

----- Senhor Deputado João Viegas (INOV25), pretende ainda usar da palavra?”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** referiu o seguinte: -----

----- “Rapidamente, Senhora Presidente. -----

----- Desculpem a imodéstia, mas tenho uma excelente memória, e no anterior mandato - e vou falar aqui de uma deputada que já não está cá, que eu até gosto dela, a Sónia Gonçalves (PSD) - isto parecia uma orquestra a pedir o fim da Municíпия. Os senhores deputados têm memória curta... E que não podia ser... E eu só estou a intervir para dizer o seguinte: dar os parabéns a quem tirou a Municíпия do sítio onde estava, das dificuldades que tinha, porque a Municíпия, senhores

deputados, tem uma história que vem do século passado, salvo erro de noventa e oito. E passou mais ou menos pelo mesmo processo, vou fazer aqui uma imagem, uma metáfora, que passou a Kodak. Tinha um determinado tipo de serviço, houve uma evolução tecnológica e teve que se readaptar. Agora, os trabalhadores da Município são trabalhadores altamente qualificados, altamente qualificados com um “know how” muito acima da média e, portanto, nós só temos que louvar o percurso que a Município tem vindo a fazer ao longo dos anos, paulatinamente, que está no bom caminho. E, portanto, é triste ver que os senhores deputados não têm memória do que é que diziam antes, “aqui d'el rei, que eram milhões” e até onde chegou agora a Município. -----

-----Era isto que eu tinha a dizer, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhor Deputado.”-----

-----O Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

-----“Senhora Presidente, era para fazer aqui um requerimento oral. -----

-----Eu venho solicitar o registo de propriedade desse avião que está registado na Alemanha, consoante aquilo que foi alegado aqui pela Deputada do IL. Portanto, solicito o registo de propriedade desse avião e o porquê de estar registado na Alemanha. -----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Sim senhor, fica consignado em Ata. -----

-----Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra sobre este ponto, que é Plano de Atividades e Orçamento dois mil e vinte e seis/dois mil e vinte e oito da Município.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, duas ou três notas. -----

-----Um. Sobre a auditoria, creio que não há muito mais a dizer. O resultado da auditoria é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conhecido, teve as conclusões que teve, portanto, estar a tentar soltar ou libertar fel sobre a mesma já vem tarde e requentado. Portanto, de nada serve. -----

----- Dois. Aos senhores deputados que ficam chocados de ouvir o Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), por favor... A Municípa é uma tecnológica que se baseia em conhecimento e em estudo. Conhecimento e estudo não é próprio dali. Tudo o que tenha a ver com estudo, contraria a essência e a natureza. Naturalmente, vocês percebam o que é que a Municípa faz. Não é fotografias. Não é fotografias. Sistemas de informação geográfica, organização do território não se faz sem ortofotomapas. Ainda há pouco tempo todo o país elogiava o que o Município de Oeiras ofereceu no comboio tempestades. O que o Município de Oeiras ofereceu é conhecimento. Custa-lhe muito a si, não sabe o que é. Um dia talvez se acenda uma luz. Um dia se acenda uma luz, Vossa Excelência continua no petromax. Naturalmente não possa do petromax. Veja, nós estamos a falar de sistemas de informação geográfica. Não se organiza o território sem sistemas de informação geográfica. Como é que acham que se faz a organização ou a aprovação de um Plano Diretor ou de um Plano de Pormenor? Naturalmente, não é com cabeças ocas. E também não é com quem nem sequer tem compreensão sobre isto, não compreende o fenómeno. Aliás, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, que passou longos anos a trabalhar nestes temas, sabe a importância da tecnologia nesta matéria. Isto é aplicação do conhecimento sobre o território. Eu percebo, não chega lá. Não chega lá. Portanto, não chega ao céu. -----

----- Agora, sobre resultados e sobre o que está plasmado nesta proposta de liberação. Eu imaginei que os resultados estivessem positivos e que estivesse a evoluir a empresa. Então, vocês devem ter lido coisas diferentes da minha, do que eu li. Está lá. Está lá plasmado nos números. O que é que nós estamos aqui a fazer? Fabulações? Então os números são positivos e estamos aqui a discutir o futuro da empresa, que é negativo, quando os números estão a melhorar? Parece que vivem num universo paralelo. Agora, eu vou vos dizer, desculpem, peço imensa desculpa, a

empresa, os resultados estão a melhorar. Estamos há vinte minutos nisto. Nisto? Como o Senhor Deputado diz, “tira fotografias”. Tira fotografias, ortofotomapas. Agora, volto a dizer aos oirenses, percebiam bem a quem entregaram estas cadeiras. Por favor, por favor... Da vacuidade na política. -----

-----Senhora Presidente, disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. -----

-----Vamos passar ao ponto seguinte.” -----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, ainda tenho tempo.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“O Senhor Deputado pretende usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** respondeu o seguinte:-----

-----“Sim.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor então. Faz favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Ainda tenho tempo. -----

-----Senhor Vice-Presidente, há pouco sugeri um remédio para a minha colega do Chega e eu também quero sugerir um remédio para si, que é o “bacopa monnieri”. Eu acho que fazia bem à sua cabeça, no sentido de, se calhar, aliviar um pouco o stresse e o sono, etc. E recomendo essa medicação, ficava-lhe muito bem a si. “Bacopa monnieri.”-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----



47

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, já lhe disse uma vez e volto-lhe a dizer, o meu único problema consigo é de azia, porque o seu mau hálito político, o seu mau hálito político é demolidor para o Concelho. O Senhor não traz nada de positivo. Zero.” -----

----- **APRECIADA** -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada... Nós vamos passar ao ponto quatro da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 226/2026 – DMEDSC/DDS/UGPS – relativa ao Apoio financeiro à Junta de Freguesia de Porto Salvo para a implementação do Posto de Enfermagem de Porto Salvo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. Serei rápida. -----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras acompanhará esta proposta, porque reconhecemos aquilo que é evidente: há uma necessidade real em Porto Salvo, há uma população envelhecida que precisa de cuidados de proximidade e há uma desigualdade territorial que importa corrigir - ainda que tardiamente.-----

----- Do ponto de vista formal e jurídico, reconhecemos que a proposta está devidamente enquadrada quer nos regulamentos municipais, quer na legislação aplicável e que o contrato prevê mecanismos de controlo e de prestação de contas. -----

----- Contudo, há que trazer a este debate também algumas fragilidades da proposta e

algumas questões.-----

-----Estão avaliadas as necessidades da população que levam a estabelecer o horário de funcionamento a apenas três horas por dia? -----

-----Em relação ao modelo de financiamento este assenta em critérios padronizados (este que eu referi do número de horas), à semelhança do que ocorre em outras freguesias e também não há referência qualquer a avaliação, a indicadores concretos de desempenho, nem métricas claras do impacto desta resposta na freguesia. -----

-----Daqui a doze meses, como é que vai ser feita a avaliação e baseado em quê? Porque essa parte da avaliação não consta na proposta. -----

-----Este gabinete pretende dar...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Silêncio, senhores deputados, agradeço silêncio na sala.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -----

-----“Este gabinete pretende dar uma resposta estruturante ou apenas mitigar um problema mais profundo? Porque como sabemos, há anos que está prometido à população de Porto Salvo um centro de saúde. E o risco é evidente de transformar esta solução, que é uma solução ínfima, numa resposta permanente, em detrimento do que havia sido prometido. -----

-----Se este posto surge como solução transitória, qual é que é o calendário concreto para a unidade de saúde prometida para Porto Salvo? -----

-----Sabemos, no Grupo Político, naturalmente que a responsabilidade direta de criação dos centros de saúde é do Estado e não do Município, mas isso não pode servir para a inação ou para a ausência de pressão política efetiva junto do Governo, se assim for o caso. Porque, na prática, quem sofre as consequências são os cidadãos de Porto Salvo que continuam sem uma resposta de saúde estruturada e que está, então, como eu disse, prometida há muito tempo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Atualmente, os residentes de Porto Salvo dependem de unidades de saúde primária localizadas noutras freguesias, como o Centro de Saúde de Oeiras, a Unidade de Saúde Familiar Conde de Oeiras e a Unidade de Saúde Familiar de São Julião da Barra e Paço de Arcos. A criação desta unidade local reduziria a pressão sobre as unidades vizinhas de Oeiras e São Julião da Barra/Paço de Arcos, aproximando os cuidados dos residentes.-----

----- Finalmente, indicar que, durante anos, o Município foi criando respostas de proximidade noutras freguesias, mas deixou Porto Salvo para trás e, portanto, esta proposta não é um avanço, é uma correção tardia de uma desigualdade evidente, mas que, apesar disto, apoiamos e iremos votar a favor.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Catarina Antunes (CDU)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “O centro de enfermagem de Porto Salvo é um investimento importante que se faz, que nós acompanhamos e que vai dar resposta a uma parte das necessidades das pessoas. Não nos esqueçamos, no entanto, que a necessidade é maior em termos de saúde e não só a nível dos cuidados de enfermagem. É necessária uma unidade de saúde que dê resposta global em termos de cuidados primários com médicos, enfermeiros e outros profissionais. É uma necessidade em Porto Salvo, como em outras zonas do Concelho.-----

----- Não apresentamos oposição, porque entendemos a sua necessidade imediata, mas deixamos claro que mais que medidas paliativas, é necessário um maior investimento na saúde pública e necessariamente em serviços públicos de proximidade, com meios materiais e humanos adequados à realidade do Município. Devemos continuar a lutar por isso junto do Governo Central.

----- Relativamente à proposta em concreto, questionamos em que regime serão contratadas

as pessoas que irão para lá trabalhar, ou se há uma articulação e/ou coordenação técnica com o centro de saúde da zona. Essa não é uma questão de menor importância, pois sendo um serviço público, devemos prezar por vínculos de trabalho estáveis e por uma visão integrada dos cuidados de saúde.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada, Senhora Deputada. -----

-----Senhora Deputada Marina Pereira (IL), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Boa tarde de novo, excelentíssimos membros da Assembleia. -----

-----Relativamente ao apoio financeiro à Junta de Freguesia de Porto Salvo para a implementação do posto de enfermagem de Porto Salvo, queremos assinalar que, neste caso, vamos ter a oportunidade de apreciar e votar na véspera da já anunciada inauguração do referido posto médico. Compreendemos a utilidade e benefício à população da abertura de um espaço deste tipo que permite uma maior proximidade e apoio em funções que devem estar disponíveis a todos, e cuja oferta atualmente disponível no Município apresenta claras assimetrias geográficas, mais evidente ainda pelas dificuldades de mobilidade e pela reduzida oferta de transportes coletivos.--

-----Da análise do documento interno C.M.O. vinte/vinte e seis/cinco sete setenta, que fundamenta a tomada de decisão, verifica-se, no entanto, uma ausência de qual o racional que justifica a decisão pelo funcionamento do mesmo por três horas diárias e não por duas ou por quatro. Parece um pouco arbitrário. Nesse mesmo documento, no ponto relativo à verba destinada a apoiar o funcionamento da atividade, é indicado de forma numérica valor de doze mil euros e, no extenso, são indicados doze mil e quinhentos euros. -----

-----Por outro lado, no website do Município verificamos que os períodos de funcionamento indicados não totalizam as vinte e cinco horas previstas nesta proposta, mas sim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dezassete horas e meia. Sabendo que se encontram atualmente em funcionamento os postos de enfermagem em Queijas, Caxias, Queluz de Baixo, Leceia e Barcarena, gostava, gostaríamos que passasse a ser disponibilizada a esta Assembleia a informação quantitativa sobre o número e tipo de atendimentos que são feitos nos vários postos de enfermagem que vão sendo implementados ao longo do Município. -----

----- Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhora Deputada.-----

----- Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Deputado João Viegas (INOV25).” -----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Este é um daqueles pontos em que a boa política se mede pela capacidade de distinguir o acessório do essencial. E o essencial aqui é simples: há uma população concreta, um território concreto, a necessitar de uma resposta de proximidade que o Estado Central tarda a assegurar. Por isso, a posição politicamente mais sensata é apoiar. Isto é afirmar que o Município de Oeiras volta a fazer aquilo que tantas vezes tem sido obrigado a fazer. Não cruza os braços perante uma insuficiência objetiva da rede pública do Estado Central e avança com uma resposta complementar, pragmática e socialmente justa. O mérito político do Executivo está precisamente em não esperar que a perfeição institucional caia do céu. Enquanto a unidade de saúde estrutural não chega, cria-se uma solução intermédia, útil, modesta no custo e elevada no retorno social. É esta capacidade de transformar lacunas em respostas que distingue a governação séria de uma mera retórica administrativa. -----

----- E só para terminar, dizer que isto teve a validação do Serviço Nacional de Saúde, que o orçamento inicial até era muito mais modesto e, portanto, isto transmite uma ideia forte sobre

Oeiras. Oeiras é um concelho desenvolvido, coeso, socialmente justo que não se mede apenas pela sofisticação tecnológica, ou pelo valor dos seus indicadores económicos. Mede-o também pela capacidade de garantir que os idosos de Porto Salvo, que agora nos ouvem, não tenham de percorrer um labirinto de deslocações para obter um penso, medir a tensão arterial ou administrar terapêutica básica. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo.” -----

-----O **Senhor Deputado Jorge Delgado (Presidente da J.F. Porto Salvo)** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Eu gostava aqui só de referir, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, mas, antes disso enquanto cidadão e munícipe de Porto Salvo já há mais de quarenta anos, efetivamente é uma lacuna que se ouve na freguesia e que agora, é verdade, chamemos-lhe correção ou não, nestas coisas, gosto sempre, e o lema da nossa atividade é “fazer acontecer”. Portanto, se podia estar feita antes, ou não, é verdade, agora o que é verdade é que vai ser uma realidade a partir de amanhã. Não é aquela que nós desejávamos, mas também sabemos que o Rossio de Porto Salvo, com a centralidade que vai trazer, mas vai também trazer, finalmente, um centro de saúde para Porto Salvo, e esperemos que isso ocorra, naturalmente, ao longo deste mandato. Foi compromisso também do Presidente e, portanto, estamos a trabalhar nesse sentido. O concurso tudo indica que saíra em breve, o concurso para a construção do novo Rossio de Porto Salvo e, portanto, até lá, é importante não deixar... Nós sendo conhecedores de uma dificuldade, de algo que existe que pode melhorar os fregueses, a vida do dia a dia de todos os fregueses, sempre estamos já a fazer, portanto, o objetivo é esse.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em relação à padronização, se não existe, é difícil padronizar. Podemos fazer estudos de mercado, podemos fazer outro tipo de coisas, mas o que nós entendemos foi, digamos, começar por um modelo. Nestas coisas não há que saber muito, é aprender também com quem já tem e, felizmente, há freguesias e uniões de freguesia que já têm postos de enfermagem, portanto, avaliámos. O que eu vos posso também dizer é que, daqui a doze meses, e o contrato é por doze meses, vai haver uma avaliação e essa avaliação, naturalmente, será feita. Esperemos que justifique não só passar o regime das três horas diárias, das doze horas para as vinte e quatro, pronto, como já acontece noutras freguesias e, portanto, é isso que nós vamos querer fazer. -----

----- Também vos posso dizer em primeira mão, já falei isso com a Vereadora, vamos ter um sistema que já foi desenvolvido e foi customizado para este centro de saúde, para este posto de enfermagem, que vai ser diferenciado e que vai trazer uma componente já de inteligência artificial. E há pouco falávamos daqui da Município e desta questão do digital e da transformação digital, que hoje tem que fazer parte da nossa vida, tem que fazer parte daquilo que é o nosso dia a dia, portanto, este posto de enfermagem vai abrir com isso. Portanto, estou convencido que daqui a um mês, daqui a dois meses, de uma forma ágil qualquer um dos senhores deputados pode nos visitar e pode pedir esse relatório em pdf. -----

----- A articulação técnica, já foi aqui referida também pelo Deputado João Viegas (INOV25) está a ser feita, naturalmente, com o departamento e com a vereação da Doutora Teresa Bacelar, com o Serviço Nacional de Saúde e com todos os serviços de saúde de Oeiras. Também em termos daquilo que é a contratação dos recursos que lá vão estar, naturalmente que são de extrema importância. São pessoas qualificadas, são pessoas, naturalmente, que já desempenham funções do género em outros hospitais, também já há muitos anos. E, portanto, houve..., para nós a capacidade de ter profissionais qualificados era essencial e determinante. E, naturalmente, também é importante aqui dizer que este centro vai estar aberto para todos, vai estar nesta fase, nestes dias e nestes horários, mas, naturalmente, e como em qualquer sistema, vamos estar atentos,

vamos monitorizar. Ao fim de dois ou três meses vamos fazer uma avaliação, vemos aquilo que melhor serve. Nós, por exemplo, decidimos abrir ao sábado, não sabemos se abrir ao sábado é o melhor dia, um dos dias da semana vamos abrir da parte da tarde. Portanto, é preciso, digamos, de alguma forma perceber também aquele ecossistema, quais são as pessoas que nos vão visitar, quais são as pessoas que vão utilizar o serviço e, naturalmente, iremos gerir como se gere no dia a dia a nossa atividade, em função daquilo que também for o que melhor serve os porto-salvenses.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Vice-Presidente, pretende dizer alguma coisa sobre esta questão?” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, com sua licença, a Senhora Vereadora Teresa Bacelar começa e o Vice-Presidente termina.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhora Vereadora.” -----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Obrigada. -----

-----Eu só queria aqui acrescentar uma questão, que o Senhor Presidente da Junta de Porto Salvo explicou tudo muito bem explicado. Eu só queria dizer que esta resposta, o posto de enfermagem não é uma substituição do centro de saúde, como os outros também não são, é um complemento aos cuidados de saúde de proximidade. O que nós queremos realmente é que todas as pessoas tenham cuidados de saúde de proximidade. -----

-----O que é que.... A Deputada da Iniciativa Liberal estava a falar de números e estava a falar..., todos os anos, os postos de enfermagem entregam um relatório de atividades onde estão o número de atendimentos, o número de pessoas, todos os números que estão em anexo nas propostas de deliberação que vêm a esta Assembleia. Por isso, podem consultar esses números todos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Algo que também é importante aqui acrescentar, é que esta resposta é um acordo tripartido entre a Câmara Municipal, as Freguesias e o Serviço Nacional de Saúde. Ou seja, o que é que nós pretendemos? Que haja aqui uma via verde em que sempre que sejam detetadas situações que necessitem de ser acompanhadas por um médico, sejam encaminhadas diretamente para os centros de saúde, para os médicos de família. Por isso esta resposta assume uma grande importância no território de Porto Salvo, uma vez que estamos a aguardar ansiosamente pela construção do centro de saúde e, enquanto não temos, temos o posto de enfermagem que encaminhará as pessoas para os seus centros de saúde, neste caso de Oeiras e de Paço de Arcos.”

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Agradecer mais uma vez ter permitido que a Senhora Vereadora que tivesse começado. -----

----- Então passo a explicar aos senhores deputados que não conhecem a história do Concelho recente. Todos os centros de saúde do Concelho de Oeiras, exceto o Centro de Saúde de Oeiras foram construídos pela Câmara Municipal de Oeiras. Volto a dizer: todos os centros de saúde do território do Concelho de Oeiras, exceto o Centro de Saúde de Oeiras, situado ali perto da Avenida da República, quem vai para estação, todos os outros foram construídos pela Câmara Municipal de Oeiras, por iniciativa do próprio Município. Porque é que eu digo isto? Para que Vossas Excelências não venham ensinar ao Executivo Municipal como é que se faz centros de saúde, já que foi o Doutor Isaltino que tomou a liderança, ao longo do tempo, de os iniciar. Ponto prévio.-----

----- Agora, para as pessoas de Porto Salvo que estão ansiosas em relação à construção do centro de saúde. O centro de saúde está enquadrado na obra do Rossio de Porto Salvo. O Município de Oeiras contraiu um empréstimo no ano passado que prevê uma série de intervenções, uma delas

é a intervenção do Rossio de Porto Salvo. Ora, o projeto está concluído, a revisão do projeto está concluída. Para podermos avançar com o lançamento do concurso, temos antes que avançar com a construção de uma estrada que os porto-salvenses conhecem, chamada a VDP (Via de Distribuição Principal). Quando lançarmos o concurso da VDP, passado o tempo do concurso e começarmos a construir a VDP estamos em condições de lançar o concurso para o Rossio de Porto Salvo, porque terá início a construção quando a estrada estiver concluída. Porquê? Porque de outra forma, com a construção do Rossio de Porto Salvo o trânsito estará infernal. O Senhor Presidente da Junta sabe isto tão bem ou melhor do que este pobre Vice-Presidente que, certamente, eu não conseguiria ouvir o Presidente da Junta com as suas reclamações. Portanto, o calendário é este. Contamos no segundo semestre lançar o concurso para a VDP, uma vez o concurso terminado e começar-se a construir a VDP, lança-se o concurso do Rossio de Porto Salvo, quando a VDP estiver concluída, a obra do Rossio estará à partida a começar. Naturalmente estou-vos a dizer isto, se o calendário bater todo certo, porque para a construção da VDP falta apenas o acerto com alguns terrenos que são privados, que temos de ter autorização dos proprietários (ou expropriá-los) para podermos iniciar a obra e lançar o concurso. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada. -----

-----Passamos à votação. Foi aprovada por unanimidade a proposta.” -----

4.4.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson



M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantachic, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques e José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).-----

----- Os Senhores Deputados Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, do Partido Chega e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 55/2026** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 226/26 - DDS - APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO POSTO DE**

ENFERMAGEM DE PORTO SALVO-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e vinte e seis barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número quarenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Porto Salvo para a implementação do posto de enfermagem de Porto Salvo, no valor total de dezassete mil trezentos e cinquenta euros: -----

-----Quatro mil cento e dez euros - verba destinada aos custos com o arranque da atividade;

----- Mil duzentos e quarenta euros - verba fixa destinada a despesas com licenciamento e recolha de resíduos;-----

-----Doze mil euros - verba destinada a apoiar o funcionamento da atividade, correspondendo a três horas de funcionamento diário, por doze meses.-----

----- A minuta do contrato de comparticipação financeira, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Passamos ao ponto cinco da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 246/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo (DPOC) – Direção Intermédia de 2.º Grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este ponto da nossa Ordem de Trabalhos? Senhora Deputada **Mónica Albuquerque (CEO)**, faz favor.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- À semelhança de concursos anteriores, voltamos a identificar o mesmo padrão neste procedimento. E importa dizê-lo com clareza: mesmo estando esta Assembleia a pronunciar-se apenas sobre a constituição do júri, é precisamente neste momento que devemos assinalar fragilidades que irão condicionar todo o processo.-----

----- Estamos perante um concurso para funções claramente técnicas, na área do planeamento e controlo financeiro, mas o perfil de recrutamento mantém-se excessivamente genérico, exigindo apenas a licenciatura e experiência profissional, sem qualquer especificação da área a contratar. Cumprir o mínimo legal não é suficiente, é necessário garantir a adequação funcional. E, neste caso, a ausência de especialização não aumenta a qualidade da concorrência, pelo contrário, pode diluí-la. -----

----- Também se mantém a questão dos métodos de seleção assentes na avaliação curricular e na entrevista, sem uma matriz clara de critérios. E aqui a questão não é apenas a legalidade dos métodos, é a sua densificação. Sem critérios previamente definidos e transparentes, também fica comprometida a comparabilidade entre candidatos, reduzindo o escrutínio dos processos e, calculo, dificulta a tarefa do júri. -----

----- Acresce ainda, uma vez mais, a classificação do procedimento como urgente. E quando esta urgência se torna recorrente, como temos visto em todos os concursos, deixa de ser uma

exceção e passa a ser uma prática, o que, inevitavelmente, leva também a dúvidas sobre o planeamento e o rigor de todos estes processos e concursos. -----

-----Por fim, importa sublinhar que a qualidade e imparcialidade do júri que hoje aprovamos depende também das regras que lhe são dadas. E essas regras continuam, em muitos aspetos, pouco claras. -----

-----Não estamos, portanto, perante uma questão de legalidade, estamos perante uma questão de exigência, transparência e qualidade na gestão pública. E esse deve ser o padrão que esta Assembleia deve defender.-----

-----Obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais alguém pretende intervir? Não? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

-----Na sequência de todos os concursos que têm vindo a ser abertos, a Doutora, a Senhora Deputada do Evoluir Oeiras acredita que é “mais papista que o Papa”, e quer ensinar alguma coisa a este Executivo Municipal. Dá-se o caso, vêm-me aqui falar da capacidade técnica das pessoas que são recrutadas, dá-se caso que até em substituição como chefe de divisão, atualmente está uma técnica da Inspeção-Geral de Finanças. Mas certamente que a Doutora Mónica Albuquerque (CEO), no seu douto conhecimento de finanças públicas saberá avaliar muito melhor e com muito melhor critério que este Executivo Municipal, quem é que deve nomear para estes lugares.-----

-----Portanto, nós que em substituição colocamos uma técnica da Inspeção-Geral de Finanças, certamente sem conhecimento nenhum comparado com a Doutora Mónica Albuquerque (CEO) sobre a matéria, não conseguimos fazer este procedimento concursal, que até a Presidente



PR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do júri é a Senhora Diretora Municipal, o primeiro vogal é o Diretor Financeiro da Câmara, o segundo vogal até é o Presidente do Fundo de Apoio Municipal, naturalmente, certamente, sem competência também para ocupar o lugar. -----

----- Naturalmente, como já foi explicado, os concursos são lançados depois de consultadas e cumpridas as regras da Administração Pública. Tudo o resto, tudo o resto são opiniões da especialista em Administração Pública, Doutora Mónica Albuquerque (CEO). Especialista em generalidades e coisa nenhuma, naturalmente. Mas, sobretudo, sobretudo sabe muito mais do que as entidades que aconselham a elaboração destes concursos, muito mais do que os quadros que são lá colocados. -----

----- E, para terminar, dizer o seguinte: no Município de Oeiras não há um júri de concurso, em nenhum júri está um membro do Executivo Municipal. Nenhum. Agora vamos ver em quantos municípios de Portugal é assim. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhor Vice-Presidente. Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO).” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Eu queria apenas agradecer a resposta ao especialista em coisas muito concretas, que é o Senhor Vice-Presidente da Câmara de Oeiras, que acumula com “N” outras coisas muito relacionadas com a Vice-Presidência da Câmara de Oeiras, como com o comentário sobre relações internacionais em canais de televisão. Portanto, em termos de acusações sobre o especialismo...” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

----- “Não me interrompa, Senhor Vice-Presidente. Fica tão chateado... fica tão chateado

quando o interrompem, não me interrompa a mim...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO), faz favor de continuar. Faz favor de continuar a sua intervenção.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** disse o seguinte: -----

-----“Eu continuo, se tiver condições de não ser interrompido...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor de continuar... faz favor de continuar.” -----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“...nem de forma regimental pela Senhora Presidente, nem de forma não tão regimental pelo Senhor Vice-Presidente.-----

-----De qualquer das formas, já terminei. Queria só constatar que, em termos de passar atestados a outros deputados desta Casa sobre serem especialistas em generalidades, o Senhor Vice-Presidente também não tem qualificações nenhuma. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Vamos passar então à votação.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos,



5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques e José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira). -----

----- Os Senhores Deputados Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, do Partido Chega, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 56/2026** -----

PROPOSTA C.M.O. N.º 246/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, ORÇAMENTO E CONTROLO - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º. GRAU -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e quarenta e seis barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número sessenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe da Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/cinco mil seiscentos e trinta e um, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Aprovado por maioria.” -----

4.5.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na proposta relativa à abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia nas áreas do planeamento e controlo orçamental e da gestão financeira. Reconhecemos a importância de assegurar o regular funcionamento dos serviços municipais e a necessidade de preenchimento destes cargos. No entanto, subsistem reservas relevantes quanto à forma como estes procedimentos continuam a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

definidos. -----

----- Desde logo, volta a verificar-se a definição de perfis de recrutamento excessivamente genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem uma correspondência clara com as áreas técnicas específicas das funções em causa. Em funções de elevada exigência no domínio financeiro, como planeamento, execução orçamental, controlo financeiro e prestação de contas, cumprir o mínimo legal não é suficiente: é essencial garantir adequação técnica efetiva. --

----- Acresce que os métodos de seleção assentam, novamente, na avaliação curricular e na entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz clara de critérios e ponderações. Não está em causa a legalidade destes métodos, mas sim a sua densificação: sem critérios previamente definidos e transparentes, fica comprometida a comparabilidade entre candidatos e reduzido o escrutínio do processo. -----

----- Importa ainda sublinhar que, no caso da Divisão de Gestão Financeira, estão em causa funções que incluem responsabilidades típicas de contabilista público e de garantia da regularidade técnica da contabilidade municipal, o que reforça a necessidade de maior exigência na definição do perfil. -- -----

----- Por fim, assinala-se a classificação destes procedimentos como urgentes e de interesse público, com dispensa de audiência de interessados. Sendo uma opção legalmente admissível, a sua utilização reiterada deve merecer reflexão, sob pena de transformar a exceção em regra. Assim, não estando em causa a necessidade dos cargos, mas sim a qualidade, transparência e exigência dos procedimentos, o Grupo Político Evoluir Oeiras optou pela abstenção.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Passamos ao último ponto.”-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 247/2026 – DMAG/DGRH/DGP – relativa à Abertura de procedimento concursal com vista à constituição de vínculo de emprego público, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe da Divisão de Gestão

Financeira (DGF) – Direção Intermédia de 2.º Grau (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Quem pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor.” -----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção: ----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para registar, neste concurso, que à semelhança do concurso anterior para a área financeira, também este procedimento para a Divisão de Gestão Financeira se volta a verificar o mesmo padrão e, como vimos na intervenção do concurso anterior, ficou perceptível, e já não foi a primeira vez que foi afirmado, já na anterior Assembleia, em que se votaram concursos, foi feito o mesmo tipo de afirmação, que, basicamente, quem escolhe as pessoas para estes concursos é o Executivo e não os júris. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Não. Senhor Vice-Presidente, pretende dizer alguma coisa?”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Presidente, eu apenas afirmo tudo aquilo que disse na proposta anterior e dizer que, lamentavelmente, a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) não ouve bem.” --

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) interveio e disse o seguinte: ---

-----“Ouço, ouço.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Não ouve bem. O que eu disse na última proposta, vale para esta. O Executivo



7

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal não está em nenhum júri, nenhum júri. Não há nenhum membro do Executivo júri. E disse, e volto a dizer, em quantas Câmaras Municipais do país acontece igual? Muito poucas ou nenhuma. É só.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Vamos passar à votação.”-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Tomás Raposo Barra, Domingos Ferreira Pereira dos Santos. Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves e Acácio Silva de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Nuno Filipe Penetra Carolo e Rui Jorge Lima Vieiro), dois do Partido Chega (Francisco O’Neill Marques e José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Catarina Tatiana Ferreira Lopes Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Miguel Alexandre Chéroux Brito Campos) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com duas abstenções do Grupo Político

Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira).-----

-----Os Senhores Deputados Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho, do Partido Chega, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 57/2026**-----

-----**PROPOSTA C.M.O. N.º 247/26 - DGP - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COM VISTA À CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE EMPREGO PÚBLICO, EM REGIME DE COMISSÃO DE SERVIÇO, NO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA - DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número duzentos e quarenta e sete barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número sessenta e um da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de março, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar a designação dos membros do júri, relativa à abertura do procedimento concursal, para o cargo de Chefe da Divisão de Gestão Financeira, nos termos constantes da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e seis/cinco mil seiscentos e quarenta e nove, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido



17

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Aprovada por maioria. Temos ainda intervenção do público. Sim, Senhora Deputada?”-----

4.6.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte Declaração de Voto:

----- “Só para dizer que vamos fazer chegar duas declarações de voto destas duas propostas, além da declaração de voto da Ata.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito bem. Muito bem.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se na proposta relativa à abertura de procedimentos concursais para cargos de direção intermédia nas áreas do planeamento e controlo orçamental e da gestão financeira. Reconhecemos a importância de assegurar o regular funcionamento dos serviços municipais e a necessidade de preenchimento destes cargos. No entanto, subsistem reservas relevantes quanto à forma como estes procedimentos continuam a ser definidos. - -----

----- Desde logo, volta a verificar-se a definição de perfis de recrutamento excessivamente genéricos, exigindo apenas licenciatura e experiência profissional, sem uma correspondência clara com as áreas técnicas específicas das funções em causa. Em funções de elevada exigência no domínio financeiro, como planeamento, execução orçamental, controlo financeiro e prestação de contas, cumprir o mínimo legal não é suficiente: é essencial garantir adequação técnica efetiva. --

----- Acresce que os métodos de seleção assentam, novamente, na avaliação curricular e na

entrevista pública, sem que seja apresentada uma matriz clara de critérios e ponderações. Não está em causa a legalidade destes métodos, mas sim a sua densificação: sem critérios previamente definidos e transparentes, fica comprometida a comparabilidade entre candidatos e reduzido o escrutínio do processo. -----

-----Importa ainda sublinhar que, no caso da Divisão de Gestão Financeira, estão em causa funções que incluem responsabilidades típicas de contabilista público e de garantia da regularidade técnica da contabilidade municipal, o que reforça a necessidade de maior exigência na definição do perfil.-----

-----Por fim, assinala-se a classificação destes procedimentos como urgentes e de interesse público, com dispensa de audiência de interessados. Sendo uma opção legalmente admissível, a sua utilização reiterada deve merecer reflexão, sob pena de transformar a exceção em regra. Assim, não estando em causa a necessidade dos cargos, mas sim a qualidade, transparência e exigência dos procedimentos, o Grupo Político Evoluir Oeiras optou pela abstenção.” -----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Temos uma Senhora do público que veio a esta Assembleia. É a Senhora Dona Ana Luísa Paulino Azenha, faz favor. Seja bem-vinda.” -----

5.1. A Senhora Ana Luísa Paulino Azenha, Múncipe de Oeiras, disse o seguinte: -----

-----“Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“E esta Senhora veio aqui falar-nos sobre uma questão relativa a lanches escolares no ensino pré-escolar e, portanto, faz favor, tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.” -----

-----A **Senhora Ana Luísa Paulino Azenha, Múncipe de Oeiras,** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Ok. Acho que vou ser mais breve do que isso. Obrigada. E, dirijo-me a todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

membros desta Assembleia Municipal. Boa tarde. Sou Ana Azenha, sou Presidente da Associação de Pais do Jardim de Infância Nossa Senhora do Vale, em Caxias. -----

----- Venho expor as preocupações das famílias sobre a decisão de passar a cobrar os lanches escolares e exigir marcação com quarenta e oito horas de antecedência, segundo a proposta de deliberação número mil duzentos e quatro/dois mil e vinte e cinco. -----

----- No que respeita ao pré-escolar, até dezanove de janeiro de dois mil e vinte e seis, os lanches eram gratuitos e disponíveis para todas as crianças com almoço marcado e sem necessidade de marcação prévia dos lanches. Desde essa data, passaram a ser pagos e sujeitos a marcação antecipada. Esta mudança, a meio de um ano letivo, veio criar problemas sérios. -----

----- Em primeiro lugar, destaco o impacto financeiro: mesmo tratando-se de cerca de cinquenta cêntimos por dia, representam cerca de onze euros por mês por criança. Para famílias com dois ou mais filhos, torna-se pesado. Existem muitas famílias que não entram nos escalões ASE (Ação Social Escolar) mas que, ainda assim, com todas as despesas familiares a cargo e o aumento do custo de vida, sofrem dificuldades. Por outro lado, esta medida revela um retrocesso no pré-escolar. O fornecimento gratuito de lanches promovia a igualdade e o bem-estar. E, com esta medida, estamos a reduzir o apoio às famílias e às crianças. -----

----- Em terceiro lugar, refiro as dificuldades para as famílias. A obrigatoriedade de marcar com quarenta e oito horas de antecedência é difícil de gerir. No início do mês, muitos esquecem-se de marcar e as crianças ficam sem lanche. Em dias de greve ou situações de doença súbita da criança, em que só se sabe na própria manhã do dia em que a criança não irá à escola, as famílias perdem o valor do lanche. -----

----- Por outro lado, existe uma sobrecarga enorme por parte dos professores. Quando não há marcação, mais de metade das crianças fica sem lanche e os professores têm de improvisar com bolachas de casa, para que nenhuma criança fique sem comer. Isto é difícil e injusto para os professores, que atualmente lutam com uma sobrecarga elevada de preocupações e processos

logísticos. - -----

-----Finalmente, quero referir também a qualidade nutricional e desigualdade entre crianças. Em resultado desta medida, que foi mal acolhida pela comunidade escolar, muitos pais passaram a enviar os lanches de casa, muitas vezes pouco saudáveis e com elevados níveis de açúcar e gordura. Algumas crianças comem os lanches da Câmara, outras comem as guloseimas trazidas de casa, tornando a gestão do grupo mais difícil para pais e professores e criando desigualdades visíveis. E refiro novamente: estamos a falar de crianças do pré-escolar, portanto entre os três e os cinco anos. -----

-----Em resumo, a medida aumenta desigualdades, sobrecarrega famílias e professores e prejudica o bem-estar e a alimentação das crianças. Por isso, a Associação de Pais solicita suspender a cobrança dos lanches até ao final do ano letivo e avaliar o impacto social e económico desta medida junto do Conselho Municipal de Educação, das associações de pais e professores do pré-escolar. -----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Obrigada por ter vindo. E eu dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para poder esclarecer alguma coisa ou sugerir. Sim, sim, sim. Faz favor de se sentar. Não, não, pode-se sentar aí onde estava, no público.” -----

5.2. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Dona Ana Azenha, boa tarde.-----

-----Dizer-lhe duas ou três coisas. Ponto prévio: as crianças pertencendo à ASE, de apoio social escolar, todas elas têm o lanche gratuito. Portanto, quem efetivamente precisa, ou quem está no grupo que mais precisa de apoio social, tem esse apoio social. -----

-----Depois, dizer que eu tinha visto as informações anteriores sobre a sua mensagem de correio eletrónico que tinha trocado com a Câmara, que a Câmara tinha respondido e colocou uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

questão que eu, essa sim, achava muito pertinente, que tem a ver com a alimentação dirigida para os estudantes ou para os alunos com alergias. Questão que eu não sei se está tratada ou não, mas que já devia estar tratada. Essa sim, sinceramente, era a questão que me preocupava no caso das crianças que podiam ter alguma alergia alimentar.-----

----- Por todas as outras, dizer que os lanches escolares, os pais suportam cerca de cinquenta cêntimos por dia. Ao total, são onze euros por mês, que é suportado por cada aluno. Os alunos com necessidades económicas, o Município suporta. O valor que o lanche dos alunos custa não são cinquenta cêntimos. É importante também dizer isso. O valor do lanche, todo o remanescente, é suportado pelo Município.-----

----- Por outro lado, há também uma questão de escolha dos pais, os pais que queiram enviar o lanche dos seus filhos. Também há pais que querem enviar o lanche dos filhos. Daí a necessidade de se marcar. Todavia, dizer-lhe que esta não é uma questão, até porque, para nós, nunca está, porque, bem ou mal, importa referir isto: o Município de Oeiras tem um cuidado na educação, não é por acaso que amanhã mesmo começa mais uma sessão do Oeiras Education Forum, do qual todos os deputados municipais estão convidados, se quiserem estar presentes no Taguspark. Dizia eu que não é por acaso que este Município tem a educação como prioridade, na dimensão que tem. Digo-lhe porque esta questão não está fechada. Eu tinha-me sido informado que tinha sido questionado a Vossa Excelência se queria ter uma reunião com os serviços de educação, para concretamente, com os serviços de educação, falar sobre esta matéria. Não sei se tiveram a reunião, se não tiveram. No entanto, volto a referir que há disponibilidade para isso e para avaliar a medida, mas dizer-lhe que não há ponta de insensibilidade social. Os alunos necessitados têm o apoio garantido. Os pais que não queiram reservar o lanche e não pagar o lanche, e queiram enviar de casa, podem fazê-lo. Quem não o quer fazer paga cinquenta cêntimos por dia, valor que, salvo melhor opinião, e ainda que haja famílias no Concelho de Oeiras com muitas dificuldades, essas famílias estão abrangidas no quadro do Apoio Social Escolar.-----

-----É só, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Não sei se algum dos líderes dos grupos municipais pretende algum esclarecimento ou usar da palavra? Senhora Deputada Anabela Brito (IL) e, depois, o Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH), faz favor. Senhora Deputada.” -----

5.3. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Para agradecer, como sempre, à muniçipe que esteve aqui e que veio, a Senhora Dona Ana Azenha, agradecer-lhe estar aqui e apresentar a questão. -----

-----Dizer-lhe também que, do ponto de vista da Assembleia Municipal, a Iniciativa Liberal já várias vezes fez referência a essa questão junto da conferência de representantes, porque tivemos conhecimento de um e-mail que chegou e fez referência que deviam ser ouvidas, que devia haver o procedimento normal que há, o tratamento normal que há a estes casos aqui na Assembleia e que, infelizmente, de janeiro a março, isso ainda não ocorreu. Não ocorreu, não por insistência, realmente, da Iniciativa Liberal, de dar uma resposta aos munícipes que manifestaram o seu descontentamento relativamente a esta matéria.-----

-----Obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Francisco O’Neill (CH).” ----

5.4. O Senhor Deputado Francisco O’Neill Marques (CH) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, antes de mais, em nome do Grupo Municipal do Chega, quero aqui cumprimentar a Senhora Ana Azenha pela coragem e também pelo tema pertinente que trouxe aqui a esta Assembleia Municipal. E dizer que o Grupo Municipal do Chega irá proceder a um requerimento, por escrito, relativamente à questão das alergias que foram aqui trazidas. -----

-----Muito obrigado.” -----



4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”

5.5. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Apenas para reforçar o que a colega Deputada Anabela Brito (IL) já referiu, uma vez que, desde janeiro, o e-mail que foi dirigido à Assembleia Municipal foi enviado aos líderes dos grupos políticos e, em várias vezes, em sede de reunião de representantes das forças políticas, o assunto foi abordado, pedindo à Assembleia que pedisse esclarecimentos à Câmara. Ora, tal nunca veio a acontecer e, portanto, é lamentável que, ao fim de três meses, não haja informação para resposta. -- -----

----- A propósito deste tema, lembrar que ainda do anterior mandato, há determinados e-mails que nunca chegaram a ser respondidos a munícipes. Estou a lembrar-me, nomeadamente, de um, datado de outubro, que reencaminhei ontem para a Assembleia Municipal para saber que resposta foi dada, porque, segundo julgo saber, não foi dada nenhuma e, portanto, apanhou a passagem do mandato e esses que estão para trás, pendentes, também é importante resolver. -----

----- Sim, Senhor Vice-Presidente. Não precisa de fazer essa cara, porque eu sei o que estou a dizer. ---- -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada. Muito bem, muito obrigada. Senhor Deputado António Moita (INOV) faz favor.” -----

5.6. O Senhor Deputado António Moita (INOV25) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Três coisas rápidas. -----

----- A primeira questão é para agradecer, obviamente, à Senhora que veio colocar a

questão.-----

-----A segunda questão é para manifestar-me surpreendido pela IL achar que o Estado pode pagar lanche, seja a quem for, porque não estava à espera disso.-----

-----E a terceira questão é para dizer à Câmara Municipal que, do meu ponto de vista, aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse foi aquilo que é certo. É manifestar toda a disponibilidade para falar com as pessoas e encontrar as melhores soluções para cada um dos casos. -----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada Anabela Brito (IL).”-----

5.7. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Sim, obrigada. Senhor Deputado António Moita (INOV25), deve estar a haver aqui um equívoco.”-----

5.8. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“Peço desculpa, desculpem que eu não estou... A Senhora Deputada pediu a palavra para que efeito, desculpe?”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte:-----

-----“Para comentar.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Pronto, é assim, vou explicar. Nós estamos... vou explicar só uma coisa, que é o seguinte: eu peço silêncio...”-----

-----A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Para um esclarecimento.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

-----“Eu dei a palavra a cada um dos líderes dos grupos municipais, como diz o artigo sessenta e sete, número oito, do atual Regimento. E cada um usou da palavra. O Senhor Vice-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente, portanto, tinha explicado antes o que se tinha passado e, relativamente ... tenho a dizer o seguinte: eu tenho a dizer o seguinte, quando tive conhecimento desta situação, expus na conferência de representantes aos senhores líderes dos... expus, enviei à Câmara Municipal um pedido de esclarecimento e de toda a documentação no que a este caso diz respeito. -----

----- A Senhora está cá hoje, veio expor a situação e, portanto, ouvimos a resposta da Câmara Municipal e o que eu sugiro à Senhora que veio aqui expor esta situação é que marque, junto da Câmara Municipal, uma reunião, como foi aqui proposto, para ver se se consegue chegar a algum entendimento quanto a esta matéria. Portanto, é isso, é isso que eu quero dizer. -----

----- Muito bem. Penso que está encerrado este caso e, portanto, o que eu digo, a Mesa da Assembleia acha que efetivamente deve pedir uma reunião com os serviços da Câmara Municipal, está bem? Pronto. Para ver se se resolve, a contento, esta situação, de alguma maneira. E muito obrigada.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. concluiu a Sessão dizendo o seguinte: -----

----- “E declaro encerrada a Sessão.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas. -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente, -----

Maria do Rosário Bentes

-----O Primeiro Secretário, -----

Miguel António de Almeida

-----O Segundo Secretário, -----

João Miguel de Oliveira Soares

